



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP

A DESCONSTRUÇÃO DO EUROCENTRISMO NAS ORGANIZAÇÕES
HUMANITÁRIAS:
UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF)
NO BRASIL (2006-2021)

MAÍRA TAVARES EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
2021

d48

de Oliveira, Máira Tavares Eustáquio

A desconstrução do eurocentrismo nas organizações humanitárias: um estudo sobre a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) no Brasil (2006-2021) / Máira Tavares Eustáquio de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2021.

150

Orientador: María del Carmen Villarreal Villamar.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2021.

1. Eurocentrismo. 2. Humanitarismo. 3. Médicos Sem Fronteiras. 4. Decolonização. I. Villamar, María del Carmen Villarreal , orient. II. Título.

MAÍRA TAVARES EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA

A DESCONSTRUÇÃO DO EUROCENTRISMO NAS ORGANIZAÇÕES
HUMANITÁRIAS:
UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF)
NO BRASIL (2006-2021)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção de grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. María del Carmen Villarreal Villamar (Orientadora)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Ao vô Sinézio *in memorian*, por sempre ter acreditado no meu potencial e pelo amor incondicional de uma vida inteira.

À minha mãe Célia Mara, meu irmão Carlos Eduardo, meu pai Egídio Eustáquio, minha avó Geny e minha irmã Marina, por todo amor e apoio constante para que eu nunca desista.

Ao maior parceiro que eu poderia encontrar, Rodrigo Melo, pela cumplicidade, amor e apoio em todas as horas.

Aos meus amigos que compreenderam minhas tantas ausências e me apoiaram nos momentos mais árduos desse processo; em especial, aos queridos amigos Daniel Máximo, Maria Isabel Lima, Márcia Charneski e Stéphaney Brum, pela jornada, motivação e amizade, tão necessária em momentos tão difíceis.

À minha orientadora Profa. Dra. María Villarreal, minha mais sincera admiração e respeito por sua história e comprometimento e agradecimento por todo o incentivo, dedicação e apoio nessa minha trajetória acadêmica.

Aos professores Dra. Karine de Souza Santos e Dr. Fabricio Pereira da Silva por aceitarem o convite para compor a banca e pela admiração na luta contra as desigualdades.

À MSF-Brasil e aos entrevistados que concordaram em conceder as entrevistas e foram essenciais para a realização dessa pesquisa.

À Ana de Lemos, Renata Reis e Deise Vieira, minhas queridas Diretoras, e a Nathalia Gomes, Gerente e amiga, pelo aprendizado diário e por acreditar, assim como eu, no esforço por um mundo mais justo.

**A DESCONSTRUÇÃO DO EUROCENTRISMO NAS ORGANIZAÇÕES
HUMANITÁRIAS:
UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF)
NO BRASIL (2006-2021)**

RESUMO

Na esteira dos protestos globais de 2020 contra a violência às pessoas negras e apelos de trabalhadores do terceiro setor por uma reforma da politização e instrumentalização dos princípios humanitários, diversas organizações humanitárias receberam queixas referentes a abusos e desigualdades raciais perpetuadas em suas estruturas. Nos últimos anos, a Organização Não Governamental internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) esteve envolvida em denúncias de abuso e racismo institucional por seus atuais e ex-funcionários. Essas queixas são especialmente problemáticas no setor humanitário, visto que muitas de suas organizações se sustentam sob compromissos como imparcialidade, neutralidade e transparência. À vista disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar um dos principais atuais desafios enfrentados pela atividade humanitária: o eurocentrismo, na sua constituição e prática. Para isso, faz-se necessário examinar suas implicações a partir da compreensão das origens do humanitarismo e da sua interpretação no contexto colonial, pós, anti e decolonial; caracterização das Organizações Não Governamentais Internacionais como atores humanitários e; investigação de formas de decolonização do humanitarismo. As perguntas que orientam este trabalho são: a organização MSF pode ser considerada como uma organização não eurocêntrica e coerente com todos os seus princípios e valores no campo da inclusão e diversidade? Quais fatores explicam a distância entre discursos e práticas da organização? Tem-se como hipóteses os seguintes fatos: MSF é uma organização eurocentrada; MSF não é capaz de modelar todos os seus princípios e valores; e que a redução do eurocentrismo e a promoção da diversidade de pessoas em posições de tomada de decisão seria uma forma de decolonizar esta e outras organizações humanitárias. Através de um estudo de caso sobre a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) no Brasil, no período 2006-2021, este trabalho estabelece um diálogo crítico entre as perspectivas clássicas do humanitarismo e as visões pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais, a fim de sugerir possíveis formas de decolonização que apontem um novo modelo de humanitarismo onde as organizações sejam capazes de modelar os princípios e valores que pregam. Trata-se de um trabalho qualitativo, de caráter descritivo e explicativo que utiliza como técnicas de pesquisa a observação participante, entrevistas semi-estruturadas com informantes chave e análise documental e de dados secundários produzidos pelo escritório de MSF no Brasil. A partir do estudo das atividades e estrutura de MSF-Brasil, esta pesquisa mostra que a redução do eurocentrismo pode ser realizada através da promoção da diversidade de pessoas em posições de tomada de decisão que visem decolonizar o humanitarismo. Entretanto, torna-se evidente que as organizações humanitárias não são capazes de extinguir totalmente o sistema de colonialidade presente em suas estruturas, pois muitas dessas dinâmicas são intrínsecas às condições da ação humanitária internacional, tal como ainda são muito profundas na sociedade em geral. Todavia, é urgente e necessário começar a mudança por algum lugar.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Humanitarismo. Médicos Sem Fronteiras. Decolonização.

**THE DECONSTRUCTION OF EUROCENTRISM IN HUMANITARIAN
ORGANISATIONS:
A STUDY ON MÉDECINS SANS FRONTIÈRES BRAZIL (2006-2021)**

ABSTRACT

In the wake of the 2020 global protests in opposition to violence against black people and calls by third sector workers for an overhaul of the politicisation and instrumentalisation of humanitarian principles, several humanitarian organisations received complaints regarding abusive practices and racial inequalities perpetuated within international NGOs structures. In recent years, the international non-governmental organisation Médecins Sans Frontières (MSF) has been involved in allegations of abuse and institutional racism by current and former staff members as a result of its Eurocentric nature. These complaints are especially problematic in the humanitarian sector, since this many of its organisations are sustained by commitments such as impartiality, neutrality and transparency. In view of this, the present research aims to analyse one of the main current challenges faced by humanitarian activity: Eurocentrism in its constitution and practice. For this purpose, it is necessary to analyse its implications by understanding the origins of humanitarianism and its interpretation in the colonial, post, anti and decolonial contexts; identifying International Non-Governmental Organisations as humanitarian actors and; investigating ways of decolonising humanitarianism. The questions that guide this study are the following: can MSF be considered as a non-Eurocentric organisation and consistent with all its principles and values in the field of inclusion and diversity? What factors explain the gap between discourses and practices of the organisation? As hypotheses, we present the following facts: humanitarian non-governmental organisations are not able to model all the principles and values they preach and are perceived as representing Western and neoliberal values, thus distancing themselves from distinct cultures. Through a case study on Médecins Sans Frontières (MSF) in Brazil in the period of 2006-2021, this paper establishes a critical dialogue between classical perspectives of humanitarianism and postcolonial, anticolonial and decolonial visions, in order to suggest possible forms of decolonisation that point to a new model of humanitarianism where organisations are able to model the principles and values they preach. This is a qualitative, descriptive and explanatory study that uses participant observation, semi-structured interviews with key informants and analysis of documents and secondary data produced by the MSF office in Brazil as research techniques. Based on the study of the activities and structure of MSF-Brazil, this research shows that the reduction of Eurocentrism can be achieved by promoting the diversity of people in decision-making positions that aim to decolonise humanitarianism. However, it is clear that humanitarian organisations are not able to fully extinguish the system of coloniality that exists in their structures, as many of these dynamics are intrinsic to the conditions of international humanitarian action, just as they are still very deep in society in general. However, it is urgent and necessary to start the change somewhere.

Keywords: Eurocentrism. Humanitarianism. Médecins sans Frontières. Decolonisation.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 – Humanitarismo: da perspectiva clássica à anticolonial, pós-colonial e decolonial	18
1.1 As origens do humanitarismo	18
1.2. As eras do humanitarismo	26
1.3. Do clássico ao novo: os rumos da ação humanitária.....	30
1.4 As Organizações Não Governamentais Internacionais e a ajuda humanitária	36
1.5 O humanitarismo a partir das visões, pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais	45
2 – Médicos Sem Fronteiras e a ajuda humanitária no mundo	70
2.1 Médicos Sem Fronteiras: uma breve história	70
2.2 Estrutura e princípios de Médicos Sem Fronteiras	74
2.3 A presença e atuação de MSF no mundo	77
2.4 A trajetória de Médicos Sem Fronteiras no Brasil	82
2.5 O humanitarismo ocidental em crise: críticas e questionamentos sobre a atuação internacional de MSF	84
3 – Médicos Sem Fronteiras no Brasil e o espectro do eurocentrismo	96
3.1 Estrutura e processos de MSF: da Europa para o Brasil	96
3.2 O Movimento MSF: a importância da associação MSF-Brasil e a diversidade como prioridade estratégica	105
3.3 Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil (CSPA)	109
3.4 Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil	112
3.5 Os avanços de MSF-Brasil em termos de diversidade	116
3.6 As limitações das ações de diversidade de MSF-Brasil	128
Considerações finais	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1
APÊNDICE – ROTEIRO GUIA DAS ENTREVISTAS	11

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Como o racismo estrutural se manifesta no setor humanitário	62
Figura 2 - Linha do tempo dos escritórios de MSF criados no período de 1987-1996.....	73
Figura 3 – Gráfico traduzido da fonte de renda da organização Médicos Sem Fronteiras em 2019.....	74
Figura 4 – Estrutura da organização Médicos Sem Fronteiras.	75
Figura 5 – Gráfico traduzido dos locais de projetos da organização Médicos Sem Fronteiras em 2019.	78
Figura 6 – Gráfico traduzido das origens do staff da organização médicos sem fronteiras em 2019.....	79
Figura 7 – Áreas de Médicos Sem Fronteiras no Brasil (julho, 2021)	97
Figura 8 – Organograma da diretoria geral e <i>Management Team</i> (MT).....	99
Figura 9 – Responsabilidades Associativo x Executivo de MSF-Brasil.....	106
Figura 10 – Funcionários negros x não negros por nível em MSF-Brasil (outubro, 2020)	117
Figura 11 – Captadores de MSF-Brasil por raça/etnia (outubro, 2020).....	119
Figura 12 – Funcionários negros x não negros por nível em MSF-Brasil (junho, 2021) ..	121
Figura 13 – Captadores de MSF-Brasil por raça/etnia (junho, 2021).....	122
Figura 15 – Campanha de MSF-Brasil durante a Semana da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha de julho, 2020	126
Figura 16 – Campanha de MSF-Brasil durante a Semana da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha de julho, 2020	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos informantes entrevistados.....	15
Tabela 2 – As eras do humanitarismo	27
Tabela 3 – Países com maiores programas por número de funcionários no campo	80
Tabela 4 – Países com programas por despesas (em euros) em 2019	80
Tabela 5 – Histórico de presidentes internacionais da organização Médicos Sem Fronteiras, no período de 1991-2020.....	93
Tabela 6 – Histórico de diretores gerais de MSF-Brasil (2006-2021).....	98
Tabela 7 – Análise de gênero de MSF-Brasil nos últimos 3 anos (2019 – julho, 2021)	98
Tabela 8 – Diretoria Geral e MT de MSF-Brasil 2021	100
Tabela 9 – Porcentagem de funcionárias internacionais nos últimos 3 anos	101
Tabela 10 – Histórico de Presidentes do Conselho Administrativo de MSF-Brasil (2011-2021)	107
Tabela 11 – Conselho Administrativo de MSF-Brasil 2021	108
Tabela 12 – Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil 2021	110
Tabela 13 – Campos de ação do Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil	114
Tabela 14 – Porcentagem de processos seletivos exclusivos para profissionais negros a serem abertos entre junho 2021 e junho 2022 por parte de MSF-Brasil.....	115
Tabela 15 – Análise de raça e etnia por diretorias de MSF-Brasil (outubro, 2020).....	116
Tabela 16 – Análise de raça e etnia dos captadores de recursos de MSF-Brasil (outubro, 2020)	118
Tabela 17 – Análise de raça e etnia por diretorias de MSF-Brasil (junho, 2021)	120
Tabela 18 – Relação de palestras e palestrantes acerca da questão racial no período de novembro de 2021 a julho de 2022, em MSF-Brasil.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI	Assembleia Geral Anual de MSF Internacional
BRAMU	Unidade Médica do Brasil
BOARD	Conselho Administrativo de MSF
CAME	Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais
CICV	Cruz Vermelha
CSPA	Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas
EXCOM	Comitê Executivo internacional de Médicos Sem Fronteiras
GIMCU	Grupo de Intervenção Médica e Cirúrgica de Emergência (<i>Groupe d'Intervention Medico-Chirurgicale d'Urgence</i>)
IPCN-RJ	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro
MSF	Médicos Sem Fronteiras
MNU	Movimento Negro Unificado
MT	<i>Management Team</i>
OC	Centro Operacional (<i>Operational Centre</i>)
OCA	Centro Operacional de Amsterdã (<i>Operational Centre of Amsterdam</i>)
OCB	Centro Operacional de Bruxelas (<i>Operational Centre of Brussels</i>)
OCBA	Centro Operacional de Barcelona (<i>Operational Centre of Barcelona</i>)
OCG	Centro Operacional de Genebra (<i>Operational Centre of Geneva</i>)
OCP	Centro Operacional de Paris (<i>Operational Centre of Paris</i>)
ONG	Organização Não Governamental
ONGI	Organização Não Governamental internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
SMF	<i>French Medical Relief (Secours Médical Français)</i>

Introdução

Em meio a uma das maiores emergências sanitárias e humanitárias já vistas, onde a morte entre grupos raciais minorizados é desproporcional (M. SANTOS et. al., 2020), e a protestos globais contra a violência direcionada às pessoas negras, a cada dia surgem apelos de trabalhadores do terceiro setor por uma reforma do sistema humanitário. O curioso é que esses apelos trazem um senso de urgência para um novo modelo humanitário que se afaste do eurocentrismo e contemple, em seu centro, uma maior diversidade¹.

Para que seja possível entender tais apelos, é necessário revisitar a complexa relação que as práticas coloniais tiveram com o humanitarismo. Com efeito, na época da colonização a preocupação com desconhecidos distantes teve sua origem nos encontros missionários conduzidos por uma justificativa fortemente baseada em ideologias imperiais e hierarquias civilizacionais (PAULMANN, 2016).

Arrieta (2017) chama a atenção ao fato de que, na literatura acadêmica, o humanitarismo materializa-se em duas linhas teóricas diferentes, onde a primeira concentra sua atenção na forma de melhorar sua eficiência, eficácia e coerência e a segunda, bastante presente em estudos pós-positivistas, tem sua análise nas lutas político-sociais travadas por atores internacionais com recursos desiguais (políticos, econômicos, ideológicos, simbólicos). De acordo com a autora, os estudiosos pós-estruturalistas e pós-colonialistas argumentam que os discursos e práticas do humanitarismo (coo)participam da sustentação de um sistema internacional injusto que privilegia os atores ocidentais.

Ainda nessa linha de pensamento, Aaltola (2009) ressalta as contribuições pós-coloniais que fazem um estudo cronológico das políticas de representação do humanitarismo, evidenciando que desde sua origem, no século XIX, até hoje os homens brancos e ocidentais são privilegiados como “humanitários”, sendo retratados como “altruístas”, “cosmopolitas”, “apolíticos”, “sacrificados” e “motivados exclusivamente pelo propósito ético de ajudar os outros” e “salvar vidas” (Aaltola, 2009, p.8).

De fato, conforme Bodenmüller e Silva (2018), as matrizes de análise do mundo que predominam desde o surgimento das relações internacionais são derivadas de um projeto eurocêntrico de poder. Assim, a concepção e a reprodução de conceitos que têm

¹ Disponível em <<https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2020/07/13/decolonisation-aid-humanitarian-development-racism-black-lives-matter>>. Acesso em 27 de agosto de 2020, às 15:27h.

pautado a agenda internacional, tais quais paz, democracia, desenvolvimento e progresso, fazem parte deste arcabouço hegemônico.

No século XX, a partir da década de 1970, se deu o surgimento das Organizações Não Governamentais internacionais (ONGIs). Conforme Karns e Mingst (apud SALGADO, 2016), a expansão do número de ONGIs no mundo pode ser atribuída a quatro fatores: a globalização, o aumento das questões de interdependência, as conferências internacionais organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ao fim da Guerra Fria.

No contexto da proliferação de ONGIs, destaca o surgimento de Médicos Sem Fronteiras (MSF), que, de acordo com os dados oficiais, é uma Organização Não Governamental internacional humanitária, criada em 1971 na França, por jovens médicos e jornalistas liderados pelo médico francês Bernard Kouchner². A organização, reconhecida internacionalmente, atende e auxilia pessoas afetadas por crises humanitárias complexas e tem como responsabilidade chamar a atenção para dificuldades enfrentadas pelos pacientes atendidos em seus projetos.

MSF – de acordo com sua própria descrição em seu website – é uma Organização Não Governamental internacional que associa ajuda médica com sensibilização do público sobre o sofrimento de seus pacientes, dando visibilidade a realidades que não podem permanecer negligenciadas. Em 1999, a organização recebeu o prêmio Nobel da Paz “em reconhecimento do trabalho humanitário pioneiro em diversos continentes”³.

No Brasil, a organização começou a atuar em 1991, entretanto, seu escritório no país surgiu apenas em 2006, com atividades que envolviam o recrutamento de profissionais e a captação de recursos financeiros brasileiros para apoiar os projetos da organização pelo mundo. O escritório de MSF-Brasil fica localizado no Rio de Janeiro e é uma seção associada ao Centro Operacional de Bruxelas, sendo esta a principal sede de MSF.

Em julho de 2020, Médicos Sem Fronteiras (MSF) foi acusada de ser institucionalmente racista e reforçar o colonialismo em seu trabalho humanitário, em uma declaração assinada por mil atuais e ex-colaboradores e publicada pelo jornal britânico *The*

² Conforme informações disponíveis em < <https://www.doctorswithoutborders.org/who-we-are/history/founding>>. Acesso em 22 de julho às 13:30h

³ Todas essas informações estão disponíveis no website de MSF, em <www.msf.org.br>. Acesso em 27 de agosto de 2020, às 10:30h.

Guardian.⁴ Conforme o texto, a organização falha em notar a existência do racismo no ambiente de trabalho e em suas políticas e práticas de recrutamento.

Ainda nesse mesmo ano, MSF apareceu em pelo menos mais três artigos relacionando-a ao racismo e eurocentrismo⁵, ao passo que em sua seção de oportunidades de trabalho é possível ler a seguinte frase:

MSF-Brasil é uma organização comprometida a promover a inclusão e a diversidade. Incentivamos a candidatura de pessoas independentemente de sua etnia, origem, gênero, orientação sexual, idade, opiniões políticas, religiosas e/ou deficiência (PCD).⁶

Essas queixas parecem especialmente problemáticas no setor humanitário por este estar ancorado sobre compromissos de justiça e igualdade (ACEVO, 2020). Conforme Trotta (2015), MSF descreve a independência, imparcialidade, neutralidade e transparência como princípios que devem ser honrados por todos os seus profissionais.

Este fato nos leva a hipótese de que as organizações humanitárias não governamentais não são capazes de modelar todos os princípios e valores que tão orgulhosamente pregam. Ademais, uma das dificuldades que as ONGIs precisam enfrentar é a questão de serem entendidas como representantes de valores ocidentais e neoliberais, distanciando-se de culturas distintas. Embora um argumento prático para que as ONGIs consigam superar esse problema seria, provavelmente, a redução do eurocentrismo e a promoção da diversidade de pessoas em posições de tomada de decisão, uma vez que ela ajuda a tornar as organizações e iniciativas mais eficazes no centro da mudança social (SANDHU, 2017).

O objetivo geral deste trabalho é compreender o humanitarismo no contexto pós, anti e decolonial, a partir da análise da organização Médicos Sem Fronteiras no Brasil, no

⁴Disponível em <<https://www.theguardian.com/global-development/2020/jul/10/medecins-sans-frontieres-institutionally-racist-medical-charity-colonialism-white-supremacy-msf>>. Acesso em 02 de setembro de 2020 às 18:09h.

⁵ Disponível em <<https://www.thenewhumanitarian.org/tags/black-lives-matter>>; <<https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2020/07/13/decolonisation-aid-humanitarian-development-racism-black-lives-matter>> e <<https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/first-person/2020/08/18/MSF-Amsterdam-aid-institutional-racism>>. Acessos em 02 de setembro de 2020 à 07:18h.

⁶ Disponível em <<https://www.msf.org.br/trabalhe-conosco-brasil>>. Acesso em 02 de setembro de 2020 às 19:13h.

período de 2006-2020. Para isso, faz-se necessário examinar as implicações do viés eurocêntrico na ação humanitária, a partir da (1) compreensão das origens do humanitarismo e da sua interpretação no contexto colonial, pós, anti e decolonial; (2) caracterização das Organizações Não Governamentais Internacionais como atores humanitários e; (3) investigação de formas de decolonização do humanitarismo.

As perguntas que orientam esta pesquisa são: a organização MSF pode ser considerada como uma organização não eurocêntrica e coerente com todos os seus princípios e valores no campo da inclusão e diversidade? Quais fatores explicam a distância entre discursos e práticas da organização?

Como hipóteses, consideramos que: MSF é uma organização eurocentrada; MSF não é capaz de modelar todos os seus princípios e valores; e que a redução do eurocentrismo e a promoção da diversidade de pessoas em posições de tomada de decisão seria uma forma de decolonizar esta e outras organizações humanitárias.

Esse estudo possui caráter qualitativo por se tratar de uma pesquisa que examina aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano (ALONSO, 2016). Além da revisão da literatura referente a temas históricos, conceitos, visões clássicas e críticas do humanitarismo e das Organizações Não Governamentais internacionais, optou-se por um estudo de caso da organização Médicos Sem fronteiras, mais especificamente do seu escritório no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e explicativo. Em termos metodológicos, foi utilizada, em primeiro lugar, a técnica de observação participante. De acordo com Gil (2008, p. 103), esta técnica, também conhecida como observação ativa, “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”. Em outros termos, se trata de um instrumento que permite conhecer e analisar a vida de um grupo a partir do interior dele. Entre as vantagens desta técnica destacam a obtenção de informações relevantes a partir de uma perspectiva holística e o acesso a dados e esclarecimentos que a comunidade ou grupo considera de domínio privado (MÓNACO et al, 2017; GIL, 2008). A observação participante pode acontecer de duas formas. Por um lado, pode ter caráter artificial, quando o pesquisador ou pesquisadora se integra ao grupo analisado com o fim de observar suas características e funcionamento como parte de uma investigação. Por outro, a observação é natural quando se forma parte

da comunidade ou grupo que está sendo pesquisado. No caso deste trabalho, se tratou de uma observação natural devido ao fato da autora trabalhar, desde junho de 2020, no escritório de MSF-Brasil na qualidade de Especialista de Diversidade e Inclusão Racial. Este elemento permitiu maior facilidade na realização do trabalho e o acesso a dados internos e informações privilegiadas. Entretanto, também constitui um desafio em termos de imparcialidade e liberdade de pesquisa que decidimos encarar com objetividade, em função do compromisso com a ciência e o conhecimento, bem como da importância do tema e do ineditismo dos dados e informações analisadas.

Para o presente trabalho foram também utilizadas como técnicas de pesquisa a análise documental de relatórios e material institucional, termos de referência de órgãos e áreas e o Programa de Diversidade e Inclusão Racial (2021-2022) produzidos pelo escritório de MSF no Brasil, bem como a análise de dados secundários a partir das bases de dados da organização como, por exemplo, o levantamento da autodeclaração de raça, etnia, nacionalidade e gênero dos funcionários e Conselho Administrativo da organização no período 2011-2021.

Foram também realizadas um total de cinco entrevistas semiestruturadas com agentes chave da organização Médicos Sem Fronteiras-Brasil, entre o período de 09/07/2021 e 14/07/2021 (tabela 1), através de um roteiro guia para sua realização (APÊNDICE), composto por treze perguntas que incluíram três grandes dimensões de análise. Em primeiro lugar, o humanitarismo, seus problemas estruturais e o papel de MSF neste processo. Em segundo lugar, os avanços e desafios na promoção da diversidade e a inclusão racial por parte de MSF-Brasil e, finalmente, as percepções e imaginários sobre o futuro de MSF em termos de diversidade e inclusão. As entrevistas foram realizadas de forma remota, através de videoconferências pela plataforma de comunicação *Microsoft Teams* e troca de e-mail pelo serviço de correspondência eletrônica *outlook*.

Tabela 1 – Perfil dos informantes entrevistados

Informante-chave	Perfil	Data da entrevista	Duração da entrevista
Ana de Lemos	Diretora Geral de MSF-Brasil desde 2018, foi Diretora de Comunicações de MSF-Brasil por um ano e dois meses e possui grande experiência nos projetos internacionais da organização.	09/07/2021	06:06 minutos
Deise Vieira	Diretora de Recursos Humanos Nacionais de MSF-Brasil desde 2017 e ex-Diretora da Associação Brasileira de RH do Rio de Janeiro.	09/07/2021	22:59 minutos
Renata Reis	Vice-Diretora Geral de MSF-Brasil desde 2020, possui quase uma década de experiência na organização, tendo atuado anteriormente na área de <i>advocacy</i> de MSF-Brasil.	09/07/2021	09:02 minutos
Matheus Motta	Membro do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil, Assistente de Projetos Digitais em MSF-Brasil há um ano, anteriormente atuou como estagiário de Marketing Direto na organização por dois anos.	12/07/2021	Entrevista concedida através da troca de e-mails.
Nira Torres	Diretora de Comunicações de MSF-Brasil desde 2018, possui mais de quatro anos de experiência na organização.	14/07/2021	11:33 minutos

Fonte: Elaboração própria.

Foram selecionadas como informantes chave pessoas que possuem grande conhecimento sobre a organização Médicos Sem Fronteiras no Brasil e/ou grande relação com o tema em questão. No entanto, não foram entrevistados mais profissionais devido à falta de resposta dentro do tempo da realização da pesquisa. Após executadas, as entrevistas foram transcritas e classificadas de acordo com os temas abordados neste estudo e as dimensões acima especificadas. Além disso, devido à ausência de disponibilidade para uma videoconferência dentro do tempo da execução desta pesquisa, a entrevista com Matheus Motta foi concedida através da troca de e-mails entre a entrevistadora e o entrevistado.

Apesar de que a organização Médicos Sem Fronteiras, até mesmo sua presença no Brasil, têm sido amplamente estudada desde a sua fundação (VALLAEYS, 2004; MOULIN

& TABAK, 2014; SANCHES, 2014; TROTTA, 2015; WITTALL, REIS & DE DEUS, 2016; BINET & SAUNIER, 2019), inclusive de forma crítica (DECHAINED, 2002; SHEVCHENKO & FOX, 2008; DESGRANDCHAMPS, 2011; REDFIELD, 2013; CHEN, 2014), a relevância deste trabalho reside, em primeiro lugar, na possível contribuição para o estudo de ações e programas de diversidade e de combate ao racismo dentro de organizações não governamentais. Em segundo lugar, busca-se colaborar com o estudo dos principais desafios enfrentados pelo sistema humanitário internacional a partir de uma perspectiva pós, anti e decolonial. Compreende-se a importância de quebrar o tabu em torno dos debates raciais no sistema humanitário no atual momento, pois entender os problemas relacionados a falta de diversidade nas organizações não governamentais internacionais é o primeiro passo para que as ONGIs consigam, de fato, combater o racismo e modelar seus valores e princípios fundamentais.

Diversos autores já abordaram as conexões entre o colonialismo, a colonialidade e a essência e funções do humanitarismo (FASSIN, 2010; BARNETT, 2011; MBEMBE, 2014; DONINI, 2020). Como algo que ultrapassa as particularidades do processo do colonialismo e que tampouco desaparece através da independência ou descolonização (QUIJANO, 1997), a colonialidade permanece presente nas mais diversas formas e cotidianamente na ação humanitária e na sociedade em geral.

Como Bodenmüller e Silva (2018) bem afirmam,

é fundamental problematizar a subjetividade da Europa como lugar central para a produção de saber e exercício de poder, do mesmo modo que é fundamental problematizar a concepção de paz originária de uma matriz ocidental colonial, racial, hétero-patriarcal que durante os últimos cinco séculos tem se utilizado das mais cruéis barbáries para se expandir e para impor o seu projeto civilizacional ao redor do mundo (MORIN, 2009 apud BODENMÜLLER; SILVA, 2018).

Dessa forma, torna-se necessário abrir espaços de legitimidade na agenda política mundial, uma vez que esta é extremamente ocidental e possui uma visão consolidada e oriunda de países do Norte global. Pereira da Silva (apud BALTAR; LOURENÇO, 2018) esclarece que, conforme a teoria de Quijano (2005), a colonialidade se reproduz do âmbito do poder para o campo do saber, onde a hegemonia eurocêntrica é considerada como a

perspectiva superior do conhecimento. Sendo assim, o fim do colonialismo não resulta no fim da colonialidade, pois mesmo após a independência do domínio colonial de outras nações, ela segue presente nas relações.

Por fim, existe uma urgência em fazer com que as epistemologias negras sejam incluídas e reconhecidas nos campos das teorias críticas, uma vez que, conforme Lima e Silva (2020, p.1), são obrigadas a disputar uma academia maciçamente branca, cisheteronormativa, patriarcal, colonial e capitalista, embora aparentemente “neutra”, que “estrutura e mantém as relações de poder e dominação fundadas no colonialismo”.

A partir destas premissas, este trabalho se encontra dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo descreve-se os principais padrões de organização narrativa do eurocentrismo, que orienta grande parte dos paradigmas sociológicos e da modernidade, a fim de compreender o conceito de humanitarismo e suas origens eurocêntricas, para que possamos estabelecer um diálogo crítico com posturas questionadoras das suas premissas e práticas, através das perspectivas pós, anti e decoloniais, afluindo, assim, as discussões existentes dentre as diferentes visões sobre o tema no âmbito político internacional.

Ainda neste capítulo, são analisadas as Organizações Não Governamentais internacionais, desde seu surgimento, crescimento e consolidação no contexto global e sua atuação no cenário internacional. A partir destas reflexões sobre o humanitarismo e as ONGIs, torna-se possível seguir para um estudo sobre a ação e as organizações humanitárias dentro das perspectivas pós, anti e decoloniais.

No capítulo dois, a organização Médicos Sem Fronteiras é introduzida, por ser uma ONGI internacionalmente conhecida, partindo de sua origem até o presente momento, compreendendo, desta forma, sua estrutura, funcionamento e posição frente as críticas recentes de reformulação de um sistema humanitário mais diverso e menos exclusivo.

No terceiro e último capítulo, MSF-Brasil é apresentada como um estudo de caso, conduzido a partir de análise documental e de dados secundários, observação participante e entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais da organização que possuem conhecimento e relação com o tema investigado.

Por fim, nas considerações finais uma síntese das concepções estudadas é exposta, estabelecendo conclusões a partir das perguntas de pesquisa e hipóteses iniciais. Também são sugeridas algumas recomendações para futuros estudos sobre questionamentos acerca

do humanitarismo clássico e promoção da diversidade nas organizações humanitárias.

1 – Humanitarismo: da perspectiva clássica à anticolonial, pós-colonial e decolonial

Neste primeiro capítulo, abordaremos o conceito do eurocentrismo para que seja possível compreender as origens fortemente eurocêntricas do humanitarismo e analisar suas premissas, padrões gerais ao longo do tempo, desafios e principais críticas.

A partir do entendimento sobre o humanitarismo, será aprofundada a história das Organizações Não Governamentais Internacionais como atores transnacionais, desde seu surgimento e crescimento à consolidação e atuação no contexto da globalização.

Por fim, a ação humanitária será contextualizada e analisada a partir das perspectivas anticolonial, pós-colonial e decolonial.

1.1 O eurocentrismo e as origens do humanitarismo

De acordo com o sociólogo Immanuel Wallerstein (2001), o conceito de eurocentrismo é geralmente definido como um fenômeno que contempla as histórias e culturas das sociedades não-ocidentais a partir de uma perspectiva europeia ou ocidental. Isto significa que na visão eurocêntrica a Europa Ocidental é considerada uma significante universal na medida em que se assume seus valores culturais como superiores em comparação aos valores das sociedades não-europeias.

Já o teórico egípcio Samir Amin (1989, p.9) designou eurocentrismo como uma forma de culturalismo europeu de raízes renascentistas e associada à formação do capitalismo. Amin (1989) enfatiza que esse culturalismo europeu possui um caráter ilusoriamente universal, pois propõe a todos a “imitação” do modelo ocidental como uma única solução aos desafios do nosso tempo.

Segundo Wallerstein (2001, p.26), o eurocentrismo manifesta-se nas ciências sociais de diferentes formas: na historiografia; no provincialismo de seu universalismo; nas suposições sobre a civilização ocidental; no orientalismo e; nas tentativas de impor a teoria

do progresso. Estas diferentes formas de manifestação do eurocentrismo nas ciências sociais se sobrepõem umas às outras, sem ordenação lógica e de maneira pouco clara.

O eurocentrismo na historiografia consiste na interpretação da história global a partir das realizações específicas da história europeia. Embora seja notório que a Europa apresente os países mais ricos e poderosos do mundo, é necessário debatermos o porquê dos europeus, e não outros, terem criado fenômenos específicos para terem tal realidade atual e porquê o fizeram em um determinado momento da história (WALLERSTEIN, 2001).

Contudo, Barbosa (2008) defende que seria um erro supor que a filosofia e a teoria social europeia dos séculos XVIII e XIX em nada teriam contribuído para o desvelamento de outras realidades históricas. Ainda que até o início do século XX pouco tenha sido escrito e analisado a respeito da história de outros povos e civilizações, “ao se expressarem como universalistas sendo, em verdade, provincialistas, os europeus ajudaram a criar o instrumental teórico pelo qual os demais povos poderiam, tendencialmente, ressignificar a imagem que aqueles faziam de si” (BARBOSA, 2008, p.49).

Para Amin (1989), o pensamento europeu nos últimos séculos tem sido quase inteiramente universalista, baseado na proposição da reprodução do modelo ocidental como única solução aos desafios do nosso tempo e, conseqüentemente, constituindo a cultura e ideologia do mundo capitalista moderno. Entretanto, ainda segundo Amin (1989, p.13), este universalismo eurocêntrico seria, na verdade, contraditório, pois se por um lado ele propõe uma perspectiva homogênea sobre o progresso da humanidade, ao mesmo tempo constrói uma ordem insuperável e inatingível por aqueles que não se encontram dentro do sistema mundial de produção capitalista.

Outra forma de manifestação do eurocentrismo nas ciências sociais são as suposições de civilização como um conjunto de características sociais que contrastam com o primitivismo ou a barbárie. A Europa moderna se considerava mais que uma “civilização” entre muitas, a única sociedade “civilizada” ou “especialmente civilizada”, embora nunca houve um consenso sobre o que caracterizaria este estado de civilização, mesmo entre os próprios europeus no século XIX (WALLERSTEIN, 2001, p.30).

Neste contexto, Ina Kerner (2018) ressalta que o eurocentrismo é comumente entendido a partir do ponto de vista do etnocentrismo ao posicionar a Europa no centro de

uma visão de mundo e cita que **alguns autores** refinaram e expandiram este entendimento, contextualizando o eurocentrismo na história e no presente do colonialismo europeu e imperialismo ocidental.

Tanto Mignolo (1995) quanto Lander (1997) e Quijano (2005) consideram o etnocentrismo e a classificação racial universal como mecanismos adotados pela Europa Ocidental enquanto **se estabelecia numa posição de centralidade no sistema mundo e** endossava a autopercepção dos europeus como seres “naturalmente” superiores.

Na obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, Edward Said (2007), intelectual palestino radicado nos Estados Unidos, analisou amplamente a produção cultural e teórica europeia, constatando a existência de um estilo de pensamento baseado em uma distinção epistemológica e ontológica entre o “Ocidente” e o “Oriente”. A distinção entre estes dois mundos seria um ponto de partida fundamental para a construção de teorias e percepções sobre as realidades do Oriente, seus costumes e povos. Todavia, Said (2007) enfatiza que o discurso “Oriente” em oposição ao “Ocidente” pertencente ao orientalismo seria também uma forma de estereotipificar o outro (neste caso, o Oriente) e reduzi-lo a uma determinada essência, evidenciando um estilo ocidental de dominação, reestruturação e autoridade sobre o Oriente.

A última maneira apresentada por Wallesteirn (2001) em que o eurocentrismo se manifesta nas ciências sociais são as tentativas europeias de impor a teoria do progresso no sistema mundo. A partir de 1945, a noção de “civilização” começou a perder sua inocência e atrair suspeitas e, à vista disso, a concepção de “progresso” foi aceita em substituição, tornando-se também a força motriz de todas as ciências sociais aplicadas (WALLESTEIRN, 2001, p.34).

Tal como nas suposições de civilização, Blaut (2000) explica que esta idealização de progresso seria permanente e natural na Europa e não no resto do mundo – característica comum em todo o discurso eurocêntrico. O progresso nos demais locais seria, sobretudo, o resultado da difusão das ideias inovadoras e produtos europeus.

A racionalidade eurocêntrica, portanto, justifica e evidencia-se por meio do dualismo e do evolucionismo; ela apresenta posições binárias na concepção do conhecimento e da representação de etnias não-europeias e não-ocidentais, gerando

estereótipos duplos (o primitivo e o civilizado, a imobilidade e o progresso etc.) que não correspondem a uma compreensão adequada desses povos (QUIJANO, 2005).

Embora nem todo pensamento ou teoria produzida no Ocidente seja eurocêntrica ou uma manifestação de ocidentalidade, Hall (1992) e Coronil (1996) consideram o eurocentrismo como algo problemático especialmente no sentido normativo ou político, devido aos efeitos de poder e suposição de supremacia europeia que normalmente o fundamenta. Uma suposição que não necessariamente, mas muito provavelmente vem com o pressuposto complementar de que os contextos e as pessoas não europeias e não ocidentais são de menor valor do que os europeus (KERNER, 2018).

No decorrer da história, a Europa Ocidental manteve-se continuamente envolvida na transformação das condições globais e na gestão de vidas na ordem moral, política, econômica e ambiental, como veremos a seguir a partir da história e origens do humanitarismo.

De alguma forma, a ajuda humanitária esteve sempre presente ao longo da história da humanidade, muitas vezes sob a forma de alimentos ou ajuda material fornecida durante a fome, a seca ou durante um desastre natural. Entretanto, como Barnett (2011) salienta, é extremamente difícil falar sobre humanitarismo sem relacioná-lo com práticas religiosas.

Tanto o conceito quanto a prática da ação humanitária têm seu início nas tradições religiosas e filosóficas recuadas no tempo, conforme aponta Nascimento (2013). Antes da ajuda internacional ao desenvolvimento se tornar um campo globalmente organizado, os cristãos europeus se dedicavam ao trabalho de caridade, sendo sua motivação a crença de que tinham o dever de servir a Deus através da ajuda às pessoas.

No decorrer da história, diferentes cristãos europeus enviaram membros de suas igrejas em “missões” – termo até hoje utilizado pelas organizações de ajuda humanitária, como Médicos Sem Fronteiras, por exemplo – a outras sociedades para convertê-las ao cristianismo e “ajudá-las a progredir”. Em outras palavras, adotar um estilo de vida cristão ocidental. Estes missionários ensinaram ideias sobre religião e vida política, econômica e social (CARBONNIER, 2013).

A concepção das atividades missionárias é frequentemente relacionada à obra intitulada *Enquiry into the Obligation of Christians, to use Means for the Conversion of the*

*Heathen*⁷ de William Carey (1961), publicada em 1792. Considerada uma espécie de carta para as missões protestantes, a obra de Carey (1961) trouxe uma análise do mundo na época e retratou a urgente necessidade em pregar o evangelho às nações de todos os continentes, fundamentando, através de argumentos teológicos, o envio de missionários aos denominados povos pagãos e frisando, principalmente, que o Reino de Cristo deveria ser proclamado a toda a terra.

A própria palavra “humanitário” (ou *humanitaire*) apareceu pela primeira vez em 1792, conforme destaca Sasson (2015), sendo utilizada para afirmar a natureza humana de Cristo, mas também se referir àqueles que substituíram o cristianismo por “humanidade” como o objeto supremo do culto.

Segundo Barnett (2011), o período da atividade missionária clássica tem início em 1792, com a publicação de Carey (1961), e representou a única atividade humanitária sustentada durante o período de expansão europeia colonial. O ponto central das missões cristãs era cruzar fronteiras geográficas, culturais, econômicas, sociais e políticas, apenas a serviço de Cristo e seu Reino. Enquanto os missionários cristãos tinham visões diferentes dos povos não ocidentais, eles imaginavam uma humanidade universal. Este imaginário era um contraste às ideologias construídas sobre teorias biológicas da raça, que se tornariam bastante populares, especialmente, a partir das últimas décadas do século XIX, como resultado da eugenia fundada por Francis Galton⁸.

Através da adoção de uma linguagem militarista, como, por exemplo, as expressões “guerra pela salvação” e “cruzada contra o paganismo”, os missionários atravessaram o mundo para dar aos denominados “pagãos” a oportunidade de restaurar um

⁷ Tradução nossa: Uma inquirição sobre a responsabilidade dos cristãos usarem meios para a conversão dos pagãos.

⁸ A denominada “ciência eugênica” foi criada pelo antropólogo inglês Francis Galton, no decorrer das últimas décadas do século XIX, e era utilizada para explicar a noção de que a capacidade humana dependia da hereditariedade e pouco da educação. De acordo com Carvalho e Maciel (2016, p. 131-12), em sintonia com a obra de autores como Arthur de Gobineau (1853) e Gustave Le Bon (1894), que recuperaram as teorias de Charles Darwin e defendiam o caráter essencial das raças, no final do século XIX e inícios do século XX, a eugenia de Galton recebeu o apoio irrestrito de cientistas e políticos e se tornou “base científica” para o racismo e os ideais de superioridade racial ocidental. Segundo Stepan (1991, p. 1), a partir do pensamento eugênico se acreditava que as denominadas “raças superiores” e de melhores estirpes conseguem prevalecer de maneira mais adequada ao ambiente. Portanto, mediante conhecimentos biológicos e matemáticos, o objetivo era identificar “os melhores membros da espécie” - como se fazia com os animais -, e estimular a sua reprodução, bem como identificar aqueles membros que apresentavam problemas de caráter degenerativo com o propósito de evitar sua reprodução. Tais concepções foram questionadas de forma explícita somente após os processos de esterilização, os denominados programas de “limpeza étnica” e demais horrores cometidos pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

“relacionamento correto” com Deus. Segundo esta lógica, ao passo em que os infiéis eram salvos, os evangelizadores cumpriam seu dever e eram redimidos pelos pecados da escravidão e do colonialismo (BARNETT, 2011).

Ao explorar o processo colonial português de 1800 e 1900, Paes (2020) analisou como a retórica da missão civilizadora de conduzir os nativos africanos e indígenas a níveis superiores de civilização justificou e legitimou a colonização portuguesa como condutora necessária dos princípios humanitários ocidentais. A Missão Civilizadora fundamentou-se, primeiramente, no discurso humanitarista e benevolente que associou as formações imperiais à realização de objetivos éticos universalistas. Ainda mais necessário do que libertar os nativos de modos primitivos de religiosidade, era preciso resgatá-los de sua inferioridade civilizacional, emancipá-los dos modos de produção primitivos e ensiná-los às civilizadas formas de governo (SILVA, 2009 apud PAES, 2020).

Embora os missionários pregassem a unificação da humanidade, muitos, se não a maioria, acreditavam que a civilização cristã ocidental era vastamente superior às culturas locais em quase todos os sentidos. Barnett (2011) destaca que os missionários viam com ironia tanto hábitos quanto costumes das populações de suas missões, tratando-as como menos humanas, ainda que, teoricamente, pudessem se tornar cristãs. E mesmo que estes povos se tornassem cristãos, ainda eram vistos como inferiores aos missionários, estes autoconsiderados como altamente civilizados.

Somente a partir da segunda metade do século XIX as teorias evolucionistas sobre a história biológica da humanidade passaram a ser consideradas base argumentativa para as missões civilizacionais, como aponta Silva (2009 apud PAES, 2020). Fundamentadas cientificamente na crença da superioridade biológica e civilizacional e na justificativa do processo colonial como um dever ético inevitável, as potências europeias do século XIX se intitularam responsáveis por levar a civilização ao território africano como forma de melhorar as condições morais, materiais e jurídicas destas populações consideradas “atrasadas” (MARTINEZ, 2008 apud PAES, 2020).

A criação de condições para educar almas e corpos nativos, melhorar suas condições materiais e, conseqüentemente, “elevar seu padrão civilizacional”, utilizando o trabalho como principal ferramenta, foi um discurso bastante difundido na Conferência de Berlim

em 1885⁹. Este discurso justificou e legitimou a colonização no território africano, como bem aponta Jerónimo (2009). As resoluções estabelecidas na Conferência corroboraram “um imperialismo de benevolência, ancorado numa motivação religiosa e humanitária. E este imperialismo acabou por ser considerado como obrigação, reforçado como o fardo do homem branco” (JERÓNIMO, p.57, apud PAES, 2020).

De acordo com Barnett (2011), os missionários viam o colonialismo e o capitalismo como uma oportunidade para levar a civilização e o cristianismo às populações “atrasadas”. O colonialismo instaurou nos missionários uma confiança extrema, permitindo-lhes viajar a terras outrora consideradas inóspitas, com a responsabilidade de ajudar os povos nativos. No caso da Grã-Bretanha, por exemplo, sua riqueza era vista como um sinal da graça de Deus, junto com essa graça vinham as responsabilidades especiais de assistência e o fracasso em respondê-las desencadeava em sentimento de culpa e remorso (BARNETT, 2011).

Ainda conforme Barnett (2011), missionários e humanitários dependiam do Estado colonial para proporcionar um refúgio legal, normativo e de proteção, mas eram relativamente independentes na área financeira. Ao contrário da maioria das agências humanitárias contemporâneas que frequentemente dependem da assistência oficial, as sociedades missionárias dependiam de paróquias e congregações em seus locais de origem. Na medida em que compartilhavam crenças básicas com seus doadores, os missionários não precisavam se preocupar com a possibilidade de estarem agindo de forma a ameaçar sua base de financiamento. Entretanto, Barnett (2011) observa que por vezes os missionários expressavam um respeito genuíno pelas culturas e tradições dos povos locais, o que era visto por seus financiadores, ocasionalmente, como uma postura permissiva e indulgente.

Martinez (2008 apud PAES, 2020) salienta que todo o processo colonial apenas exacerbou na mentalidade europeia a sua missão e a crença da sua superioridade e, à vista disso, a suposta inferioridade africana e indígena, uma vez que o próprio conceito de civilizar estava intrinsecamente ligado à inferiorização dos nativos. Os colonizadores

⁹ A Conferência de Berlim, também conhecida como Conferência da África Ocidental e Conferência do Congo, ocorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885. Realizada em Berlim, a conferência contou com a participação de 14 países, objetivando a partilha territorial e arbitrária do continente africano. Dentre os participantes, além dos países europeus, constavam alguns Estados que não dispunham de colônias como, por exemplo, o caso dos países escandinavos e dos Estados Unidos da América.

portugueses, por exemplo, tentavam insistentemente recusar o cotidiano africano a fim de impor seus costumes tidos como civilizados e julgados como superiores, evidenciando todo o racismo explícito que marcou o processo de colonialismo (PAES, 2020).

Para muitos, o movimento antiescravidão surgido nos anos 1780 pode ser considerado uma ruptura histórica em termos de percepção de humanidade. Conforme observado por Hochschild (apud BARNETT, 2011), pela primeira vez na história um grande número de pessoas teve como indignação, que durou por muitos anos, o direito – ou ausência de direito – de outra pessoa. E, surpreendentemente, essa outra pessoa tinha outra cor e era de outro continente.

O movimento antiescravidão conquistou a abolição do comércio de escravizados na Grã-Bretanha em 1807 e a emancipação gradual dos mesmos a partir de 1833. Em uma visão parcialmente benevolente, Haskell (1985) afirma que a indignação moral organizada e sustentada que impulsionou o abolicionismo foi resultado de um despertar religioso evangélico transatlântico e de um sentimento mais amplo de conexão emocional e responsabilidade entre europeus, americanos e africanos. Assim, as percepções de sofrimento moral e cumplicidade na escravidão derivada do envolvimento em redes de compra e troca capitalista resultou no aumento da participação popular no movimento abolicionista.

Ao ser uma campanha organizada visando o bem-estar de um grupo evidentemente diferente dos britânicos, a campanha pelo fim da escravidão proporcionou um grito de mobilização para uma vigilância constante, uma inspiração para esforços subsequentes e um critério contra o qual os métodos e os sucessos de outras causas humanitárias no Império poderiam ser comparados (HUZZEY, 2012).

Barnett (2011) aponta que os movimentos missionário e abolicionista utilizaram muitas vezes a mesma premissa evangélica e inclusive compartilharam indivíduos que pertenciam aos dois grupos. O autor cita Willian Wilberforce como exemplo disto, um político britânico, filantropo e líder do movimento abolicionista do tráfico negreiro. Em 1823, no contexto de uma campanha, Wilberforce argumentou que a escravidão era um pecado contra o cristianismo e que o cristianismo poderia civilizar os escravizados libertos. Em resposta à acusação de que a libertação de escravizados levaria à ruína moral, o político alegou que a escravidão havia causado defeitos no caráter humano e que isso era uma

evidência considerável de que o cristianismo poderia conduzir os escravizados e as raças consideradas atrasadas da “escuridão” para a “luz” (BARNETT, 2011, p. 65).

De acordo com Mbembe (2014), a escravidão imposta pelo continente europeu aos vários povos teve como justificativa, dentre outros mecanismos coloniais, a ideologia salvacionista¹⁰ e a crença de que certos corpos mereciam ser “salvos” e outros não. Ainda refletindo esta ideia, se a escravidão pode ser considerada uma face do colonialismo, Mbembe (2014) afirma que a atividade humanitária pode ser vista como outra, pois, ainda que se modifique com o passar dos anos, ela segue reproduzindo um sistema de operação bastante semelhante.

Como visto, desde as origens do humanitarismo, existe uma íntima conexão entre este fenômeno e o sistema colonial e capitalista. Campanhas humanitárias lideradas por missionários oriundos da Europa empenharam-se para “civilizar povos” em outros continentes com base nos ideais eurocêntricos de superioridade racial, progresso e da missão civilizadora. Tais relações serão analisadas com maior profundidade mais adiante a partir das visões anti, pós e decolonial. Antes disso, veremos a seguir as diversas fases ou eras do humanitarismo, os debates sobre humanitarismo clássico e novo e o papel que desempenham as Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) na ação humanitária.

1.2. As eras do humanitarismo

Diferentes autores têm proposto dividir a história da ação humanitária em períodos cronológicos. Barnett (2011) sugeriu três eras do humanitarismo, refletindo sua ênfase nas expressões ideológicas que o sentimento humanitário tomou ao longo do tempo: do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, um humanitarismo imperial, como visto anteriormente; um neo-humanitarismo desde a Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria; e um humanitarismo liberal, desde o fim da Guerra Fria até o presente (tabela 2).

¹⁰ A ideia da pregação moral e religiosa como possibilidade de salvação da situação de miserabilidade, que fundamentava as atividades missionárias.

Tabela 2 – As eras do humanitarismo

Força	Humanitarismo Imperial (1800 – 1945)	Neo-humanitarismo (1945 – 1989)	Humanitarismo Liberal (1989 – presente)
Destruição	A Grande Guerra de poder e o colonialismo	Guerra Fria e descolonização	Paz liberal
Produção	Comércio	Desenvolvimento	Globalização
Compaixão	Civilização	Soberania	Direitos Humanos

Fonte: Barnett (tradução própria, 2011).

Embora o humanitarismo tenha sido influenciado por vários eventos ao longo dos anos, Barnett (2011, p.23) ressalta que a combinação das forças de destruição, produção e compaixão tem sido algo determinante. Segundo o autor, estas forças não operam isoladamente, mas interagem de várias maneiras para definir a era do humanitarismo, aumentando e diminuindo as tensões práticas e abrindo e fechando oportunidades para a ação humanitária:

- As forças de destruição incluem atos e padrões de violência que colocam vidas em perigo e a possibilidade de segurança e proteção. Elas também afetam como grandes e menores poderes conceituam a relação entre segurança estatal e humana. A violência, como guerras internacionais e civis, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e fome induzida pela guerra, tem sido um caminho para a benevolência. Mudanças na tecnologia e na estratégia militar aumentaram o desejo de expandir as leis da guerra e proporcionar mais proteções e alívio aos civis. A experiência da Batalha de Solferino¹¹ desencadeou um padrão no qual os avanços na letalidade da tecnologia militar levaram a esforços para amenizar seu potencial destrutivo.
- As forças de produção incluem o capitalismo, a economia global e as ideologias no que diz respeito ao papel do Estado na sociedade. O debate sobre a relação entre

¹¹ A Batalha de Solferino ocorreu no norte da Itália, em 24 de junho de 1859, entre o exército austríaco e o francês. Foi um episódio decisivo na luta pela unificação da Itália e também um momento importante na evolução do humanitarismo moderno. A Batalha de Solferino marca a origem do Movimento da Cruz Vermelha e das Convenções de Genebra (DOUZINAS, 2007; BARNETT, 2011).

capitalismo e humanitarismo começou no momento em que organizações formais surgiram no início do século XIX e declararam seu objetivo de tentar salvar o mundo de si mesmo. Uma visão apresentada por Barnett (2011) é que o capitalismo seria uma superestrutura onde o humanitarismo se insere, ajudando em sua reprodução e expansão.

- As forças da compaixão contêm, potencialmente, uma lógica expansionista. O discurso da humanidade, com sua insistência de que as diferenças se dissolvem, resultou no cuidado de povos antes negligenciados e até mesmo rejeitados. Em paralelo ao discurso da humanidade, o princípio da imparcialidade, que afirma que todos os indivíduos são igualmente merecedores de respeito, também acaba contribuindo para um mundo com um mesmo padrão de moralidade.

De acordo com Douzinas (2007), o marco primordial da ação humanitária é reportado a partir do século XIX, quando os horrores de conflitos e guerras levaram a muitos dos princípios relevantes da ajuda humanitária. Em 1859, Jean-Henri Dunant, um jovem empresário suíço presenciou o sofrimento do povo na frente de combate na Batalha de Solferino. Sentindo-se abismado com a crueldade do conflito, Dunant organizou um serviço de primeiros socorros, convencendo o Imperador Napoleão III a libertar os médicos mantidos como prisioneiros, com o propósito de prestarem auxílio aos soldados feridos. Posteriormente, neste mesmo ano, Dunant protagonizou a fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a adoção da Convenção de Genebra de 1864, por meio da qual diversos governos acordaram permitir o acesso aos campos de batalha a hospitais móveis neutros, ambulâncias e equipes médicas, a fim de reduzir os efeitos das guerras sobre a população civil, além de oferecer uma proteção para militares capturados ou feridos (DOUZINAS, 2007).

Desde sua origem, a ação humanitária tem sido justificada e legitimada por uma visão ideal que enxerga nela: “a defesa de certos valores e princípios éticos e uma visão do ser humano abstraída de quaisquer ideologias políticas” (NASCIMENTO, 2013, p. 96). Didier Fassin (2012) investigou o funcionamento da razão humanitária, evidenciando como o trauma se transforma em ação social e política. As crises emergenciais são inscritas na

sociedade pelo trauma, a razão humanitária dele advêm. Para Fassin (2012), as emoções são sentimentos morais que nos conectam ao mal-estar dos outros, fazendo com que busquemos corrigi-lo. Assim, os sentimentos morais nutrem os discursos políticos e tornam legítimas as ações coletivas de vitimização e compaixão.

Baseadas nestes pressupostos, até a década de 1980, atos da sociedade civil com caráter humanitário deram relevância à visão de que a ajuda humanitária deveria ser, idealmente, encarada como um direito universal e incondicional, colocando o humanitarismo acima de considerações políticas e burocracias. Assim, quatro princípios básicos passaram a reger a ação humanitária: humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência. Estes princípios foram formalmente estabelecidos pela Assembleia Geral da ONU, em 1991 (humanidade, imparcialidade e neutralidade) e 2004 (independência).

A humanidade refere-se à prestação de ajuda a todos os necessitados, onde quer que a necessidade exista, objetivando proteger e respeitar todos os seres humanos. Neutralidade é a responsabilidade das organizações humanitárias de não escolher lados de um conflito ou favorecer uma inclinação política, religiosa ou ideológica em particular. A imparcialidade exige que a ajuda seja dada com base apenas na necessidade, sem qualquer outra distinção, incluindo sexo, raça, nacionalidade, etnia, classe, partido político ou crença religiosa. Por fim, a independência refere-se à exigência de que as organizações sejam autônomas de qualquer objetivo político ou militar – ou de ter algum desses objetivos em mente (RYSABACK-SMITH, 2015).

Walker e Maxwell (2009) entendem que as guerras mundiais marcaram mudanças distintas na história do humanitarismo. Eles caracterizam o período da Guerra Fria como um período de misericórdia e manipulação e os anos 1990 como o período da globalização do humanitarismo.

Focando na questão do alívio de desastres, Kent (1987) considerou a Segunda Guerra Mundial como um ponto de virada, argumentando que somente no meio da Segunda Guerra Mundial é que os governos começaram a apreciar plenamente a necessidade de maior intervenção internacional na situação das pessoas atingidas por desastres.

Indiscutivelmente, após a Segunda Guerra Mundial, houve um crescimento súbito e sem precedentes de organizações não governamentais. A ajuda começou a se tornar mais global com avanços crescentes em transporte e comunicação, e começou a se deslocar da

Europa para as partes menos desenvolvidas do mundo. O termo “Terceiro Mundo” foi inicialmente usado para descrever países não alinhados com a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN (Primeiro Mundo) ou com o Bloco Soviético (Segundo Mundo). De acordo com Kent (1987), ele continha muitos dos novos governos pós-coloniais na África, América Latina e Ásia e assim, com o passar do tempo, passou a ser usado coletivamente para descrever aqueles países definidos tradicionalmente como subdesenvolvidos e empobrecidos. No pós-Guerra Fria, a ajuda humanitária começou a se concentrar naqueles países do Terceiro Mundo, à medida que as ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento começaram a se impor na sociedade moderna (KENT, 1987).

Hoje, o humanitarismo enfrenta um ambiente cada vez mais complexo, repleto de controvérsias e batalhas políticas. Entretanto, à medida que conflitos e desastres se tornam mais frequentes e cada vez mais geopolíticos, a adesão aos quatro princípios básicos se torna cada vez mais importante.

1.3. Do clássico ao novo: os rumos da ação humanitária

O conceito clássico de humanitarismo reflete sua natureza como um fenômeno socialmente construído, fabricado pela interação da compaixão com o sofrimento humano. Ele tem origem na crença da universalidade da condição humana, na qual acredita-se que eventos como doenças, fome, pobreza e martírio devido a zonas de conflitos ou regimes opressivos não deveriam ocorrer, porém, caso ocorram, seria nosso dever agir para minimizar da melhor forma possível o sofrimento humano (BARNETT, 2011). Este paradigma surgiu no Norte global a partir de Henri Dunant e sua experiência na Batalha de Solferino em 1859 e tem como grande foco os princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, serviço voluntário e universalidade (DOUZINAS, 2007).

Em 1965, a Cruz Vermelha adotou estes sete princípios fundamentais que logo se tornaram o código de regras da ação humanitária. A característica principal do humanitarismo deveria ser, conforme Douzinas (2007), de maneira mais geral, como indicam esses princípios, seu caráter apolítico e sua neutralidade. Segundo Nascimento (2013), isto significava que os poucos atores que se engajavam na ação humanitária

precisavam ser imparciais, garantindo a prestação de ajuda proporcional (e baseada apenas) à necessidade imediata, sem considerar etnia, religião, raça ou qualquer outro aspecto.

Os princípios do humanitarismo clássicos foram construídos sobre os seguintes três pilares: a separação entre ajuda de emergência e ajuda ao desenvolvimento; o reconhecimento e aceitação dos limites impostos às operações humanitárias pelo princípio da soberania e; a concepção da ajuda humanitária como neutra, imparcial e independente de qualquer objetivo militar e/ou político. Considerando as dinâmicas de conflitos e crises tradicionais, a ação humanitária baseada nestes princípios e pilares foi, por muito tempo, considerada a forma mais eficaz e coerente de resposta às crises humanas mais graves (DA SILVA, 2019).

Contudo, Barnett (2008) aponta que, embora a ideia de salvar vidas e aliviar o sofrimento dificilmente seja uma criação ocidental ou cristã, as origens do humanitarismo moderno estão localizadas na história ocidental e no pensamento cristão. Consequentemente, sempre existiram tensões entre a suposta universalidade das organizações humanitárias e suas raízes ocidentais. Os humanitários frequentemente utilizam seus objetivos e princípios como evidência de sua orientação e apelo universal. Esta afirmação de universalidade era constantemente desafiada por forças contrárias que viam as reivindicações universais como um movimento dos ricos e poderosos para impor suas visões de mundo aos fracos e vulneráveis (BARNETT, 2008). Nos últimos anos, com o aumento do número de agências humanitárias se tornando mais e mais ligadas aos valores associados ao Ocidente, esses desafios têm sido maiormente debatidos.

Historicamente, o conceito clássico do humanitarismo foi considerado a resposta mais eficaz às emergências humanitárias. Isso se deve muito ao contexto geopolítico da época, quando a soberania dos Estados era vista como algo inviolável e o conflito interestatal era o único tipo de embate que ocorria entre a ajuda humanitária e a assistência ao desenvolvimento, com uma separação evidente entre o serviço de cooperação prestado pela sociedade civil e pelos militares (HILHORST, 2018).

Hilhorst (2018) chama atenção para o fato de a abordagem clássica ter um único foco na importância dos princípios humanitários como meio de obter acesso seguro às pessoas necessitadas. Como DeChaine (2002) bem observou, este foco exclusivo nos princípios humanitários consolidava a identidade dos atores internacionais como agentes

independentes da sociedade. Ao representar um espaço como uma zona de interação ética e humana, as agências humanitárias se apresentavam como atores neutros do contexto territorial ou político no qual operavam. Um ótimo exemplo para este fato seria a seguinte situação: um campo onde pessoas se refugiam, desconectadas de suas redes, meios de subsistência e sociedades e completamente dependentes da boa vontade do cuidado internacional. Sem dúvidas, em muitas áreas a estrita neutralidade, o isolamento e as medidas altamente protetoras associadas aos compostos de ajuda humanitária são fundamentais. Entretanto, em muitos outros territórios, responsabilidade, boas relações com organizações parceiras demonstrando confiança na equipe de pessoas locais e um comportamento respeitoso podem compensar mais em termos de segurança do que os princípios humanitários.

O acesso às vítimas estava condicionado aos princípios básicos do humanitarismo, somado ao consentimento dos Estados juntamente com a base da distinção entre beligerantes e não beligerantes. A ação humanitária se concentrava tradicionalmente na ajuda de emergência e assumia a modéstia de sua articulação com os princípios de neutralidade e independência como o caminho certo para garantir o acesso efetivo às populações vitimizadas. Esta orientação recebeu muitas críticas por oferecer uma resposta humanitária paliativa e uma visão de curto prazo, governada primeiramente pelo imperativo humanitário da assistência e, em segundo lugar, por uma lógica de compaixão despolitizada (DA SILVA, 2019).

Acompanhando a evolução do mundo na década de 1990, no contexto de mudanças geopolíticas e na diversidade da natureza dos conflitos e emergências, a essência tradicional da prática humanitária foi sofrendo mudanças e novas interpretações, tornando-se gradativamente mais complexa e fragmentada e se relacionando com uma gama ainda mais variada de situações. Conforme uma nova ordem mundial definida por importantes mudanças geopolíticas surgia, crescia também o número de “conflitos violentos, crises humanas de diferente natureza e uma erosão progressiva da distinção entre combatentes e civis” (NASCIMENTO, 2013, p.97). Consequentemente, ocorreram importantes mudanças na visão clássica do humanitarismo devido a estas múltiplas emergências políticas complexas, como por exemplo, as graves crises humanitárias de natureza multicausal e abrangente, envolvendo diferentes dimensões da sociedade. O surgimento dessas ainda

mais complexas emergências evidenciou que as respostas humanitárias tradicionais apoiadas nos princípios clássicos de imparcialidade e neutralidade não eram mais capazes de atender desafios tão complexos de forma apropriada.

Muitas organizações recém-formadas, tais como Médicos Sem Fronteiras (MSF), e outras pré-existentes, insistiram que o humanitarismo deveria ir além dos parâmetros definidos pelo “velho” humanitarismo na convicção de que a ajuda deveria se tornar mais política e se libertar de seus princípios neutros originais para se tornar eficaz e moralmente coerente (RIEFF, 2002 apud CRAVEIRO, 2008).

Emerge, portanto, um “novo” humanitarismo. Segundo Craveiro (2008) e Nascimento (2013), se trata de um humanitarismo que incorpora objetivos mais amplos e de longo prazo e uma visão de justiça e direitos mais íntegra defronte à ditadura da emergência, que antes colocava as necessidades no topo da hierarquia de prioridades da ação humanitária a curto prazo.

Além de surgir como uma ideia que buscava substituir as abordagens clássicas por sua própria visão - um novo paradigma, a atração da ideia do novo humanitarismo, entretanto, refletia não apenas os desafios da era pós-Guerra Fria, mas também os interesses de atores particulares, especialmente doadores, atores de segurança dos governos ocidentais e grupos de ONGs que haviam sido um tanto marginalizados pelas instituições humanitárias dominantes, ocidentais e essencialmente seculares. Desta forma, a ação humanitária passou a ser ativamente integrada na situação de conflito por vários atores, ainda que às vezes implicitamente. Organizações não governamentais internacionais, doadores, militares e comunidades locais começaram a se engajar não apenas na ajuda tradicional, mas também na pacificação, na manutenção da paz e na prestação de assistência ao desenvolvimento. Deixando de ser apresentadas, para muitos, como um elemento puramente independente e neutro, em díade com as Forças Armadas, as organizações humanitárias passaram a ser incluídas nos planos da estratégia militar, resultando em um aumento exponencial do financiamento para a ajuda humanitária, em razão da assistência ao desenvolvimento (CRAVEIRO, 2008).

A doutrina militar e a política de desenvolvimento convergiram no pressuposto de que o subdesenvolvimento era um poderoso motor para a instabilidade nacional e, conseqüentemente, insegurança internacional. Dessa forma, os estrategistas militares

consideram cada vez mais o desenvolvimento como um componente fundamental de estabilidade e segurança (GORDON, DONINI, 2016).

Nascimento (2013) define esta nova fase do novo humanitarismo como assumidamente mais político, o que resultou em um apoio crescente de organizações não governamentais, governos doadores e agências multilaterais. Desafiando o paradigma clássico, a essência moderna da ação humanitária considerava que o tradicional propósito de aliviar o sofrimento humano e salvar vidas nas circunstâncias contemporâneas de intenso conflito e pós-conflito se demonstrara paliativo e insuficiente. Frequentemente abordada desde a década de 1980, a necessidade de estabelecer uma correlação entre ajuda de emergência e desenvolvimento como resposta às crises e desastres tornou-se crucial e evidente para o novo humanitarismo. Assim, objetivos de médio e longo prazo como o desenvolvimento, a promoção de direitos humanos, governos estáveis e legítimos, reconstrução pós-conflito e a promoção da paz (em última instância), passam a ser incorporados na ação humanitária.

Douzinas (2007) chama atenção para as consequências desse novo humanitarismo ao ser mais político que o anterior. O *advocacy* utilizado por várias organizações não governamentais para pleitear a intervenção militar ocidental para fins humanitários evidenciava a quebra no princípio da neutralidade. A politização do humanitarismo conflita com o caráter apolítico tradicional do qual depende a apreciação pública pelas ONGs. À vista disso, as organizações não governamentais passaram a se preocupar em reafirmar sua clássica reputação apolítica e neutra, utilizando a linguagem da moralidade e da ética para reconciliar prioridades conflitantes e justificar escolhas, ao invés de recorrer a uma linguagem política. Os direitos humanos tornam-se então o repertório de preferência do novo humanitarismo, sendo frequentemente utilizado para disfarçar decisões complexas e até mesmo controversas.

Da Silva (2019) ressalta que uma das áreas mais controversas de colaboração estatal na ação humanitária está relacionada à esfera político-estratégica. O envio de tropas militares em situações de conflito (ou pós-conflito) causa sérias implicações humanitárias. Entretanto, a colaboração militar do Estado em crises humanitárias representa apenas um aspecto da ação estatal no cenário humanitário internacional. Na verdade, a influência do Estado é visível em ao menos três conjunturas: a primeira está relacionada com a expansão

dos recursos destinados à ajuda humanitária; a segunda é a bilateralização da ajuda, onde ocorre um estabelecimento de critérios mais claros e restritivos exigidos através de compromissos contratuais entre doadores e benfeitores; em terceiro lugar, e em consequência do anterior, é o aumento do número de agências humanitárias (DA SILVA, 2019).

Conforme Nascimento (2013), apesar das críticas suscitadas pelas denominadas “intervenções de caráter humanitário” em casos como os da Somália, Haiti e Kosovo, após um período marcado por algum otimismo e alguns sucessos relativos, o novo humanitarismo adquire conotações mais contraditórias especialmente após o 11 de setembro de 2001 e a denominada “Guerra contra o terrorismo” declarada pelos Estados Unidos da América (EUA) e as potências ocidentais. Neste contexto, em que se verificam diversas operações definidas como “de caráter humanitário” no Afeganistão (2001), Irak (2003), ou Síria (2016), o conceito e prática do novo humanitarismo suscitam diversos questionamentos éticos resultantes das lógicas de politização e instrumentalização dos princípios humanitários por parte de atores políticos, o que resulta, por conseguinte, em um desvirtuamento da essência tradicional independente e imparcial do humanitarismo. Além da militarização crescente da ação humanitária, cada vez mais as decisões com implicações humanitárias passaram a ter como base critérios e interesses geopolíticos e geoestratégicos, enquanto os critérios de necessidade das vítimas – antes prioridade, pelo menos em termos formais – passaram a ser menos considerados.

Vale ressaltar que, conforme Barnett (2008) observa, qualquer fronteira entre o humanitarismo e política é uma construção social e, portanto, depende de como os atores conhecedores tentam criar, manter e definir os critérios e categorias para a segregação.

Como visto neste capítulo, muitas organizações humanitárias operam com uma definição de humanitarismo que se restringe à prestação imparcial, independente e neutra de assistência, o que, em suas perspectivas, as tornam apolíticas. No entanto, como Barnett (2008), Stein (2012) e Redfield (2012) argumentam, o humanitarismo dificilmente está fora da política. Na verdade, muitos trabalhadores humanitários são atraídos pelo humanitarismo precisamente porque ele faz uma afirmação política clara em um mundo que sacrifica desnecessariamente tantos.

Em síntese, a face da ajuda humanitária hoje é complexa, com centenas se não milhares de ONGs e outras organizações de muitos países fornecendo uma variedade de esforços de assistência.

1.4 As Organizações Não Governamentais Internacionais e a ajuda humanitária

As Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) são atores transnacionais que operam independentemente dos governos, objetivando manter uma autonomia de intervenção e mobilidade nos locais onde levam sua assistência. Na prática, as ONGIs atuam como um veículo para alcançar os mais necessitados, planejando atividades, estruturando e usando doações para realizar projetos em diversas partes do mundo (PETRONE, 2013).

A origem do termo “Organização Não Governamental” (ONG) encontra-se nas Nações Unidas, quando a denominação foi utilizada para definir as organizações civis que não tinham nenhum vínculo com um governo. O termo entrou em uso comum através da Carta das Nações Unidas, no final da Segunda Guerra Mundial, e tende a ser atribuído ao trabalho realizado por entidades privadas sem fins lucrativos em outros países, frequentemente listados como “em desenvolvimento”. Em 1945, o Artigo 71 da Carta das Nações Unidas formalizou o envolvimento das ONGs nos processos e atividades da ONU (HERZ; HOFFMAN, 2004).

Hoje, as ONGs podem colaborar com a ONU de duas maneiras: como entidades com status consultivo do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) ou como entidades credenciadas com o Departamento de Comunicações Globais (antigo Departamento de Informação Pública – DPI). Conforme dados das Organizações das Nações Unidas, existem atualmente 5.593 ONGs com status consultivo e mais de 1.500 associadas ao Departamento de Comunicação Global das Nações Unidas (DGC, antigo DPI), entretanto, este número diz respeito apenas às organizações registradas e associadas à ONU (ONU, 2021; ONU, 2021a)¹².

¹² Dados disponíveis em <<https://www.un.org/es/get-involved/un-and-civil-society>>. Acesso em 18 de julho de 2021 às 12:19h.

Masefield e Barlow (2020) estimam que existiam pelo menos 35.000 grandes Organizações Não Governamentais estabelecidas no mundo no ano de 2000 e que muitas delas operavam no setor da saúde. Segundo relatório da ONU sobre a situação do voluntariado, o número de trabalhadores voluntários no mundo superava a faixa de 140 milhões de pessoas no ano de 2011 (PETRONE, 2013). Entretanto, estimar a quantidade de Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais no mundo é uma tarefa extremamente difícil, senão impossível. Parte do problema é a dificuldade em haver uma base de dados abrangente capaz de rastrear todas as organizações existentes nos mais diversos países ao redor do globo, incluindo aqueles que possuem dificuldades para se comunicar externamente.

No contexto brasileiro, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pesquisas mostram que na década de 1990 houve uma rápida expansão do terceiro setor no Brasil. Ainda segundo o IBGE, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceu 157%, passando de 105 mil para 276 mil, e o número de pessoas empregadas no setor passou de 1 milhão para 1,5 milhão, registrando um aumento de 50%.

Em termos históricos, alguns estudiosos atrelam a origem das Organizações Não Governamentais ao período pós-Segunda Guerra Mundial, quando alguns países europeus, após terem sido ocupados por exércitos inimigos, “ficaram sensibilizados com a dura experiência sofrida e passaram a buscar meios de cooperar com suas antigas colônias, como que desejando expurgar suas culpas pelas tiranias antes praticadas” (PRESSBURGER, 1996; VIANA, 1997 apud FERREIRA, 2005, p. 42). Foram criados de imediato órgãos de cooperação intergovernamental a fim de possibilitar o envio de recursos que auxiliassem formalmente no desenvolvimento das ex-colônias. Contudo, é preciso considerar que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é um campo político, permeado por relações de poder e que os interesses políticos, econômicos e geoestratégicos dos países doadores ocupam um lugar central desde o início (MILANI, 2018). Rapidamente foi possível perceber que as relações entre os países envolvidos haviam se tornado bastante complexas e que problemas diplomáticos poderiam surgir, em razão de uma forma de interferência de uma nação sobre a outra. A solução encontrada foi

formar ou impulsionar a criação de organizações sem ligação ao aparato estatal, que pudessem se responsabilizar pelo repasse de recursos governamentais.

Como bem aponta Ferreira (2005), algumas teorias justificam o surgimento das ONGs, após a Segunda Guerra Mundial, a partir da necessidade que determinados Estados sentiram de encontrar formas para fomentar o desenvolvimento de países subdesenvolvidos sem sofrerem interferências em suas relações diplomáticas. Através das organizações não governamentais, passava a ser possível suprir demandas antes não atendidas pelos Estados de maneira eficaz. O autor ainda elucida o fato de que ocasionalmente países desenvolvidos recebiam doações de recursos por investidores sociais, mas não viam as quantias serem revertidas em bens públicos, por incompetência, corrupção ou uma série de outros motivos. Em consequência, as ONGs conseguiram prosperar e se multiplicar como organizações consideradas confiáveis e eficazes, com as quais tanto filantropos quanto governos e instituições podiam contar.

Conforme Petrone (2013), com a crise da União Soviética, houve registros da presença de diversos atores humanitários. Durante esse período, muitas Organizações Não Governamentais foram muito ativas nos países do Leste, onde denunciaram violações dos direitos humanos, tornando-se porta-vozes de um desenvolvimento alinhado com o modelo de desenvolvimento ocidental. Como exemplo disto, Petrone (2013) chama atenção ao fato de o investidor e filantropo húngaro-estadunidense George Soros ter financiado diversas ONGs que denunciaram o mau funcionamento do socialismo soviético, tendo como real interesse o impulso que a abertura dos mercados poderia dar a seus investimentos em diferentes países do Leste.

Entretanto, Petrone (2013) alega que com a atual crise econômica houve também uma diminuição do financiamento para as organizações do terceiro setor, o que desencadeou uma mudança na maneira como elas operam. Assim como os Estados, para sobreviver, as ONGs precisaram aumentar seus compromissos com as multinacionais, as verdadeiras protagonistas na tomada de decisões tanto na esfera política quanto na econômica nos tempos atuais, regressando então à dependência de capital a fim de sobreviver. Esta mudança de direção criou uma nova imagem das Organizações Não Governamentais que, em muitos casos, não é tão coerente com seus objetivos (PETRONE, 2013).

Em síntese, as teorias para o vasto crescimento do número de Organizações Não Governamentais Internacionais e sua forte atuação na segunda metade do século XX são atreladas ao desenvolvimento econômico, as inovações tecnológicas, o aumento do número de Estados no sistema internacional devido à desintegração dos impérios e as grandes guerras (LEWIS, 2010). Todavia, um estudo desenvolvido por Edward Turner (2010) pela Universidade da Califórnia, apresentou uma hipótese alternativa para a rápida expansão do número de Organizações Não Governamentais Internacionais no mundo. Para ele, no último meio século, este processo pode ser explicado por fatores que vão muito além das teorias geralmente utilizadas sobre descolonização, globalização e/ou aumento do número de questões globais.

De acordo com a pesquisa de Turner (2010), se os números de ONGIs se expandem em resposta ao aumento da demanda por seus serviços, então as mudanças no ambiente global prevalecente deveriam ser correlacionadas com altos e baixos na quantidade de ONGIs existentes. Entretanto, conforme o estudo, o número de ONGIs analisadas aumentou não porque havia mais questões a serem tratadas, mas sim como resultado da multiplicação de organizações abordando o mesmo tema.

A respeito da globalização tecnológica, Turner (2010) afirma que ela pode explicar a incrivelmente rápida escalada da contagem das Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais até o momento atual. Contudo, existem limitações, pois o período de crescimento mais rápido para as ONGIs foi o final dos anos 1960 e início dos anos 1980, mas os avanços tecnológicos não parecem explicar estes padrões. Conforme Charnovitz (1997 apud TURNER, 2010), a longa história das ONGIs é cíclica e o período pós-2000 testemunhou um declínio na quantidade de Organizações Não Governamentais Internacionais no mundo. Esta observação contradiz a explicação da globalização tecnológica, pois para Turner (2010), era de se esperar uma relação direta entre o aumento nas conexões globais à internet e a fundação de ONGIs.

Por fim, Turner (2010) analisou outra teoria bastante frequente para o aumento das Organizações Não Governamentais Internacionais: a descolonização. Nos anos 80, os Estados coloniais ocidentais haviam cedido a soberania sobre quase todas as colônias do Terceiro Mundo. Alguns teóricos do sistema mundial atrelam o aumento da atividade das organizações à expansão do sistema capitalista ocidental para as antigas colônias, com as

ONGIs substituindo o poder que era usado para governar as colônias e o emprego ocidental. O registro de fato mostra que o número de ONGIs ocidentais aumentou durante a década de 1960, que foi o auge da descolonização. Porém esta explicação poderia ser apenas parcial, visto que o número de ONGIs continuou a aumentar mesmo após a descolonização (TURNER, 2010).

Dessa forma, Turner (2010) conclui que, embora fatores como a descolonização, as questões globais e o progresso tecnológico tenham contribuído para a expansão das Organizações Não Governamentais Internacionais, eles são, na melhor das hipóteses, explicações parciais.

Segundo sua pesquisa, o número de matrículas em faculdades de direito nos Estados Unidos cresceu de forma semelhante ao crescimento do número de jovens adultos (exclusivamente devido à matrícula feminina), enquanto a frequência de jovens advogados mais do que dobrou entre 1965 e 2010. Esta explosão de qualificações acadêmicas precedeu a expansão das ONGIs. O aumento da educação feminina e participação de mulheres no local de trabalho aumentou o tamanho geral do grupo de candidatos competindo por empregos, conseqüentemente tornando a ascensão a posições de liderança mais competitiva. Por fim, foi analisada a média de idade dos líderes das organizações internacionais: entre 1950 e 2005, a idade média dos líderes de doze ONGIs aumentou em 8 anos (de 56 para 64) e os períodos de aumento mais rápido estão estreitamente correlacionados com a taxa de crescimento do coorte de 55-64 anos. Quando a competição por empregos é alta, o avanço para a posição dos líderes é lento e a idade dos líderes aumenta. Por outro lado, quando a competição é baixa, os indivíduos mais jovens avançam para posições de liderança mais cedo (TURNER, 2010).

Portanto, segundo a pesquisa de Turner (2010), a aceleração nos números da ONGIs foi causada, entre 1965 e 2010, na verdade, pelo *baby boom* do pós-guerra e uma crise no aumento demográfico dos indivíduos qualificados competindo por trabalho.

Em algumas áreas específicas as ONGs conquistaram autoridade significativa aos olhos de outros atores transnacionais, especialmente no que diz respeito ao humanitarismo. Entretanto, devido às tensões da Guerra Fria e também pela fraqueza institucional do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), as ONGs tiveram sua influência abalada, voltando a ter seu papel intensificado somente na década de 1970,

quando desempenharam um importante papel numa sucessão de conferências da ONU: desde a Conferência de Estocolmo em 1972 até à Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio (Eco-92) em 1992 (LEWIS, 2010).

Ao final dos anos 1980, as Organizações Não Governamentais assumiram um papel ainda mais importante nos países em desenvolvimento. De acordo com Lewis (2010), no contexto neoliberal, para liberalizar as economias e “recuar” o Estado como parte das políticas e programas de ajuste estrutural impostos por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), as ONGs também passaram a ser vistas como uma alternativa rentável à prestação de serviços do setor público. Na era pós-Guerra Fria, a comunidade internacional de doadores começou a defender uma nova agenda política de “boa governança” que via os resultados do desenvolvimento como oriundo de uma relação equilibrada entre governo, mercado, e terceiro sector.

A atenção dada às Organizações Não Governamentais trouxe grandes quantidades de recursos de ajuda, esforços para desenvolver a capacidade das ONGs de ampliar seu trabalho e incitaram importantes mudanças no pensamento e na prática do desenvolvimento geral, incluindo novas ideias sobre participação, empoderamento, gênero e uma gama de abordagens centradas nas populações para a redução da pobreza. Cernea (1988, p.8 apud LEWIS, 2010, p.3) argumentou que as ONGs representavam uma filosofia que reconhecia a centralidade das pessoas nas políticas de desenvolvimento, e que isto, junto a alguns outros fatores, lhes dava vantagens comparativas em relação aos governos.

Conforme Rachid (2018), historicamente, as operações de Organizações Não Governamentais sempre dependeram de organizações interestatais para o fornecimento de canais de ação. Consequente, as ONGs encontraram uma forma direta e independente de diplomacia não governamental através de suas próprias redes, além de conseguirem atravessar fronteiras nacionais.

Entretanto, levando em consideração que as normas internacionais e regionais das Organizações Não Governamentais foram elaboradas em resposta a situações difíceis de países subdesenvolvidos, e que os Estados eram encorajados a criarem novos procedimentos intergovernamentais através de relatórios e monitoramento formal, as próprias ONGs trouxeram a expectativa de que eram responsáveis pelas práticas de direitos humanos. Dessa forma, no final dos anos 1990, havia-se construído uma expectativa alta

em cima das ONGs para que não fossem apenas uma “solução rápida” para os problemas dos países subdesenvolvidos, o que resultou em um retrocesso: evidências de que as ONGs só tinham correspondido parcialmente às altas e pouco realistas expectativas surgiram. Além disso, houve também uma mudança global entre os doadores no sentido de novas formas de trabalhar com os governos dos países em desenvolvimento, utilizando mecanismos como o apoio orçamental, quando o dinheiro é dado diretamente a um governo do país beneficiário (geralmente de um governo doador), e abordagens setoriais, um método que reúne governos, doadores e outras partes interessadas de qualquer setor (LEWIS, 2010).

Durante as últimas quatro décadas, as ONGs indiscutivelmente ganharam proeminência em assuntos internacionais. A partir delas, indivíduos comuns podem expressar suas preocupações sobre questões particulares, sendo um canal àqueles que querem fazer a diferença em suas ou outras comunidades. Ainda mais significativo, em situações de crises humanitárias graves, a própria natureza das ONGs permitiu-lhes contornar as restrições de soberania estatal e as complexas regulamentações das burocracias internacionais para fornecer assistência imediata aos afetados pelas crises. Por vezes, elas até desempenharam papéis vitais na conscientização internacional daqueles que são negligenciados pela comunidade global devido à sua raça, status socioeconômico ou localização geográfica (CHEN, 2014)

De acordo com Rachid (2018), as Organizações Não Governamentais são bastante eficazes em organizar formas de gerar pressão internacional sobre os governos, tanto popular quanto diplomática, por meio de divulgação de informações em canais públicos e governamentais. Em princípios específicos, o esforço e dedicação das ONGs possibilita a mobilização de uma altamente motivada participação pública internacional. Em oposição com as obrigações dos Estados em responder a uma maior demanda, o compromisso com um conjunto muito focado em preocupações permite que as ONGs obtenham alavancagem em questões políticas selecionadas, e isso pode ser útil a nível internacional, onde as ONGs desafiam a soberania dos Estados (RACHID, 2018, p.49).

A respeito do apoio financeiro recebido pelas Organizações Não Governamentais Internacionais, Petrone (2013) ressalta que, embora elas se definam como não governamentais, ocasionalmente, uma grande parte de seu financiamento também vem do

Estado, o que pode resultar em um certo controle externo e perda de autonomia pelas ONGIs que contam também com esse tipo de auxílio.

Durante as últimas décadas, Herz e Hoffman (2004) chamam atenção para as importantes mudanças na política mundial que transformaram drasticamente o ambiente no qual as Organizações Internacionais operam: a conscientização crescente frente aos problemas sociais, ambientais, de saúde pública e de natureza global, o desenvolvimento tecnológico, o acesso à internet e até mesmo o próprio aumento de organizações internacionais compõem esse quadro.

Desde perspectivas críticas em relação ao papel das ONGs, há muitas controvérsias em torno da prestação de ajuda que estas oferecem. O rápido crescimento das Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais pode ser atribuído a diversas causas, incluindo o aumento da necessidade na era pós-colonial, a abundância de desastres naturais causados pelo ser humano e um sistema global cada vez mais integrado. No entanto, é necessário ressaltar que isto também aponta, talvez, para uma mudança no interesse político e governamental e no financiamento, sendo assim preferível o fornecimento de assistência a longo prazo e a estratégia de desenvolvimento complexa (RACHID, 2018).

Além disso, as guerras e desastres naturais permitiram às organizações humanitárias uma desculpa para intervir nas nações de forma semelhante à que as crises financeiras permitiram a intervenção nos países e a imposição de programas de ajuste econômico e social. Conforme Chen (2014) bem analisa, a aceitação universal dos valores humanitários, juntamente com a necessidade de fazer algo durante uma crise, permite que as organizações humanitárias operem em certos momentos com pouca responsabilidade.

Em seu estudo crítico à atuação das Organizações Não Governamentais Internacionais, I'Anson e Pfeifer (2013) argumentam que, na maioria dos casos, as ONGIs e seus apoiadores são surdos às necessidades e desejos reais daqueles que estão tentando ajudar. Isso ocorre porque muitas vezes as ONGIs ignoram as importantes e problemáticas consequências não intencionais de seus compromissos ideológicos implícitos, sendo incapazes de ver necessidade de se engajar em um diálogo crítico sobre eles. Além disso, muitas organizações encaram os pedidos para abordar contradições como uma limitação para a capacidade de cuidar das necessidades urgentes do sofrimento.

Ainda segundo I'Anson e Pfeifer (2013), algumas ONGIs apelam, em resposta a tais críticas, para medidas de prestação de contas que por si só apenas proporcionam uma concepção estreita e, em última instância, ineficaz de prestação de contas. Por exemplo as ONGIs recorrem aos seus próprios registros de transparência em defesa de críticas, embora essa concepção de transparência seja estreita e, em última instância, incapaz de atender a seus próprios ideais reivindicados.

Um problema que afeta muitas ONGIs ocidentais contemporâneas, conforme Rozario (2003) em seu estudo de caso sobre história da Revista da Cruz Vermelha no início do século XX, é a mercantilização do sofrimento. Rozario (2003) afirma que, somente quando a filantropia se torna um empreendimento de marketing explorando o sofrimento e tratando seus doadores como consumidores que precisam ser entretidos, ela se torna um fenômeno de massa.

De fato, os debates relacionados às contradições das Organizações Não Governamentais Internacionais humanitárias têm continuado a ocorrer entre apoiadores e críticos, em parte devido à diversidade de casos e contextos e, em parte, porque há surpreendentemente poucos dados disponíveis relativos ao desempenho e eficácia das ONGIs (LEWIS 2010).

Independente de erros e acertos, embora não sejam definidas ou consideradas pela literatura como sujeitos do direito internacional público¹³, as Organizações Não Governamentais Internacionais podem ser consideradas atores das relações internacionais. Torrotenguy e Dallari (2012, p.320) ressaltam que “atos bilaterais e documentos de organizações internacionais estatais legitimam a participação dessas organizações na cooperação internacional como potenciais parceiras”. No entanto, as ONGIs ainda padecem de uma regulamentação minuciosa ou geral para sua atuação, que ainda é pouco mesurada e discricionária. Isto revela a necessidade de se aperfeiçoar importantes aspectos na relação jurídica que entre as ONGIs e os Estados, no campo das relações bilaterais (TORROTENGUY; DALLARI, 2012).

¹³ Diferentemente dos Estados e das Organizações Internacionais, as ONGs Internacionais não são pessoas jurídicas de Direito Internacional Público. Contudo, elas possuem personalidade jurídica de direito interno de um Estado qualquer que, aos lhes conceder personalidade, a elas delega poderes para prosseguir em suas atividades.

1.5 O humanitarismo a partir das visões, pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais

Desde a colonização até os tempos atuais, o humanitarismo se tornou uma força social considerada correta e aceita para se fazer “o bem” (BARNETT, 2011; PAES, 2020). Muitos dos seus princípios foram reconhecidos em leis e políticas¹⁴ e seus feitos apreciados e legitimados formalmente através de prêmios concedidos a organizações¹⁵.

Através de tratados e organizações históricas, o humanitarismo parece ser um conceito que sempre existiu e sempre continuará a existir. Diante da evidência dos seus efeitos positivos e ainda que exista o ideal nobre de reduzir o sofrimento de comunidades negligenciadas, a ação humanitária não deve ser poupada de críticas e questionamentos. Se, por um lado, ela tem por objetivo ajudar na assistência de emergência e desenvolvimento, por outro, seu discurso muitas vezes tem a função de estabelecer uma separação dos sujeitos como vítima e salvador, orientando os comportamentos destes sujeitos e criando uma relação hierárquica entre eles. Além disso, suas práticas, muitas vezes, são na realidade um instrumento dos interesses geopolíticos e geoestratégicos dos países que promovem a ação humanitária (NASCIMENTO, 2013).

Torna-se então extremamente necessário explorar a ideia de que a ação humanitária pode não ser uma prática exclusivamente assistencialista. Para isso, é imprescindível compreender o humanitarismo sob a ótica das perspectivas anti, pós-coloniais e decoloniais. A partir destas visões, por mais que os processos históricos de colonização tenham sido superados, a herança do colonialismo continua presente no mundo, nas mais diversas formas, através da perpetuidade e propagação do pensamento e práticas de matriz colonial.

O colonialismo como processo histórico começa com a expansão europeia do século XVI e se estende ao longo dos séculos XIX e XX, embora existam diversas formas de continuidade da experiência colonial e de neocolonialismo também no século XXI (B. SANTOS, 2019). Segundo este último autor, o colonialismo é todo modo de dominação assente na degradação ontológica das populações dominadas por razões etno-raciais.

¹⁴ Como, por exemplo, nas Convenções de Genebra e na Resolução nº 43/131 das Nações Unidas, em reconhecimento da importância do livre acesso das ONGs às vítimas de catástrofes e a necessidade de os Estados facilitarem a chegada da assistência humanitária nas áreas afetadas.

¹⁵ Tal como o Prêmio Nobel da Paz atribuído à Cruz Vermelha (em 1917, 1944 e 1963) e MSF (1999).

Mais especificamente, segundo Souza Silva (2021), no colonialismo é essencial considerar o racismo e a branquitude como categorias centrais. Para ela:

(...) o imperialismo e o (neo)colonialismo incorporam da primeira onda de colonialismo (séc. XVI) a fabricação de identidades dos povos colonizados como atrasados, selvagens e, portanto, colonizáveis. A segunda onda de colonização (sécs. XIX e XX) mantém a premissa basilar da depreciação racial criada na ocupação das Américas (primeira onda) e confere-lhe caráter de ideologia que tem a raça “como um ponto nodal em torno do qual as identidades eram fixadas, o ‘conhecimento’ era produzido, e os sujeitos eram posicionados em relação uns aos outros” (DOTY, 1996, p. 42, tradução nossa). Assim, o racismo é a própria natureza do colonialismo. Como ideologia, o racismo funda-se na pretensa superioridade intelectual, moral, física e estética do grupo racial branco. É uma estratégia de controle de poder e da distribuição de recursos (SCHUCMAN, 2012). Por isso, é necessário discutir a branquitude, como lugar de poder e privilégio, tanto na disciplina quanto no sistema internacional (SOUZA SILVA, 2021, p. 40).

Com efeito, em termos históricos, a descolonização da África e da Ásia começou a ganhar força só após a Segunda Guerra Mundial. Em 1955, a Conferência de Bandung na Indonésia reuniu vinte nove países asiáticos e africanos, que expressaram a vontade de afirmar sua soberania recém conquistada e findar seus processos de independência com a defesa de desenvolvimento autêntico, coerente e independente para o benefício de suas sociedades (BRESSAN; SALLES, 2015).

Bressan e Sales (2015) chamam atenção ao fato de a Conferência ter se caracterizado como o primeiro encontro internacional de nações consideradas fora do eixo central e cujos direitos haviam sido indeferidos historicamente pelos Estados Unidos da América, Europa e Japão, através do colonialismo e imperialismo. Além disso, a Conferência de Bandung permitiu uma cooperação afro-asiática, e também latino-americana, reforçando o ideal pela paz e princípios de coexistência pacífica no auge da Guerra Fria e sua tensão e ameaças contínuas (BRESSAN; SALES, 2015, p.14).

De acordo com Pereira da Silva (2020), a Conferência de Bandung foi responsável pelas primeiras formulações em torno de uma “cooperação” entre os próprios Estados “em

desenvolvimento”, surgindo como um contraponto à cooperação entre os países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”. Posteriormente, em 1961, a fundação do Movimento de Países Não-Alinhados contribuiu para a expansão do debate entre os países “em desenvolvimento”, definidos então como “não alinhados” aos Estados Unidos e à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (PEREIRA DA SILVA, 2020, p.90).

Ultrapassando a época, Bressan e Sales (2015) afirmam que, sem dúvidas, as reflexões provocadas pela Conferência de Bandung forçam a ruptura de antigos paradigmas a fim de dar espaço a compreensão dos atuais processos de transformação do mundo contemporâneo, no qual emerge uma nova ordem mundial, tanto de maior participação dos Estados periféricos, quanto de seus povos (BRESSAN; SALES, 2015, p.15).

Segundo Pereira da Silva (2020), a conjectura que justificava a cooperação entre países “em desenvolvimento” era – e segue sendo – de que estes “podem e devem cooperar a fim de resolver seus próprios problemas políticos, econômicos e sociais, com base em identidades compartilhadas e esforços comuns, interdependência e reciprocidade” (MILANI, 2012: 227 apud PEREIRA DA SILVA, 2020). Esse processo de colaboração resultou na então nova identidade de um “Terceiro Mundo”, reunindo países que compartilhavam um passado colonial, a pretensão de autonomia em relação a um “Primeiro Mundo” baseado no capitalismo e um “Segundo Mundo” socialista e sua caracterização como “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” (PEREIRA DA SILVA, 2020, p.90).

Na comunidade epistêmica das relações internacionais, Pereira da Silva (2020, p.91) ressalta ter sido de extrema importância a adoção da ideia de um “Sul global” como conceito a abranger ou superar as noções de “Terceiro Mundo”, “subdesenvolvimento”, “não-alinhamento” e “periferia”. Segundo o autor, o fortalecimento de um “Norte global”, oposto ao conceito de “Sul global”, também contribuiu para expansão da ideia (PEREIRA DASILVA, 2020). Entretanto, a retomada do debate intelectual no Sul em torno de novas estratégias de desenvolvimento no começo dos anos 2000, ocasionou em uma retomada significativa do conceito de “Sul global” e suas práticas (KABUNDA, 2011 apud PEREIRA DA SILVA, 2020).

Antes da emergência destes debates foram centrais o anticolonialismo, a descolonização e o progressivo reconhecimento de direitos para os novos países. No contexto de diversos processos de luta anticolonial e libertação nacional, o 14 de dezembro

de 1960, a Assembleia Geral da ONU adotou a Resolução 1514 (XV) ¹⁶ para declarar politicamente o direito dos povos à autodeterminação e à independência. Como resultado, a ONU admitiu dezenas de novos Estados membros.¹⁷ O intelectual egípcio, mais tarde também naturalizado francês, Samir Amin, exemplarmente engajado na luta anticolonial, explica a ideologia do anticolonialismo da seguinte maneira:

(...) baseia-se no reconhecimento do direito dos povos a ter um Estado independente, que participa da igualdade de direitos com os outros Estados do sistema. Este direito é novo: foi declarado universal pela primeira vez em 1945, por ocasião da fundação da ONU. Seu reconhecimento implica, entre os atores da história que estão em condições de expressar uma vontade comum, reconhecer unidades de natureza diferente, que são designadas como nações, grupos étnicos, povos, etc. (AMIN, 2013, p. 167, tradução nossa).

Aimé Césaire (2006), intelectual oriundo da Martinica, ideólogo do conceito de negritude, defensor das raízes africanas e militante anticolonialista, cujo pensamento é considerado um símbolo da luta antirracista e anticolonial no mundo, apresenta um dos mais fortes questionamentos ao colonialismo e racismo como condutores fundidos tanto ao capitalismo quanto à modernidade ocidental. Segundo seus entendimentos, Césaire (2006) critica o eurocentrismo, a partir de uma análise da história europeia da metade do século XX e os efeitos devastadores do colonialismo sobre os colonizadores, questionando os dilemas em torno dos debates de igualdade e reconhecimento das diferenças.

Por sua vez, definir pós-colonialismo não é uma tarefa fácil, uma vez que se trata de um pensamento plural, que acolhe diversos pensadores de diversos países e continentes, além de toda a discussão que envolve o próprio significado do termo. Em resumo, o pós-colonialismo oferece uma crítica das estruturas ocidentais de conhecimento e poder, definindo-o como um pensamento ocidental reflexivo, interrogando e repensando os próprios termos pelos quais construiu o conhecimento através da dualidade de colonizador

¹⁶ A Resolução 1514 condenava todas as formas de colonialismo e afirmava o direito à autodeterminação. Adiantava ainda que a falta de preparação dos povos não podia ser um obstáculo à sua transição para a independência.

¹⁷ “17 Estados africanos foram admitidos como membros da ONU e em consequência os países resultantes da descolonização na Ásia e na África passaram a representar a maioria. A Assembleia Geral começou a ser guiada por uma coligação afro-asiática, que imprimiu nova direção numa vasta amplitude de questões” (A. SANTOS, 2011, p.63).

e colonizado. Como categoria geral da crítica intelectual, o pós-colonialismo inclui um conjunto variado de fenômenos (por exemplo, literários, culturais, econômicos e políticos) ligados, de alguma forma, ao colonialismo (TOLEDO, 2021).

Entende-se então, que é impossível preconizar uma teoria única pós-colonial, visto que o pensamento retrata uma série de estudos que trazem contribuições com orientações distintas nas mais variadas áreas de conhecimento. Entretanto, todos os estudos têm em concordância as críticas às narrativas eurocêntricas como modelo civilizatório universal.

Ballestrin (2013) afirma que o termo “pós-colonialismo” envolve basicamente duas ideias. A primeira ideia relaciona-se a partir da metade do século XX, ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização dos países em desenvolvimento e abrangendo a ideia de libertação, independência e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo (em especial, nos continentes asiático e africano). A segunda compreensão de pós-colonialismo reúne contribuições teóricas oriundas de estudos literários e culturais que ganharam visibilidade em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, a partir dos anos 1980, adentrando nas ciências sociais brasileiras apenas mais tarde. Estas teorias compartilham uma crítica às concepções dominantes de modernidade, que remetem a situações de opressão diversas, conforme fronteiras étnicas ou raciais e de gênero.

Ballestrin (2013, p.90) ressalta que, ainda que possam ser reforçadas ou indiretamente reproduzidas pelo colonialismo, nem todas as situações de opressão são consequências dele. Em suma, “ainda que não haja colonialismo sem exploração ou opressão, o inverso nem sempre é verdadeiro”.

Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016) apontam ao fato de a palavra “pós” em pós-colonial não significar uma ruptura com os efeitos do colonialismo no momento em que o domínio territorial sob uma colônia chegou ao fim. Longe disso, os conflitos de poder e os regimes de poder-saber continuaram e seguem no mundo atual. O que se torna distinto no pós-colonialismo é a capacidade de efetuar uma releitura da colonização. Em síntese, a colonialidade possibilita a compreensão de como as formas coloniais de dominação continuam após o fim das administrações coloniais.

Em sua obra “Orientalismo”, uma das precursoras do movimento pós-colonial, Edward Said (2007) revela a ocidentalização como estrutura de dominação cultural para os

povos outrora colonizados, mostrando a força do discurso cultural do Ocidente. Para ele, a noção de modernidade ocidental vista e considerada padrão ignora e generaliza todas as diferenças existentes entre as diversas culturas, conforme as inferioriza e as caracteriza como exóticas e atrasadas. E isto, segundo Said (2007), não corresponde à realidade, mas sim à representação culturalmente construída pelo colonialismo.

Nas décadas de 1980 e 1990 o debate pós-colonial teve uma importante recepção na América Latina. Neste contexto foi formado o grupo de estudos subalternos latino-americanos como parte de um projeto de empreender uma crítica ao paradigma da modernidade, a partir da perspectiva histórica específica da colonialidade latino-americana. Aqui destacaram-se importantes autores como, por exemplo, Edgardo Lander (2000), Aníbal Quijano (2005, 2007), Arturo Escobar (2003), María Lugones (2008) e Walter Dignolo (2010).

A partir destes estudos latino-americanos se tem uma crítica da colonialidade a partir de uma perspectiva regional, o que hoje é conhecida como o giro decolonial. Para os autores decoloniais, a colonialidade é a ideia de que existe uma hierarquização racial no mundo, um processo de desumanização dos povos colonizadores em relação aos povos colonizados, e essa prática e narrativa continua a se perpetuar desde o fim do colonialismo (LANDER, 2000; ESCOBAR, 2000, 2003; QUIJANO, 2005, 2009; LUGONES, 2008; MIGNOLO, 2010).

Percebe-se que o pensamento decolonial é um caminho de resistência e desconstrução de padrões, perspectivas e conceitos impostos aos povos subalternizados, além de ser uma crítica ainda mais forte que a pós-colonial à modernidade:

Basicamente, a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder. Ainda que assuma a influência do pós-colonialismo, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa o pertencimento e a filiação a essa corrente (BALLESTRIN, p.108, 2013).

O decolonialismo pode ser visto como uma possibilidade de dar voz e visibilidade aos povos oprimidos e inferiorizados, silenciados durante séculos. É um projeto de

libertação político-social cultural que busca dar respeito e autonomia a indivíduos, grupos e movimentos sociais (BALLESTRIN, 2013).

A partir deste enfoque é possível ter uma compreensão integral da íntima vinculação entre humanitarismo, colonialismo e capitalismo. Utilizando-se da visão de autores latino-americanos que analisam o paradigma modernidade-colonialidade, tais como Quijano (2005), Escobar (2003), Coronil (2000), Grosfoguel (2007) e Lander (2000), Assis (2014), por exemplo, caracteriza os processos de expansão territorial como fundamentais para a lógica capitalista, tanto no passado quanto no presente. Enquanto no colonialismo histórico, a rapina dos recursos naturais e a dominação de poder legitimavam-se pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto atual, outros mecanismos de poder garantem a continuidade da exploração. Para que seja possível entender esse processo, é necessário compreendermos antes a noção de colonialidade.

De acordo com Blanco e Delgado (2021), tanto colonialismo quanto colonialidade possuem uma relação de poder implícita à sua operacionalização, o que os torna muito relacionados. Pode-se inclusive dizer que a colonialidade tem suas origens na própria operacionalização das relações coloniais do passado. Porém, os dois termos têm origens e preocupações teóricas distintas.

O colonialismo é um tipo de relação que necessariamente baseia-se na posse do território alheio e implica não apenas um componente material, mas também um componente subjetivo, representado pela formação de identidades que reproduzem uma divisão inferior/superior, intrínseca às lógicas coloniais (BLANCO; DELGADO, 2021).

Em suma, enquanto colonialismo tem seu entendimento limitado ao período específico dos processos de colonização, a colonialidade refere-se ao vínculo entre o passado e o presente, no qual emerge um padrão de poder resultante da experiência moderna colonial. Dessa forma, o conceito de colonialidade pode ser definido como uma estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais, nas mais variadas formas de expressão e exercício (ASSIS, 2014, p.615).

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) explorou o conceito de colonialidade desvendando sua estrutura de poder hierárquica. Na sua visão, a colonialidade possibilitou a criação do eurocentrismo como um novo padrão de racionalidade. De maneira simultânea, a

emergência de um novo sistema de dominação social também foi associada aos espaços na divisão do trabalho, possibilitando a intensificação de formas de exploração, que, aliadas à acumulação primitiva de riqueza (possibilitada pelas colônias), desencadeou o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema mundial. A dominação dos países europeus consolidou-se como um poder global sistemático e hegemônico, o que implicou a construção de diversos paradigmas baseados na racionalidade europeia, ainda muito presentes nos países latinos, asiáticos e africanos. Na construção colonial epistemológica, o conhecimento oriundo da Europa é o considerado correto, racional, científico e superior, enquanto toda a produção proveniente de outra origem geográfica é configurada como inferior e não racional. Consequentemente, a disseminação dessa ideia mundialmente resultou tanto no silenciamento e na invisibilização quanto na marginalização de quaisquer outros conhecimentos que não fossem o europeu, especialmente das culturas do Sul global. Por trás dessa codificação das relações entre europeus e não europeus, que estabelece dicotomias como Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/científico, irracional-racional, tradicional-moderno, a noção de raça é a categoria fundamental (Quijano, 2005, p.117-126).

Além do eurocentrismo e da colonialidade do saber, diversos autores críticos, como Quijano (2005), Lander (2000) e Grosfoguel (2007), destacam a existência de outras formas de expressão e exercício da colonialidade: a colonialidade do poder e a colonialidade do ser.

Conforme Quijano (2009, p.73), a colonialidade do poder refere-se à “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal”.

Já a colonialidade do ser diz respeito a “(...) um excesso ontológico que ocorre quando seres particulares são impostos a outros” (ESCOBAR, 2000, p. 35). Em outras palavras, refere-se “à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados” (MALDONADO-TORRES, 2007 apud ASSIS, 2014, p.615).

Em sua obra, Escobar (2003) chama atenção para a existência de áreas de grande importância no interior dessa corrente de pensamento sobre modernidade-colonialidade que

permanece sem discussão apropriada, como as relações de gênero e a necessidade de construção de imaginários econômicos capazes de ancorar lutas concretas contra o neoliberalismo.

Assim como Quijano (2005) compreende raça como um constructo social e colonial, a socióloga María Lugones (2008) atribui o gênero a este mesmo poder explicativo. Para ela, raça não é algo mais imaginário que o gênero: ambos são poderosos elementos fictícios que se consolidaram com o avanço dos projetos coloniais da Europa.

Lugones (2008) chama atenção ao fato de que, para que seja possível captar a estrutura da racialização, é necessário refletir como a organização social do “sexo” pré-colonial incluiu a diferenciação sexual em absolutamente todos os âmbitos da vida, como no saber, na economia, nas práticas rituais, nas decisões de governo interno e externo da comunidade.

A partir desta compreensão, fica fácil enxergar que o sistema de gênero construído possui um lado “visível/iluminado” e um “oculto/obscuro”. O lado visível/iluminado organiza as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses e caracteriza o significado colonial/moderno de “homem” e “mulher”, construindo hegemonicamente o gênero e as relações de gênero (LUGONES, 2008).

A pureza e a passividade sexual são características cruciais das fêmeas burguesas brancas, que são reprodutoras da classe e da posição racial e colonial dos homens brancos burgueses. Mas tão importante quanto sua função reprodutora da propriedade e da raça é a exclusão das mulheres burguesas brancas da esfera da autoridade coletiva, da produção do conhecimento e de quase toda possibilidade de controle dos meios de produção (LUGONES, 2008, p.31).

Torna-se óbvio que o sistema de gênero, na visão de Lugones (2008), segue um padrão heterossexual, uma vez que a heterossexualidade atravessa o controle racializado e patriarcal de toda produção e autoridade coletiva.

Por outro lado, segundo Oyéronké Oyěwùmí (1997) em sua obra *A invenção das Mulheres*, antes da colonização ocidental, o gênero não era um princípio organizador na sociedade iorubá. Ademais, Oyěwùmí (1997) afirma que a noção de uma “humanidade assexuada” existe na sociedade iorubá, ainda que essa noção esteja associada a uma

realidade de sexos separados e hierárquicos, imposta inevitavelmente durante o período colonial.

Para Lugones (2008), o lado oculto/obscuro do sistema de gênero foi e é totalmente violento. Na participação universal na economia pré-colonial, nos processos de tomada de decisão e em rituais, aqueles que não se enquadravam neste binarismo de gênero colonial “foram reduzidos à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores brancos e à uma exploração laboral tão profunda que, no mínimo, os levou a trabalhar até a morte” (LUGONES, p.32, 2008). Tal como Quijano (2005) ressalta que

o vasto genocídio de índios durante as primeiras décadas da colonização não foi causado, a princípio, pela violência da conquista, nem pelas doenças que os conquistadores trouxeram. O que aconteceu, na verdade, é que os índios foram usados como força de trabalho descartável, e forçados a trabalhar até a morte (QUIJANO, 2005, p.109).

Em contrapartida a visão de Lugones (2008) e Oyèwùmí (1997), a antropóloga Rita Laura Segato (2001) questiona a inexistência do gênero na sociedade iorubá. Segato reconhece a complexidade do sistema de gênero dos iorubás e o diferencia do sistema europeu, reconhece também que a forma de patriarcado iorubá era menos intensa que a versão europeia. Entretanto, Segato (2001) demonstra que o gênero era uma forma de diferenciação opressiva entre os iorubás, mas que patriarcados, antes considerados de baixa intensidade, se tornavam cada vez mais hierárquicos quando submetidos à lógica do sistema de gênero europeu imposto através da colonização, sendo as mulheres as mais afetadas por esta mudança.

Para além das discussões sobre a categoria gênero nas sociedades pré-coloniais, é importante entender que na relação entre colonialismo, colonialidade e capitalismo, com a emergência do circuito comercial do Atlântico, a economia capitalista mudou o rumo e acelerou seu processo. A partir deste momento, torna-se impossível conceber a modernidade sem a colonialidade (MIGNOLO apud LANDER, 2005).

Coronil (2000) afirma que a expansão territorial e a dominação político-econômica das colônias foram condições indispensáveis para que o capitalismo pudesse se desenvolver. A expansão colonial iniciada no século XVI, seguida do neocolonialismo do

final do século XIX, é considerada uma condição indispensável tanto para a existência quanto para a manutenção do sistema capitalista industrial. No entanto, após o período histórico-político colonial nas Américas, Ásia e África, a construção de nações independentes através dos processos de descolonização em meados do século XX não foi suficiente para a emancipação político-econômica e cultural dos países periféricos.

Assim, Coronil (2000) considera a acumulação primitiva colonial um elemento indispensável da dinâmica interna do capitalismo e sua posterior continuidade, ainda que ela não seja uma pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo.

Conforme Escobar (1995, p.59 *apud* LANDER, 2005), da perspectiva da antropologia da modernidade, a economia ocidental deve ser considerada uma instituição composta por sistemas de poder, produção e significação, ao passo que estes três sistemas devem ser vistos como formas culturais através das quais os seres humanos são transformados em sujeitos produtivos. Isto significa que a economia não é apenas uma entidade material, antes de mais nada, ela é uma forma de produzir sujeitos humanos e ordens sociais de um determinado tipo.

Nesta perspectiva, o colonialismo é o lado “obscuro”¹⁸ do capitalismo europeu. Por exemplo, o trabalho hoje assalariado livre na Europa não constitui a condição essencial do capitalismo, mas sim sua modalidade produtiva dominante, visto que esta modalidade já foi historicamente condicionada pelo trabalho escravo em suas colônias e em outros lugares (CORONIL, 2000).

Em todas as sociedades que viveram um sistema escravista colonial, Viana (2009) frisa que a abolição da escravidão significou apenas o fim do cativo e do trabalho forçado, havendo apenas uma mudança no status do escravizado para homem livre. Todavia, a inserção do negro nas sociedades pós escravistas ocorreu através de uma situação de marginalização social e subordinação, na base da pirâmide social em nível de vida. As condições precárias de vida dos negros escravizados, principal classe explorada do modo de produção colonial, quase não eram compartilhadas por outras camadas sociais.

Dessa forma, Viana (2009) argumenta que, embora as sociedades pós escravistas tenham alterado a forma da divisão de classes, elas seguem conservando esta divisão. Ou

¹⁸ Apesar de algumas críticas existentes no debate racial ao uso da palavra “obscuro” para definir algo de forma negativa, optou-se por mantê-la com o fim de preservar a expressão original utilizada pelo autor do texto.

seja, ainda que sujam novas relações de classes, as classes sociais continuam existindo e aqueles que pertenciam às classes exploradas no modo de produção anterior acabam permanecendo nas classes exploradas do novo modo de produção.

Na verdade, no sistema socioeconômico escravista colonial, a divisão da sociedade em classes era também uma divisão racial, pois os escravizados eram negros e os senhores eram brancos. Atualmente, os negros deixaram de pertencer a uma única classe nas sociedades pós-escravistas, dividindo-se entre as diversas classes que compõem a sociedade capitalista. Contudo, segundo Viana (2009), a esmagadora maioria da população negra continua, em matéria de nível de vida, formando, juntamente com os componentes brancos das classes exploradas, a base da pirâmide social, com condições precárias de vida.

O mundo pós-colonial foi criado a partir do cruzamento de três forças geopolíticas do pós-guerra: o humanitarismo, os direitos humanos e a decolonização. O estudo do humanitarismo e dos direitos humanos nos possibilita compreender a decolonização de uma forma muito mais dinâmica do que as abordagens centradas nos Estados. Ativistas de direitos humanos e humanitários esperavam mudar os resquícios da colonização no mundo atual, contudo, este mundo está submerso nas dinâmicas da colonialidade, dinâmicas que afetam o que eles eram capazes de fazer e o que acabaram se tornando (DAVEY; BORTON; FOLEY, 2013).

De forma geral, o colonialismo estimulou e desenvolveu ideologias a seu serviço. O “racismo, eurocentrismo e orientalismo impactaram violenta, e mais dramaticamente, a vida das sociedades e sujeitos colonizados” (BALLESTRIN, 2021, p.183). O eurocentrismo identificado por Quijano (2005) transparece no sistema humanitário e diversos autores como Fassin (2010), Barnett (2011), Mbembe (2014) e Donini (2020) já abordaram as conexões entre a administração colonial e a ação humanitária. Segundo eles, um olhar mais profundo sobre a essência e funções do humanitarismo evidencia que ele ainda está profundamente cravado em um sistema de conhecimento que prega ser universal, mas na realidade é uma extensão das visões do mundo europeu e ocidental.

Enquanto os países do Norte global estavam em ascendência, seu domínio na esfera humanitária era amplamente aceitável. Organizações financiadas em grande parte pelo Ocidente floresceram, resultando em uma espécie de oligopólio formado pelas agências da ONU, principais redes de ONGs internacionais e doadores da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁹. Este oligopólio tem desempenhado um papel fundamental no estabelecimento das normas, discursos e práticas da ação humanitária atual (DONINI, 2020).

Sennesael (2020) ressalta a importância em demonstrar como o discurso colonial é persistente em sua representação do “outro” sempre que as ONGs internacionais pensam na África e em *advocacy*, onde este “outro” constitui um ideal para a autorrealização, pois é aquele favorecido de acordo com a percepção ocidental – o beneficiário (LEENER apud SENNESAE, 2020). De fato, pode-se observar uma ligação entre a representação do “outro” ancorada em uma formação discursiva colonial e o estabelecimento de prioridades humanitárias, isto tem um efeito sobre o conteúdo dos programas humanitários e sobre a construção de “sujeitos vulneráveis”.

A questão da decolonização do *advocacy* está principalmente relacionada com os locais onde suas estratégias foram definidas e desenvolvidas e as prioridades são predominantemente estabelecidas pelos países ocidentais. Consequentemente, todas as questões se resumem a quem deve ser salvo e quais são as causas relevantes a serem defendidas ou não (SENNESAE, 2020).

Esta percepção do outro muito recorda o pensamento de Frantz Fanon (2008) em *Peles negras, máscaras brancas*. Fanon (2008) desenredou as fraturas coloniais que fazem parte do sujeito moderno e demonstrou a impraticabilidade da dialética da razão, do reconhecimento, da igualdade e da universalidade. Ele revelou que o projeto colonial mobilizou a categoria raça para instituir uma linha imaginária de separação desigual entre dois lados que não se comunicam: a zona do humano (ser) e a do não humano (não ser). Sendo assim, o padrão de humanidade é determinado pelo sujeito soberano, homem, branco, cis/hétero, cristão, proprietário e sem deficiência, que define os direitos humanos, quem deve ser protegido e do quê.

¹⁹ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um órgão internacional composto por 37 países. De acordo com a página oficial deste órgão, os países membros trabalham juntos para compartilhar experiências, buscar soluções para problemas comuns e assim promover políticas que visem o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo. Além disso, segundo as informações oficiais, a OCDE apoia os princípios da democracia representativa e as regras da economia de mercado, seus integrantes apresentam PIB per capita (Produto Interno Bruto por habitante) e indicadores de desenvolvimento humano elevados, representando cerca de 80% do comércio mundial e investimentos. <https://www.oecd.org/about/> Acesso em 18 de julho de 2021 às 12:19h.

Se realmente olharmos para a pessoa que usufrui dos direitos do homem, ela é “um cidadão próspero, um homem heterossexual, branco, urbano” (DOUZINAS, 2015, p.5). Esse homem de direitos sintetiza em sua identidade a dignidade da humanidade de forma generalizada e as vantagens de fazer parte da comunidade dos poderosos. Ou seja, ainda segundo Douzinas (2015), as diferenças superficiais acidentais de cor, raça, etnia e gênero foram determinadas, de forma contínua, como desigualdades que sustentam a dominação de uns e a sujeição de outros. Tal afirmação se relaciona com a hierarquização racial e social ilustrada nos argumentos decoloniais, a partir da compreensão de raça e gênero como uma construção social e poderosos elementos fictícios consolidados com o avanço do colonialismo europeu (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008).

É possível, portanto, descrever a história dos direitos humanos como um bastante falho e grande esforço de acabar com a distância existente entre o homem genérico e o “outro”. Conforme Pires (2019), a crença nas idealizações de neutralidade e universalidade dos direitos humanos geraram uma apropriação dessa agenda de forma hierarquizada e violenta para grupos sociais minorizados e restringidos dos bens materiais e simbólicos para o bem viver.

A confiabilidade na universalidade e neutralidade dos direitos humanos foi acompanhada pelo desenvolvimento de modelos econômico-políticos estruturados na desigualdade e no distanciamento das condições do bem viver para a zona do não ser. A crença compartilhada de que uma atividade legislativa “neutra” ofereceria o caminho para promoção de uma sociedade equitativa, justa e democrática transformou-se em uma “verdade” bastante eficiente para legitimar uma realidade desigual e racialmente seletiva (PIRES, 2019, p. 5).

Ainda que a universalidade esteja localizada no íntimo da desumanização do negro, Frantz Fanon (2008) não a desconsidera enquanto possibilidade, reinterpretando e situando-a como o elemento central na idealização de um novo humanismo. Ele almeja que, em meio a outros homens, o homem negro seja apenas um homem. Ou seja, que o homem negro saia da situação de particularidade e chegue a universal. Dessa forma, acabada a conjunção colonial, a universalidade poderia ser uma possibilidade.

Vale lembrar que a universalidade e neutralidade compõem os princípios básicos que regem a ação humanitária. Entretanto, esta mesma universalidade pressuposta como uma única possibilidade de natureza humana resultou na busca por proteção suficiente e adequada para um determinado tipo de experiência humana plena. E como Pires (2017) bem analisa, essas aspirações proporcionaram a construção de um padrão de humanidade incapaz de acessar as múltiplas possibilidades de ser, nem dentro nem além das fronteiras europeias, pois o individualismo dos princípios universais ignora que cada pessoa é um mundo e surge em uma existência comum com outros. E tampouco foram capazes de viabilizar o acesso às estruturas de poder àqueles que não se assemelham ao homem abstrato dos direitos humanos.

Embora o humanitarismo de desenvolvimento internacional e a construção da paz estejam enraizados em princípios como a neutralidade e universalidade, rótulos como o “países em desenvolvimento” e “terceiro mundo” utilizados por seus profissionais dividem os países e os povos entre ricos e pobres, replicando as divisões da era colonial. Esses termos remetem a uma visão imperialista, onde os antigos colonizados são definidos através do conjunto de valores e preferências das antigas potências coloniais, e legitimam práticas como a ajuda condicional, que exige que os governos beneficiários no Sul global adotem medidas de “boa governança” baseadas em critérios determinados pelo Norte global. Além disso, eles também destacam uma relutância geral em tornar a ajuda, o desenvolvimento e os esforços de construção da paz locais, reforçando ainda mais a visão colonial de que educar, desenvolver e supervisionar os países do Sul global é uma responsabilidade do Ocidente (PAIGE, 2021, p.12-20).

Uma grande proporção da assistência, financiamento e programação é determinada por atores oriundos de estruturas institucionais criadas na Europa, enquanto atores locais são frequentemente marginalizados, inclusos apenas de forma simbólica ou deixados de fora. A percepção, o conhecimento e a liderança locais são frequentemente negligenciados ou desconsiderados. Pior ainda, as práticas exploratórias e extrativistas continuam a ser conduzidas por aqueles que detêm o poder e os recursos (PAIGE, 2021, p.5).

Nos últimos anos, porém, vários profissionais do setor humanitário se pronunciaram e compartilharam suas próprias experiências de discriminação e racismo. Em geral, organizações humanitárias finalmente começaram a discutir como práticas racistas e a

discriminatórias afetam a eficácia e a forma em que o trabalho de assistência e desenvolvimento é feito.

Em abril de 2020, A seção do Reino Unido da Anistia Internacional (AIUK) foi notícia do jornal britânico *The Guardian*²⁰. Segundo relatos de oito profissionais da AIUK, a organização possui uma cultura de privilégio branco com incidentes de racismo ostensivo. Uma das entrevistadas, Katherine Odukoya, destacou como estes profissionais se juntaram à Anistia na esperança de fazer campanhas contra os abusos dos direitos humanos, mas ao contrário das expectativas, se decepcionaram ao perceber que a organização ajudou a perpetuá-los. Representantes notáveis da organização pediram desculpas e se comprometeram a fazer mudanças em suas estruturas, tendo o diretor ressaltado o quão desconfortável é saber que não haviam sido suficientemente bons.

Em junho de 2020, os efeitos da discriminação racial no humanitarismo foi pauta da redação independente e sem fins lucrativos *The New Humanitarian*²¹, bastante popular no mundo humanitário. Mantendo sua identidade em sigilo à entrevista, uma jovem mulher negra descreveu sua experiência no desenvolvimento internacional. Ela relatou que, como em muitas outras indústrias, os líderes seniores das organizações internacionais de desenvolvimento são esmagadoramente brancos e homens e descreveu sua própria experiência com a discriminação racial:

(...) quando comecei uma missão de assistência técnica de curto prazo no exterior há alguns anos, o choque no rosto do líder da equipe de expatriados ao ver que eu sou negra era visível. Este foi outro forte lembrete de como as indústrias e profissionais “de fazer o bem” não estão isentos de preconceitos raciais. – Entrevista do jornal *The New Humanitarian*, em 17/06/2020.

Um mês depois, em julho de 2020, o jornal *The Guardian* volta a falar sobre as desigualdades raciais perpetuadas pelas organizações humanitárias²², dessa vez relatando a

²⁰ Disponível em < https://www.theguardian.com/world/2021/apr/20/amnesty-international-has-culture-of-white-privilege-report-finds?CMP=Share_iOSApp_Other>. Acesso em 07 de junho de 2021 às 22:21h.

²¹ Disponível em <<https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2020/06/17/diversity-inclusion-aid-agency-reform-black-lives-matter>>. Acesso em 02 de setembro de 2020 à 07:18h.

²² Disponível em < <https://www.theguardian.com/global-development/2020/jul/10/medecins-sans-frontieres-institutionally-racist-medical-charity-colonialism-white-supremacy-msf>>. Acesso em 02 de setembro de 2020 às 18:09h.

declaração de mil colaboradores da organização Médicos Sem Fronteiras, acusando a ONG de não reconhecer a extensão do racismo perpetuado por suas políticas, práticas de contratação, cultura de trabalho e programas “desumanizadores”, dirigidos por uma força de trabalho de “minorias brancas privilegiadas”.

Não muito tempo depois, mais precisamente em outubro de 2020, foi anunciado nos veículos de comunicação que o diretor americano da presença da organização *Catholic Relief Services* no Sudão, agência humanitária internacional da comunidade católica nos Estados Unidos, foi demitido logo após ser preso por injúria racial contra um funcionário local²³.

Em novembro de 2020, as Organizações Não Governamentais Internacionais Adeso, *The Alliance for Peacebuilding*, *Peace Direct* e *Women of Color Advancing Peace and Security* (WCAPS) realizaram uma consulta online de três dias com 158 pessoas envolvidas com organizações humanitárias, desde profissionais em posições de liderança, até acadêmicos, jornalistas e praticantes do humanitarismo em todo o mundo²⁴. Participantes e colaboradores convidados trocaram ideias e experiências locais sobre as atuais dinâmicas e desequilíbrios de poder que existem dentro do humanitarismo, refletindo como o racismo estrutural se manifesta em seu trabalho e como seria um sistema decolonizado verdadeiramente inclusivo. A consulta recebeu mais de 350 comentários detalhados ao longo de nove tópicos de discussão e gerou o relatório *Time to decolonise aid: Insights and lessons from a global consultation*²⁵, com conclusões e recomendações dessa consulta (PAIGE, 2021, p.2).

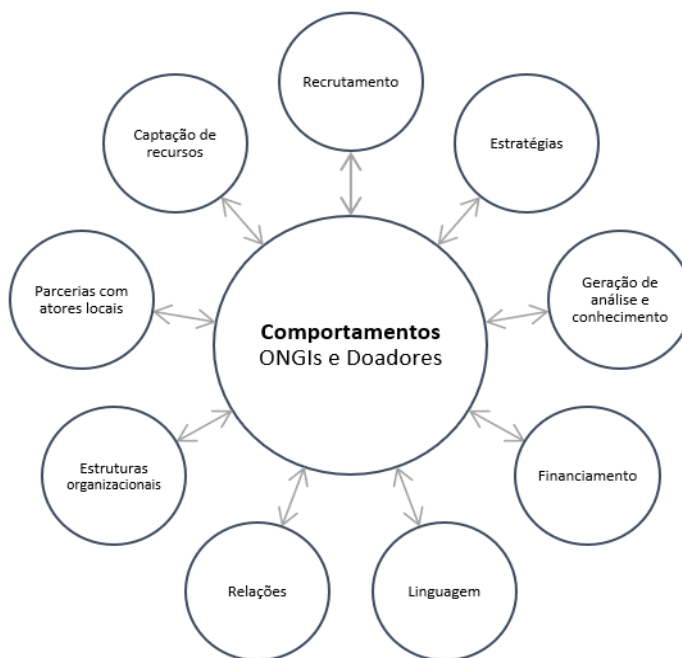
De acordo com o relatório de Paige (2021), as ONGs humanitárias e seus doadores possuem certos comportamentos que implicam e são implicados por diferentes aspectos do humanitarismo, resultando no racismo estrutural, conforme é possível notar no diagrama abaixo (figura 1):

²³ Disponível em < <https://www.thenewhumanitarian.org/investigation/2020/10/22/catholic-relief-services-sudan-racism-abuse-sexual-harassment-allegations>>. Acesso em 08 de maio de 2021 às 00:35h.

²⁴ Disponível em < <https://www.platform4dialogue.org/en/a/decolonising-aid-peacebuilding/ad/>>. Acesso em 18 de julho de 2021 às 15:41h.

²⁵ Tradução nossa: Hora de decolonizar a assistência: Percepções e lições de uma consulta global.

Figura 1 – Como o racismo estrutural se manifesta no setor humanitário



Fonte: PAIGE (2021, p.33) adaptado, tradução nossa.

Paige (2021, p.33) lista como tais comportamentos a conjectura da neutralidade inerente do trabalho das ONGs; o pressuposto de que comunidades locais carecem de capacidade e habilidades e requerem treinamento externo e, por fim, a presunção de que não se pode confiar nas comunidades locais para a administração de fundos. Estes comportamentos impactam e são impactados pelos seguintes aspectos e nas seguintes maneiras:

- **Recrutamento:** existe um viés implícito no recrutamento de profissionais que resulta na contratação de pessoas brancas com formação ocidental para posições de gerência ao invés de profissionais das comunidades locais com formação local.
- **Estratégias:** as ONGs enfatizam a profissionalização e o compromisso com a imparcialidade, desvalorizando implicitamente o conhecimento local e as formas de trabalho, e recorrem a estratégias organizacionais que priorizam o crescimento da renda e a expansão das atividades e pessoal em detrimento da transferência de poder para os atores locais.

- Geração e análise de conhecimento: há uma preferência implícita pela análise dos contextos do Sul global liderada pelo Ocidente, incluindo um domínio de modelos ocidentais de monitoramento e avaliação.
- Financiamento: requisitos de diligência prévia excluem organizações locais; limite de risco mais baixo ao lidar com organizações locais e convites para propostas limitados a ONGIs ou ONGs ocidentais de determinado tamanho e estrutura.
- Linguagem: além do domínio profissional do inglês ser um padrão esperado, há uma expectativa de que, para navegar com sucesso no sistema humanitário, os trabalhadores devem estar familiarizados com a lista sempre em expansão de jargões e codificações específicas do setor. As normas administrativas complexas criadas a fim de minimizar riscos, corrupção e fracasso de programas, resultam, frequentemente, na desclassificação e desconfiança da capacidade dos atores locais.
- Relacionamentos: estabelecem-se redes e formas de trabalho que privilegiam relacionamentos com pessoas do Norte global.
- Estruturas organizacionais: o estabelecimento e manutenção de escritórios regionais das ONGIs amplia e fortalece sua presença em lugar de reduzi-la ao longo do tempo.
- Parcerias com atores locais: os doadores e as ONGIs buscam “parceiros de implementação” e, na verdade, acabam estabelecendo parcerias frágeis que se concentram em um relacionamento entre contratante e contratado.
- Captação de recursos: a captação de recursos e comunicações das ONGIs retratam as pessoas do Sul global como desamparadas e sem agência, a fim de gerar compaixão e recursos, reforçando o estereótipo de “salvadores” ou “profissionais”.

Em relação a presença de mulheres no terceiro setor, Bheroo (2020) afirma que, conforme pesquisa da organização *Fair Share of Women Leaders*, 70% dos profissionais das Organizações Não Governamentais Internacionais são mulheres, mas apenas 30% delas chegam ao topo de suas organizações. Tratando-se de mulheres negras, asiáticas e outras etnias minorizadas, este número é ainda menor.

A *Association of Chief Executives of Voluntary Organisations* (ACEVO)²⁶ constatou em sua pesquisa de salários e equidade de 2020 que apenas 3% das pessoas em posição de chefia executiva em instituições de caridade não eram brancas, enquanto outra pesquisa do *Charity Job*²⁷, sobre diversidade e discriminação no setor de caridade de 2018, revelou que 54% dos profissionais não brancos alegam ter sofrido discriminação por causa de sua raça ou etnia e este número é ainda maior para as mulheres negras e com mais de 50 anos (BHEROO, 2020).

Guerrero (2020) questiona como a ausência de diversidade feminina acontece nas Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, especialmente por ser um campo em que se almeja justiça, igualdade e melhoria da vida dos indivíduos e das comunidades, e conclui que a resposta está na observação secular de que “as pessoas gostam de indivíduos que as lembrem de si mesmas” (GUERRERO, 2020, para. 8). A autora enfatiza que este comportamento entra em jogo não apenas quando os membros de uma diretoria buscam novas contratações, mas também quando fazem conexões com grandes doadores (GUERRERO, 2020).

Segundo ela, se homens ganham mais dinheiro, possuem maiores redes de contato e influência percebida na comunidade e, portanto, é mais provável que sejam abordados para integrar um conselho de administração. Isto pode ser particularmente evidente para grandes organizações sem fins lucrativos com uma quantidade potencialmente significativa de dinheiro em jogo (GUERRERO, 2020).

Entretanto, Guerrero (2020) aponta o ciclo que este tipo de acesso gera: a presença dos homens nas diretorias a partir de sua experiência considerada “bem sucedida” torna-se frequente e, como resultado, as mulheres igualmente qualificadas ficam longe da vista e

²⁶ ACEVO é uma Organização Não Governamental de associação para líderes de organizações do terceiro setor na Inglaterra e no País de Gales.

²⁷ *Charity Job* é um renomado website do Reino Unido especializado em empregos no terceiro setor.

consequentemente sub-representadas nos conselhos e em posições de liderança em grandes organizações do terceiro setor (GUERRERO, 2020).

Conforme o relatório da organização ACEVO (2020) sobre racismo e diversidade no terceiro setor, um argumento prático a favor da diversidade é que ela ajuda a tornar as organizações e iniciativas mais eficazes. Entretanto, o relatório destaca que a relação entre diversidade e desempenho pode ser complexa. Embora a diversidade possa de fato melhorar o desempenho das organizações, em última análise, a diversidade no setor de caridade deve ser assegurada por valores como o compromisso com a equidade e a justiça racial²⁸ (ACEVO, 2020).

Em meio às várias críticas, Organizações Não Governamentais Internacionais têm buscado, nos últimos anos, formas de trabalhar a diversidade e inclusão como estratégia para superar questões colonialistas e excludentes. O Diretor Executivo da Cruz Vermelha no Reino Unido, Mike Adamson, afirmou em 2018 que “como muitas grandes organizações do setor de caridade, nós da Cruz Vermelha Britânica enfrentamos desafios com inclusão e diversidade” e “uma força de trabalho mais diversificada ajudaria a instituição a tomar decisões mais inteligentes”²⁹. Em maio de 2019, a Anistia Internacional publicou um relatório³⁰ aberto ao público, manifestando o objetivo de tornar uma ONGI que contempla variedade de raças, classes, gêneros, idades, e outras realidades dentre seus funcionários. Em junho de 2020, a organização Médicos Sem Fronteiras do Reino Unido publicou em seu website³¹ um artigo com um plano de ação e compromissos para enfrentar o racismo institucional.

Estes fatos deixam bastante evidente o quão intrínseca é a relação entre humanitarismo, colonialismo e colonialidade, não apenas na relação norte-sul do globo, mas também dentre as próprias comunidades dos mesmos países. Como bell hooks³² (1995) bem enfatiza, mediante a razão colonial, o corpo colonizado foi visto como corpo destituído

²⁸ Justiça racial é o tratamento justo sistêmico, independentemente da raça, para criar oportunidades e resultados equitativos para todos.

²⁹ Disponível em < <https://www.thirdsector.co.uk/mike-adamson-tackling-diversity-inclusivity-issues/management/article/1439246>>. Acesso em 03 de julho de 2021 às 22:04h.

³⁰ Disponível em <<https://nextstrategy.amnesty.org/2019/05/02/question-4/>> Acesso em 03 de julho de 2021 às 00:24h.

³¹ Disponível em < <https://msf.org.uk/msf-uks-commitment-addressing-institutional-racism>>. Acesso em 03 de julho de 2021 às 00:39h.

³² O pseudônimo bell hooks corresponde à autora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins.

de vontade, subjetividade e voz. Sendo assim, o lugar epistêmico do negro e das pessoas racializadas na sociedade foi, e ainda é, fixado e sufocado tanto à estereotipação quanto à essencialização de identidades, num processo de hierarquização racial das culturas.

Um dos maiores intelectuais brasileiros contemporâneos, Silvio Almeida (2019) elucidou a temática racial nas estruturas e instituições em sua obra intitulada *O que é racismo estrutural?*. Segundo Almeida (2019), o conceito de raça foi criado pelo modelo do Estado burguês a fim de selecionar o sujeito universal e organizar as relações políticas, jurídicas e econômicas a partir da categorização em classes dos indivíduos, objetivando preservar o grupo hegemônico. Ao longo da história, o racismo ganha diferentes expressões, desde o caráter biológico, científico e sociocultural, evidenciando sua complexidade como fenômeno social. Nesse contexto, sendo o Estado responsável por formar uma unidade, o nacionalismo tende a hierarquizar as multiplicidades religiosa, cultural, étnica e sexual, domesticando, criminalizando ou estigmatizando aquele que não interessa à identidade nacional.

Em relação ao racismo institucional, o termo foi usado pela primeira vez por Carmichael e Hamilton (1967), integrantes do grupo Pantera Negra – movimento de luta criado nos anos 60 em Oakland, na Califórnia, por estudantes negros contra a brutalidade policial e o racismo. Em seu livro *Black Power: a política de liberação na América*, os autores explicam o racismo institucional através da forma em que o mesmo se manifesta nos Estados Unidos. Segundo eles, o racismo ocorre no país de duas maneiras: abertamente, associada explícita e diretamente aos indivíduos; e de modo não declarado e institucional, sendo dissociado em atos intencionados de alguns atores. Em resumo, pode-se considerar o racismo institucional uma “falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967, p.4).

No Brasil, Almeida (2019) esclarece que as organizações somente são racistas porque a sociedade também é. Ou seja, as estruturas que solidificam a ordem jurídica, política e econômica legitimam a autopreservação entre pessoas brancas, bem como a manutenção de privilégios, uma vez que criam condições para a prosperidade de apenas e somente um grupo. Por consequência, as instituições externam violentamente o racismo de forma cotidiana (ALMEIDA, 2019).

Diversos intelectuais e pesquisadores afro-diaspóricos, como Angela Davis (2016), bellhooks (1995), Frantz Fanon (2008), Lélia Gonzales (2020) e Sueli Carneiro (2015), enfatizam a necessidade em se romper com a dominação oriunda do colonialismo e eurocentrismo. Um diálogo transmoderno e intercultural proveniente do Sul global é “uma chave para evitar o universalismo eurocentrado em que um definia para o resto a única solução possível” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, p.21, 2016).

Souza Silva (2021, p.42) aponta que os estudos pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais são “as alternativas teóricas que rompem silêncios e que permitem verificar as continuidades do padrão colonial capitalista racial no âmbito do estudo acadêmico”. Eles viabilizam a raça como elemento estruturante da sociedade internacional. Os saberes periféricos são, ainda conforme Souza Silva (2021), fundamentais para entender como as dinâmicas de poder fundamentadas na concepção de superioridade masculina e branca garantem e seguem garantindo a ocupação de lugares de privilégio econômico, social, político e epistêmico. Esse exercício é de suma importância para dismantelar coletivamente as hierarquias do sistema internacional, a fim de reconstruir um mundo onde ninguém tenha o direito a humanidade negado.

A abordagem decolonial desafia as análises eurocêntricas, questionando a perpetuação das relações de poder no mundo e, especialmente, oferecendo importantes caminhos para “não somente subverter as hierarquias sócio-gênero-raciais, mas também para extirpá-las” (SOUZA SILVA, 2021, p.46). No caso do humanitarismo, essa perspectiva pode contribuir fornecendo um antídoto para a amnésia colonial dos humanitários liberais e, portanto, proporcionando uma base crítica para os esforços humanitários focados apenas na sobrevivência, ao invés do serviço da vida e da dignidade.

Os autores anti, pós e decoloniais também sugerem diferentes meios possíveis para superação do sistema colonial. Frantz Fanon (2008), por exemplo, centraliza sua análise na subjetividade do negro, buscando demonstrar a importância e necessidade em libertá-lo do conjunto de complexos a que a situação colonial o submeteu. Para ele,

a descomplexificação psicológica daquele que foi essencializado com atributos negativos no contexto colonial é um movimento necessário para o processo de luta concreta pela decolonização, por outro lado, é justamente no decorrer dessa luta pela libertação que este pode vir a se conscientizar de sua exploração,

retomando o controle de seu próprio ser e tornando-se, enfim, sujeito, e não mais objeto plenamente determinado (WEBER; MEDEIROS, 2020, p. 277).

Em contrapartida ao humanismo europeu abstrato, Fanon (2008) traz uma análise baseada no existencialismo que contemple a experiência do negro. Considerando que todo indivíduo tende ao universal, o autor pretende conceber “um ser universal que não seja determinado e essencializado a partir de categorias impostas socialmente, tais como raça e nação” (WEBER; MEDEIROS, 2020, p.278).

De maneira oposta ao foco exclusivo na experiência do negro, a filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro (2019) criou uma obra denominada *Pequeno Manual Antirracista* com o objetivo estimular seus leitores a assumirem a responsabilidade pela transformação da sociedade a partir de suas vidas e contextos, através de uma reflexão acerca das discriminações raciais estruturais históricas. Ribeiro (2019) enfatiza estratégias para extinguir o racismo contra pessoas negras e auxilia no combate a outras formas de opressão mediante uma série de estratégias possíveis e concretas sugeridas.

Décadas antes, Lélia Gonzalez (2020), intelectual, feminista, professora, e política brasileira, pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ) e do Movimento Negro Unificado (MNU) já tinha defendido a promoção do deslocamento do olhar, alterando o lugar de enunciação das narrativas do centro da Europa às margens da América Latina³³, resultando na produção de conhecimento desde as culturas indígenas e africanas para contrapor interpretações centradas na visão de mundo oriunda do pensamento europeu.

Tendo em vista a discussão sobre a ação humanitária na era atual, as perspectivas anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais se revelam extremamente necessárias na luta contra o eurocentrismo, o racismo e a colonialidade ainda vigentes e contínuas, visto que os papéis das organizações internacionais humanitárias no enfrentamento à desigualdade social global não as absolvem da responsabilidade de transformar as instituições e comunidades das quais fazem parte. Na verdade, como sujeitos políticos, temos o dever de

³³ Segundo Gonzalez (2020), a expressão América Latina contesta a ideia de que a América Latina tenha uma formação histórico-cultural exclusivamente branca e europeia, mas também (ou até preponderantemente) com a participação africana.

lutar contra as estruturas de dominação que oprimem pessoas e as reduzem à condição de objeto (FREIRE, 2006 apud SOUZA SILVA, 2021, p. 49).

Conforme Souza Silva (2021), reconhecer o racismo provoca importantes efeitos tanto na agenda quanto na configuração de atores na estrutura das Relações Internacionais. Reconstruir a disciplina a partir da leitura da realidade, considerando opressões interseccionais, é uma alternativa para “desmantelar as estruturas de dominação e para reumanizar os sujeitos objetificados pela colonização”. Para Souza Silva (2021, p. 50) a reumanização só ocorrerá se todos forem considerados seres humanos. Estas questões dizem respeito ao coletivo, e não apenas aos negros e demais povos subordinados, pois ninguém – absolutamente ninguém, é humano sozinho.

2 – Médicos Sem Fronteiras e a ajuda humanitária no mundo

Neste capítulo, analisaremos a história da organização Médicos Sem Fronteiras (MSF), desde sua estrutura, princípios e presença às críticas e questionamentos em relação a sua atuação no mundo. Esta análise é crucial para que possamos avançar para o estudo de caso da seção de MSF no Brasil, no capítulo seguinte.

2.1 Médicos Sem Fronteiras: uma breve história

De acordo com Vallaeys (2004), Médicos Sem Fronteiras (MSF) é uma organização não governamental internacional independente, criada em 22 de dezembro de 1971, na França, por um grupo de profissionais composto por onze médicos e dois jornalistas³⁴, que se diziam revoltados pela inércia das instituições internacionais nos anos 1970 e estavam liderados pelo médico francês Bernard Kouchner.

Segundo o relato oficial da organização, após trabalharem com a Cruz Vermelha francesa para ajudar a população de Biafra durante a Guerra Civil Nigeriana (1967-1970) e retornarem à França, os profissionais fundaram o Grupo de Intervenção Médica e Cirúrgica de Emergência (*Groupe d'Intervention Medico-Chirurgicale d'Urgence/GIMCU*). Em resposta ao silêncio da mídia e a ineficácia e falta de assistência internacional durante as enchentes no Paquistão Oriental (atual Bangladesh) em 1970, os jornalistas criaram um grupo de voluntários médicos e fundaram o *French Medical Relief (Secours Médical Français/SMF)*. Segundo Trotta (2015), o grupo percebeu a necessidade da existência de uma associação que aliasse ajuda humanitária e ações de sensibilização em conjunto com a mídia e as instituições políticas, como uma alternativa à Cruz Vermelha (CICV).

Através de conexões e desejos mútuos de criar respostas médicas rápidas e internacionais a guerras e desastres, o GIMCU e o SMF fundiram-se, dando origem à Médicos Sem Fronteiras (MSF). De acordo com Binet e Saulnier (2019), tanto o GIMCU

³⁴ MSF foi fundada pelos médicos Dr. Jacques Bérès, Dr. Jean Cabrol, Dr. Bernard Kouchner, Dr. Marcel Delcourt, Dr. Xavier Emmanuelli, Dr. Pascal Greletty-Bosviel, Gérard Illiouz, Dr. Gérard Pigeon, Vladan Radoman, Dr. Max Récamier e Dr. Jean-Michel Wild e os jornalistas Philippe Bernier e Raymond Borel. Conforme informações disponíveis em < <https://www.doctorswithoutborders.org/who-we-are/history/founding>>. Acesso em 22 de julho às 13:30h.

quanto SMF e MSF foram criados sob o status de associação, na Lei Francesa de 1901 para Organizações Sem Fins Lucrativos:

Uma associação é a convenção pela qual duas ou mais pessoas põem em comum, de um modo permanente, os seus conhecimentos e a sua atividade com uma finalidade que não seja a de partilhar lucros.
(Artigo 1º, Lei Francesa de 1901)³⁵.

Dessa forma, seria possível levar apoio médico humanitário de maneira organizada e dar visibilidade às realidades de pessoas negligenciadas pela comunidade global devido à sua raça, condição socioeconômica e/ou localização geográfica³⁶.

Segundo Binet e Saulnier (2019), Médicos Sem Fronteiras foi constituída com dimensões tanto internacional quanto associativa. Internacional porque não faria sentido para MSF-França, por si só, ajudar populações vulneráveis no mundo inteiro; e associativa porque o direito civil na França, especialmente a Lei de 1901 que rege os órgãos sem fins lucrativos, era perfeitamente adequado aos preceitos orientadores de MSF, que, de acordo com seu documento fundador, são de cunho democrático e altruísta.

Contudo, os autores alertam para o fato do desenvolvimento de MSF de uma pequena organização puramente francesa para um movimento associativo internacional nunca ter sido cuidadosamente planejado ou ocorrido de forma particularmente tranquila. O desenvolvimento da organização foi o resultado de vários compromissos entre os líderes do movimento com suas agendas individuais e a integração das tarefas realizadas quando necessárias. As modificações em evolução foram amplamente debatidas para garantir que as preocupações levantadas ocorressem de forma legítima e que houvesse comum acordo para as decisões tomadas. Tanto a natureza e a validade da liderança da organização quanto a questão de como ela deveria crescer, permanecendo fiel a seus preceitos humanitários, eram constantemente contestadas (BINET; SAULNIER, 2019).

Os fundadores de Médicos Sem Fronteiras acreditavam que novas seções criadas fora do território francês deveriam permanecer sob o controle de MSF-França, a ideia por

³⁵ Disponível em <<http://cesc.online.fr/1901.html>>. Acesso em 08 de novembro de 2020 às 02:44h.

³⁶ Informações disponíveis no site da organização <www.msf.org.br>; Acesso em 02 de junho de 2020 às 22:15h.

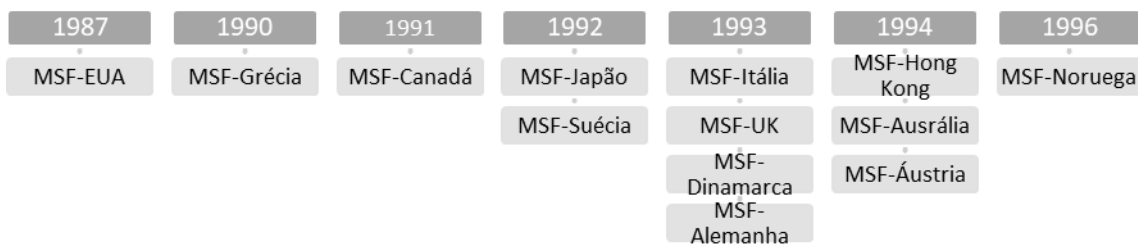
trás deste controle era evitar colocar em risco os princípios da organização. Para isso, uma estrutura sólida tornava-se necessária antes que seu crescimento pudesse ocorrer. Dessa forma, no final da década de 1970, MSF tentou fundar sedes nos Estados Unidos e na Holanda, porém não obteve sucesso (BINET; SAULNIER, 2019).

No início dos anos 1980, voluntários belgas e holandeses de MSF retornaram aos seus países de origem e estabeleceram os primeiros escritórios de MSF fora da França em 1980 (Bélgica) e 1984 (Países Baixos). Embora MSF-França tenha apoiado estas iniciativas, a organização insistiu em manter o controle de novas entidades, especialmente o controle da marca e nome MSF.

Anos depois, MSF-França processou MSF-Bélgica em um tribunal belga para manter o controle sobre o uso do nome MSF na Bélgica, porém não obteve sucesso. Posteriormente, MSF-França criou MSF-Suíça que foi estabelecida com o objetivo de melhorar o acesso a várias instituições de financiamento baseadas em Genebra e, em 1983, a seção se tornou uma organização independente, livremente dirigida por voluntários suíços. Em 1986, após uma última posição contra a criação da MSF Luxemburgo e MSF Espanha, a MSF-França não teve outra escolha senão aceitar a existência de cinco outras entidades internacionais e independentes. No entanto, MSF-França acabou conseguindo forçar a integração das operações da MSF-Luxemburgo nas operações belgas de MSF, em 1987 (BINET; SAULNIER, 2019).

Conforme Binet e Saulnier (2019), no final dos anos 1980, após a reconciliação das seis entidades de MSF, foram criadas reuniões regulares para formalizar regras comuns e coordenar atividades mais coerentes em todo o mundo, sob o nome de Médicos Sem Fronteiras. Por alguns anos, MSF funcionou apenas com estas entidades, até que em 1987 foi instituída uma moratória sobre a criação de quaisquer novas seções da organização. Embora a moratória tenha sido renovada em 1989 e 1993, MSF-França, MSF-Bélgica e MSF-Holanda criaram uma série de novas entidades denominadas “escritórios delegados”, sendo seu papel aumentar o acesso ao financiamento e às oportunidades de recursos humanos para as operações. Assim, um total de treze escritórios de delegados foram eventualmente criados (figura 2).

Figura 2 - Linha do tempo dos escritórios de MSF criados no período de 1987-1996.



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em uma busca contínua de alinhamento de preceitos e controle sobre o crescimento da organização, as primeiras associações da França, Bélgica, Holanda, Suíça, e Espanha formaram um movimento internacional. Embora inicialmente tenham se organizado como MSF Europa, posteriormente se estruturaram como MSF Internacional. Um Conselho Internacional, composto pelos presidentes das diversas entidades, tornou-se responsável por uma série de encargos, incluindo a elaboração do regulamento do movimento, a atualização de seu estatuto, a supervisão do uso da marca e do logotipo, a supervisão das declarações e testemunhos públicos e a supervisão da contabilidade das finanças da organização (BINET; SAULNIER, 2019).

Em 1995 e 1996, duas convenções internacionais foram realizadas em Chantilly, França, resultando na delimitação e acordo dos “Princípios de Chantilly”. Estes princípios básicos que definem a cultura e práticas de MSF serão explorados com maiores detalhes no próximo tópico.

Desde então, não sem críticas e contradições que serão aprofundadas mais adiante, MSF tem desempenhado um papel crucial levando ajuda humanitária de emergência àqueles afetados por conflitos armados, epidemias, desnutrição e desastres naturais ao redor do mundo, especialmente em países na África. Além disso, conforme o estatuto da organização, quando sua atuação se faz necessária em resposta a uma emergência repentina, como, por exemplo, uma catástrofe natural, ela pode ser viabilizada entre 48 e 72 horas.

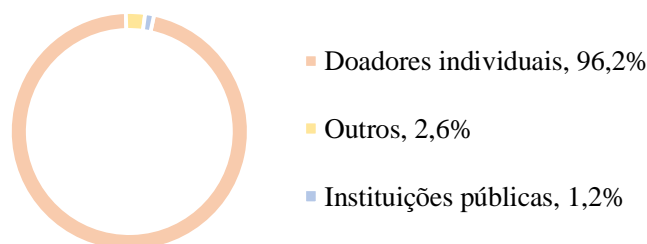
Conforme Trotta (2015), como resultado das suas ações, a organização Médicos Sem Fronteiras recebeu vários prêmios de escala internacional, como o Prêmio do Conselho Europeu de Direitos Humanos (1992), a Medalha Nansen para Refugiados de 1993, o Prêmio Indira Gandhi (1996), o Prêmio Zayed de Saúde (2002), e a J. William Fulbright para o entendimento internacional (2012). Entretanto, o Prêmio Nobel da Paz recebido em 1999 por seu “trabalho pioneiro humanitário em diferentes continentes” foi, sem dúvidas, o prêmio mais expressivo recebido pela organização até então.

2.2 Estrutura e princípios de Médicos Sem Fronteiras

Segundo seu último relatório institucional (MSF, 2020), MSF é composta por cerca de 65 mil profissionais. Dentre estas pessoas encontram-se médicos, profissionais de saúde e profissionais de diversas outras funções administrativas, espalhados em pelo menos 70 países e contextos.

De acordo com Whittall, Reis e De Deus (2016), Médicos Sem Fronteiras é uma organização independente de todos os Estados nacionais e instituições governamentais e de todas as influências políticas, econômicas e religiosas. De acordo com o relatório de transparência da organização de 2020, MSF conta com doações mensais e recorrentes do público em geral como sua principal fonte financeira. Em 2019, os 6,5 milhões de doadores em todo o mundo proporcionaram cerca de 96,2% de seu financiamento, enquanto 1,2% foram provenientes de instituições públicas (figura 3).

Figura 3 – Gráfico traduzido da fonte de renda da organização Médicos Sem Fronteiras em 2019.

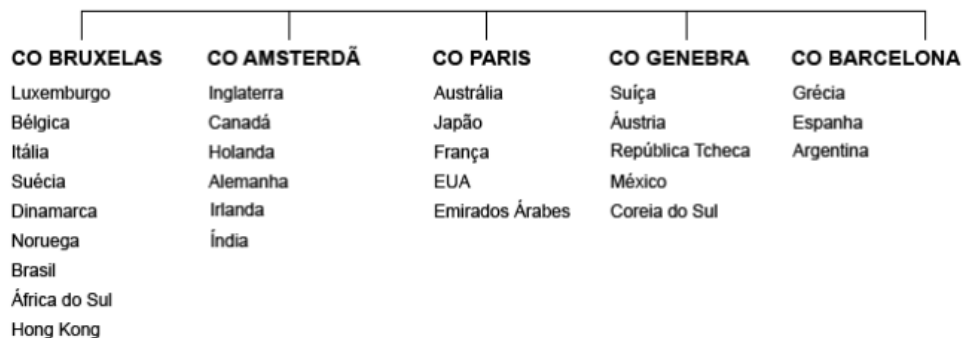


Fonte: MSF (2020, p. 92).

Segundo MSF, esta estrutura financeira ajuda a garantir a independência operacional e a flexibilidade da organização³⁷. Não aceitar quaisquer recursos dos governos, conforme Whittall et. al (2016), foi a solução encontrada para fugir dos interesses e manipulação da ajuda humanitária. Como alternativa, de acordo com os relatórios da organização, MSF investe amplamente na captação de recursos através de doadores individuais nos vinte e oito países em que possui escritórios e filiais. Esse fato possibilita que a organização faça suas próprias escolhas, independente de interesses de atores governamentais. Ainda de acordo com Whittall et. al (2016), historicamente as operações das ONGs foram dependentes de organizações interestatais para o provimento de canais de ação, a independência de MSF possibilita sua rápida resposta às emergências, sem que a organização precise aguardar as burocracias existentes em torno da liberação de recursos por parte dos governos para agir

Desde o início dos anos noventa, a organização Médicos Sem Fronteiras formou cinco centros operacionais independentes ligados a uma associação federativa em países diferentes no continente europeu: Bélgica, Holanda, França, Suíça e Espanha. Até novembro de 2020, em todos os cinco continentes do mundo existiam vinte e três associações de MSF independentes, que elegem seus próprios presidentes e conselhos administrativos. Quase todas as associações possuem um escritório executivo que financia e recruta pessoal para as operações locais administrativas e de campo (figura 4).

Figura 4 – Estrutura da organização Médicos Sem Fronteiras.



Fonte: MSF-Brasil (2021).

³⁷ Informações disponíveis em <<https://www.msf.org/international-activity-report-2019/figures>>; Acesso em 02 de junho de 2020 às 22:37h.

Ainda que em países diferentes, todas os centros operacionais, escritórios e filiais de MSF compartilham uma carta comum: a Carta de Princípios de Médicos Sem Fronteiras. Isto significa que todos os profissionais que atuam pela organização, seja tanto nas estruturas organizacionais quanto em missões de campo, devem observar os princípios da independência, imparcialidade, neutralidade, transparência e ética médica. Segue abaixo o significado de cada um destes conceitos, conforme o guia de fontes em ajuda humanitária de MSF³⁸.

Independência

A organização Médicos Sem Fronteiras se considera independente por não estar atrelada de forma alguma a poderes políticos, militares, econômicos ou religiosos, e ter liberdade de ação, decidindo quando, onde e como atuar com base em sua própria avaliação do contexto e necessidades da situação.

Imparcialidade

MSF afirma oferecer ajuda humanitária e cuidados de saúde àqueles que mais precisam, sem quaisquer discriminações em relação a raça, religião, nacionalidade ou convicção política. A própria organização define o público que será priorizado com base, exclusivamente, na avaliação das necessidades de saúde identificadas, tendo suas atividades norteadas pela possibilidade de aliviar o sofrimento de indivíduos por meio da ação médica.

Neutralidade

Em situações de conflito, a ONG MSF não toma partido de ninguém. A neutralidade é crucial para que suas equipes possam chegar a qualquer pessoa afetada, independentemente do lado do conflito em que esteja. Assim como sua independência, sua neutralidade é possibilitada pela sua total independência financeira de governos ou partes envolvidas em conflitos.

³⁸ O Guia de Fontes em Ajuda Humanitária foi planejado por MSF como uma ferramenta para facilitar a cobertura de crises humanitárias, trazendo diversos contatos de atores deste tipo de cenário, artigos relacionados a assistência emergencial e um glossário básico de termos da ajuda humanitária e do direito internacional humanitário. Disponível em < <https://guiadefontes.msf.org.br/>>. Acesso em 08 de novembro de 2020 às 23:43h.

Transparência

Médicos Sem Fronteiras avalia constantemente os projetos que implementa e presta contas, com frequência anual, à sociedade e aos doadores sobre a gestão de todos os recursos captados e resultados de suas ações. Esta apresentação é feita de forma clara e acessível. A organização também preza pela transparência na relação com seus pacientes e, coerente com essa transparência, informa-os sobre as escolhas que faz e sobre as decisões que toma no que se refere à sua atuação médica.

Ética médica

Em primeiro lugar, as ações de MSF são médicas. Isto significa que o trabalho da organização é norteado pelas regras do Código de Ética Médica universal e, portanto, acima de tudo vem o dever de prestar assistência a quem precisa, sem prejudicar indivíduos ou grupos. Assim, segundo a organização, cada indivíduo é tratado com confidencialidade, dignidade e respeito e recebe cuidados médicos de qualidade.

Em 2011, a estrutura de governança internacional foi reformada e MSF Internacional foi registrada na Suíça. Em dezembro de 2011, a primeira Assembleia Geral Anual de MSF Internacional (AGI) foi realizada, passando a ocorrer anualmente todo mês de junho nos anos seguintes. A AGI é a autoridade mais alta de MSF e responsável por preservar a missão humanitária médica da organização, além de fornecer orientação estratégica a todas as seções de MSF. A Diretoria Internacional responde pela AGI, que é presidida pelo Presidente Internacional e composta por representantes das diretorias operacionais da organização.

2.3 A presença e atuação de MSF no mundo

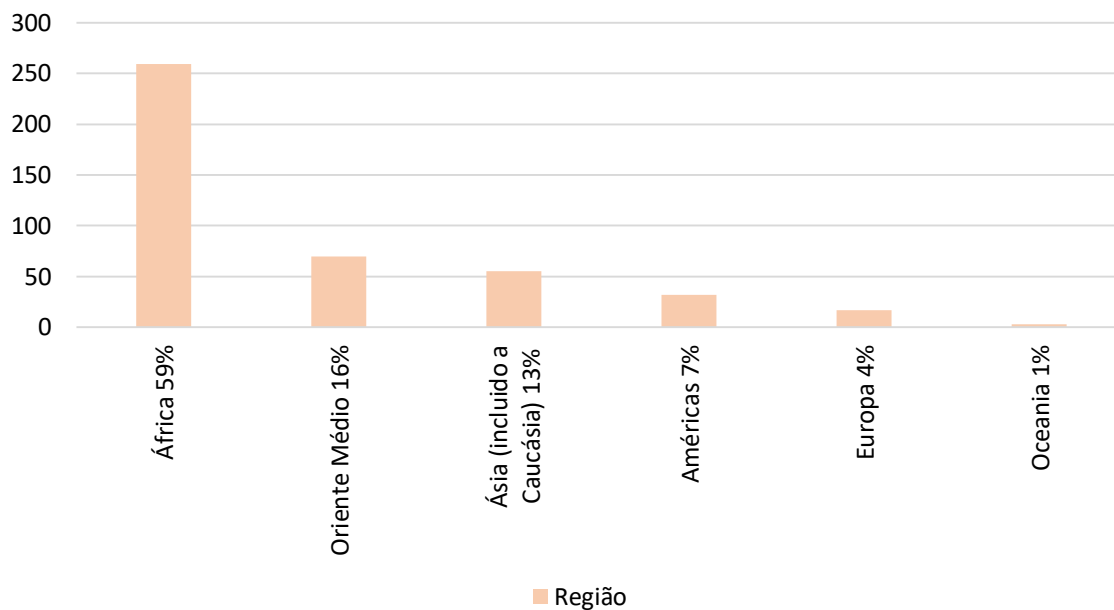
As ações humanitárias são de extrema relevância nas relações internacionais quando atuantes de forma neutra, pois possibilitam a promoção de direitos básicos que muitas vezes os próprios Estados não são capazes de fornecer a suas populações. Conforme Sanches (2014), MSF tem uma grande relevância nas relações internacionais por fazer com que os Estados passem a exercer a cooperação entre ambos, de forma indireta, quando um está

com problemas internos, e ter influência política no cenário internacional, por ser uma organização não governamental sem fins lucrativos.

De acordo com Chen (2014), ainda que as organizações não governamentais como MSF não sejam capazes e nem consigam resolver todos os problemas crônicos de uma nação, elas desempenham um papel muito importante no desenvolvimento de cuidados de saúde de países negligenciados, em particular por todo o continente africano.

A África é, com efeito, a principal região das missões de MSF, sejam de curto, médio ou longo prazo. Conforme a Figura 4 abaixo, a maior parte dos projetos de MSF no ano de 2019, um total de 259, ocorreu no continente africano. Ainda que os projetos fora da África não tenham chegado nem a faixa de 100, a organização atuou em diversas outras áreas do globo, sendo os locais com maior quantidade de projetos respectivamente: Oriente Médio (70), Ásia (55), Américas (32), Europa (17) e Oceania (3).

Figura 5 – Gráfico traduzido dos locais de projetos da organização Médicos Sem Fronteiras em 2019.

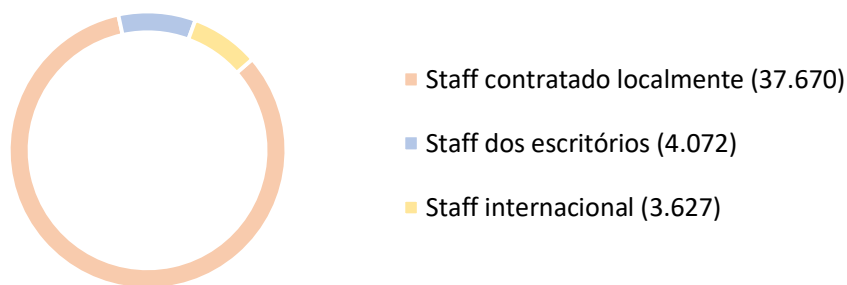


Fonte: MSF (2020, p. 8).

Embora no imaginário social seja muito comum a percepção de que apenas médicos enviados de países do Norte global trabalham nas missões de MSF, na realidade, a

organização envia aproximadamente 3.500 funcionários internacionais diversos e emprega cerca de 37.000 funcionários locais dos países onde as missões ocorrem (figura 6).

Figura 6 – Gráfico traduzido das origens do staff da organização médicos sem fronteiras em 2019



Fonte: MSF (2020, p. 95).

Mais de 50% dos 436 projetos em mais de 70 países estão localizados na África (MSF, 2020) e um grande número de seus funcionários nacionais são, conseqüentemente, africanos (tabela 1). Contudo, Chen (2014) chama atenção para o fato de na Conferência de La Mancha, realizada em Luxemburgo em março de 2006, muitos membros de MSF se mostraram surpresos ao descobrir que embora o número total de funcionários nacionais ocupe aproximadamente 92% de todos os cargos nos campos das missões, sua presença não é proeminente na representação pública das atividades, tal como na compreensão popular de como a organização realmente funciona. Por outro lado, os funcionários internacionais, que são apenas cerca de 8%; ocupam posições de destaque nas representações públicas e, por conseqüência, na compreensão popular.

Tabela 3 – Países com maiores programas por número de funcionários no campo

1	Sudão do Sul	3.615
2	República Democrática do Congo	3.173
3	República da África Central	2.775
4	Iêmen	2.538
5	Nigéria	2.448
6	Afeganistão	2.388
7	Bangladesh	1.871
8	Níger	1.829
9	Paquistão	1.510
10	Iraque	1.379

Fonte: MSF (2020, p. 8).

Segundo o relatório anual mais recente de MSF (MSF, 2020), o orçamento total gasto nos 10 países com maiores programas foi de 582,3 milhões de euros, o equivalente a 53% das despesas operacionais em 2019 (tabela 3). Apenas em países localizados na África, os gastos com missões e projetos foram de 398,8 milhões de euros, ou seja, 68% do orçamento total. A segunda região mais dispendiosa foi o Oriente Médio, onde foram gastos 20%, seguido da Ásia, que demandou apenas 12% do valor total desembolsado com os maiores programas do ano. Essa grande diferença de custos demonstra o quanto o continente africano representa o epicentro regional no contexto da ajuda humanitária médica.

Tabela 4 – Países com programas por despesas (em euros) em 2019

1	República Democrática do Congo	África	€133,1 milhão
2	Sudão do Sul	África	€85,4 milhão
3	Iêmen	África	€74,9 milhão
4	República da África Central	África	€58,2 milhão
5	Nigéria	África	€47,2 milhão
6	Iraque	Oriente Médio	€46,4 milhão
7	Síria	Oriente Médio	€41,4 milhão
8	Afeganistão	Ásia	€35,4 milhão
9	Líbano	Oriente Médio	€30,9 milhão
10	Bangladesh	Ásia	€29,4 milhão

Fonte: MSF (2020, p. 8).

É importante ressaltar que, embora a presença significativa de MSF na África seja atribuída principalmente à gravidade e duração dos conflitos e desastres que ocorrem no continente africano, ao mesmo tempo, sua assistência humanitária às numerosas catástrofes da África também está profundamente atrelada com os legados do colonialismo europeu (CHEN, 2014).

A presença de Médicos Sem Fronteiras se dá em diversas situações em resposta a diferentes crises e emergências, tais como conflitos armados, epidemias, catástrofes naturais e situações que envolvem deslocamento de refugiados e migrantes. Embora os principais contextos nos quais a organização atua sejam de extrema urgência, MSF também se torna presente quando populações sofrem com a falta de acesso à assistência médica.

Durante 2019, as condições de vida para muitas pessoas em países da região do Sahel, incluindo acesso a assistência médica, pioraram consideravelmente, quando grupos armados e a violência intercomunitária fizeram com que partes da região se tornassem extremamente inseguros e forçaram as pessoas a fugir de suas casas. Nesse contexto, segundo fontes oficiais, MSF atuou no fornecimento de cuidados para atender às necessidades médicas da população local, incluindo altos níveis de desnutrição e malária, particularmente entre as crianças. Contudo, de acordo com a própria organização (MSF, 2020), a violência intensa e constante ameaças de sequestros tornou o ambiente inseguro para que suas equipes pudessem prosseguir com as atividades.

A partir dos relatórios da organização, no decorrer das últimas décadas, MSF combateu diversas manifestações epidêmicas, desde o HIV/Aids e a tuberculose a doenças negligenciadas, como, por exemplo, a doença de Chagas e Ebola; doenças que afetam, especialmente, as populações pobres e com poucas opções efetivas de tratamento médico. No final do ano de 2019, o surto de Ebola no nordeste da República Democrática do Congo já havia ceifado mais de 2.200 vidas e MSF relata, em seu relatório anual (MSF, 2020), a frustração com os esforços lentos e restritos de vacinação enquanto solicitava publicamente mais vacinas à Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em vista destes problemas, através da Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais (CAME), a organização faz uma pressão global por mais pesquisas voltadas para novos medicamentos para doenças negligenciadas e maior facilidade de acesso a eles, a testes para diagnósticos e a vacinas.

De acordo com as fontes institucionais, tratando-se de catástrofes de larga escala a emergências locais, Médicos Sem Fronteiras age rapidamente aos desastres naturais. Em março de 2019, chuvas sobre o Malawi, localizado na África Oriental, levaram o país a fortes inundações, antes da chegada do ciclone Idai, que atingiu primeiro Moçambique, e depois o Zimbábue. Cerca de 80% da cidade da Beira em Moçambique foi destruída pela tempestade, o que, segundo o relatório de atividades da organização de 2020, ocasionou a intervenção de MSF em larga escala para fornecer assistência médica e conduzir atividades de água e saneamento.

Por fim, Médicos Sem Fronteiras também leva assistência médica a refugiados e migrantes em diversas regiões do mundo, dentre elas o Triângulo Norte da América Central (formado por El Salvador, Honduras e Guatemala), que constitui uma das áreas mais violentas do mundo, e o México (MSF, 2020). Nesta região, desde 2012, a organização oferece atendimento médico e psicológico para dezenas de milhares de migrantes e refugiados que fogem da violência extrema em seus países de origem e experimentam diversas formas de violência física, psicológica e sexual no trânsito pelo maior corredor migratório do mundo: aquele que atravessa o México para Estados Unidos (MSF, 2017). Segundo informações oficiais, em fevereiro de 2020, em parceria com a SOS Méditerranée³⁹, MSF salvou também 182 pessoas em perigo no mar Mediterrâneo⁴⁰.

2.4 A trajetória de Médicos Sem Fronteiras no Brasil

Segundo relatórios institucionais, a organização Médicos Sem Fronteiras começou a atuar no Brasil em 1991, quando enviou profissionais para atuar no combate a uma epidemia de cólera na Amazônia. Desde então, MSF aumentou progressivamente sua atuação em solos brasileiros, culminando com as ações relacionadas à COVID-19 em 2020, fazendo-se presente em diversas cidades brasileiras no atendimento a populações vulneráveis⁴¹.

³⁹ A SOS Méditerranée é uma organização europeia marítima-humanitária que resgata vidas ao mar e atualmente opera no mar Mediterrâneo em águas internacionais ao norte da Líbia.

⁴⁰ Informações disponíveis em <<https://prezly.msf.org.uk/flashquote-182-people-stranded-onboard-search-and-rescue-boat-ocean-viking>>. Acesso em 10 de outubro de 2020 às 19:00h.

⁴¹ Informações disponíveis no website local da organização <www.msf.org.br>. Acesso em 10 de outubro de 2020 às 19:14h.

Conforme Moulin e Tabak (2014), MSF foi também a primeira Organização Não Governamental internacional a atuar no Rio de Janeiro no início dos anos 1990, tendo como foco principal de suas atividades, em parceria com outras instituições, a retirada de crianças em situação de rua através de um serviço de saúde multidisciplinar. Em 1991, as equipes de campo contavam com apenas um escritório de apoio onde ficava baseada a coordenação geral de todos os projetos.

Alguns anos depois, em 1995, a organização estabeleceu uma clínica voltada para todos os moradores da comunidade, no bairro de Vigário Geral, zona norte da cidade, e no fim da década de 1990, disponibilizou atendimento médico semanal no centro da cidade, debaixo do viaduto da Leopoldina, onde 450 pessoas viviam em condições extremas. Desde aquela época, foram desenvolvidos diversos projetos em diferentes regiões no país.

Em 1998, o conselho internacional rejeitou a proposta de abrir um escritório no Brasil, frustrando o desejo de MSF-Bélgica de estabelecer um escritório de delegação no país. Entretanto, após um estudo com base no extenso trabalho que a Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais (CAME) estava realizando com a sociedade civil brasileira, foram desenvolvidas algumas atividades de comunicação e de captação de recursos no país. Em outubro de 2004, quando os programas no Brasil estavam prestes a fechar, a diretoria de MSF-Bélgica decidiu explorar novamente a possibilidade de criar um escritório de delegação para fins de comunicação, captação de recursos e recrutamento (BINET; SAULNIER, 2019).

Somente no ano de 2006 MSF iniciou atividades que envolviam o recrutamento de profissionais e a captação de recursos financeiros brasileiros, com o objetivo de apoiar os projetos da organização pelo mundo, e tornou-se um membro formal do Centro Operacional de Bruxelas (OCB), com participação igualitária em todas as suas plataformas executivas e sendo endossado como filial do Movimento MSF⁴² em 2008. Segundo a seção de MSF no país (MSF, 2020), atualmente, MSF-Brasil conta com mais de 500 mil doadores ativos e envia cerca de 190 brasileiros de diversas especialidades para projetos pelo mundo.

As ações de comunicação no Brasil também ganharam força, visando sensibilizar a população brasileira sobre as crises humanitárias internacionais. Em 2007, foi criada a

⁴² O Movimento MSF é formado por todas as associações da organização Médicos Sem Fronteiras, reunindo um total de mais de 30.000 pessoas. No capítulo 3 analisaremos o Movimento MSF com maior profundidade.

Unidade Médica do Brasil (BRAMU), cujo objetivo é prestar suporte técnico em saúde e antropologia aos projetos da organização globalmente, especialmente para as consequências da violência urbana para as populações e àqueles voltados para doenças tropicais negligenciadas.

A central das operações de MSF-Brasil fica localizada atualmente no centro da cidade do Rio de Janeiro e é uma seção associada ao Centro Operacional de Bruxelas (OCB), que tem suas atividades financiadas também com recursos de cidadãos brasileiros. Conforme relatórios internos não publicados da organização, em termos de doação em 2018, MSF-Brasil foi o segundo escritório com o maior número de doadores de Médicos Sem Fronteiras, ficando atrás apenas da Espanha, porém à frente dos outros quatro centros operacionais da organização (França, Bélgica, Holanda e Suíça).

Desde 2006, o crescimento da importância de MSF-Brasil influenciou a participação ainda desigual dos membros do Sul global nos processos de tomada de decisão da organização (MOULIN; TABAK, 2014). No relatório de 2007 sobre as atividades de MSF no país, foi ressaltado o fato da organização ser orientada pelos países ricos, europeus do Norte, e, assim como muitos outros escritórios e missões fora do eixo de costume, reconheceu-se que a associação de MSF no Brasil poderia trazer novas ideias para o movimento internacional (MSF, 2007).

No próximo capítulo deste estudo, analisaremos a seção de Médicos Sem Fronteiras no Brasil com maior profundidade, a fim de entendermos sua estrutura, funcionamento e peculiaridades. Antes disso, veremos a continuação algumas das principais críticas à atuação desta organização.

2.5 O humanitarismo ocidental em crise: críticas e questionamentos sobre a atuação internacional de MSF

Apesar da história frequentemente disseminada sobre Médicos Sem Fronteiras relatar que a organização se estruturou como uma alternativa humanitária à Cruz Vermelha, Desgrandchamps (2011) ressalta que esta suposta ruptura entre médicos e jornalistas e uma CICV excessivamente cautelosa em relação à Guerra de Biafra tornou-se um mito sobre a origem de MSF. De acordo com a autora, a Cruz Vermelha não estava totalmente relutante em se manifestar contra as atrocidades relatadas por seus funcionários. Na verdade, sua

expressão pública foi impedida devido a considerações políticas de não-partidarismo e uma má administração das comunicações (DESGRANDCHAMPS, 2011).

Além disso, antes mesmo dos médicos e jornalistas de MSF partirem para Biafra, as denúncias de genocídio e as críticas ao governo nigeriano já eram bastante presentes na imprensa internacional, conforme apontado por Desgrandchamps (2011). Isto significa que a organização Médicos Sem Fronteiras não foi responsável pela origem da cobertura midiática da crise humanitária, como muitos acreditam, e que talvez sua criação deva ser compreendida como uma vontade de constituir-se de modo independente e com maior liberdade de atuação, ao invés de uma divergência em relação ao testemunho sobre o que ocorria na missão de Biafra (DESGRANDCHAMPS, 2011).

Em seu estudo etnográfico sobre a jornada de MSF através de quase dez anos em missões com a organização, Redfield (2013, p.42) conclui que Médicos Sem Fronteiras foi fundada sob uma forte crença secular no valor da vida, baseada na doutrina do filósofo iluminista Voltaire, que considera toda vida igualmente sagrada e que nenhuma vida pode ser sacrificada por outra ou por um bem superior. Contudo, de acordo com Redfield (2013, p.65), MSF não tenta definir uma filosofia de vida, salvar uma vida não significa negar a morte, mas as pessoas não devem morrer por “coisas estúpidas”.

Diante deste compromisso de recusar a ação que causa mortes “desnecessárias”, Weatherhead (2016) destaca a afirmação de James Orbinski, presidente internacional da organização MSF no período 1998-2000, de que o humanitarismo é “um desafio às escolhas políticas que muitas vezes matam ou permitem que outros sejam mortos” (Orbinski 2009: 6 apud WEATHERHEAD, 2016, para.3).

A fim de implementar sua ética, MSF deve julgar quais “coisas estúpidas” que causam mortes são inaceitáveis. Segundo Weatherhead (2016), este julgamento nada mais é do que uma decisão política, pois envolve a contestação de certas políticas governamentais. Como exemplo, a autora relembra quando a organização rotulou grupos de refugiados e migrantes como vítimas da política da União Europeia e pediu aos governos europeus que mudassem suas prioridades para que maximizassem o número de pessoas que recebiam e protegiam, ao invés de maximizar o número de pessoas recusadas. Para isso, foi necessário julgar os governos como vilões e, embora afirme que não toma partido, MSF posicionou-se contra os Estados Membros naquele momento (WEATHERHEAD, 2016).

O canal de informação *France 24*⁴³ (2021) traz outras situações em que as escolhas de MSF podem ser consideradas como decisões políticas. Na Bósnia em 1992 e em Ruanda em 1994, a organização apelou para intervenções militares a fim de acabar com as exortações dos sérvios e o genocídio de Tutsi. Jean-Herve Bradol, médico de MSF, conta que foi atingido pela alto número de assassinatos ao chegar em Quigali, Ruanda, e, à vista disso, a organização comprou pela primeira vez um espaço publicitário no jornal francês *Le Monde* para dizer que não era possível “deter um genocídio com médicos” e que era necessária uma intervenção militar internacional (FRANCE 24, 2021)⁴⁴.

Em 1999, uma crise eclodiu dentro de Médicos Sem Fronteiras em conexão com seu trabalho na Guerra do Kosovo⁴⁵. Segundo Orbinski (2008), durante a missão em Kosovo, MSF-Grécia conseguiu acesso à Sérvia ao custo de aceitar que o governo sérvio impusesse limites sobre onde poderia ir e o que poderia ver, termos que o resto do movimento de MSF havia recusado. Binet (2016) destaca que o movimento havia recusado os termos do governo sérvio por acreditar que os mesmos comprometeriam a imparcialidade da instituição. Consequentemente, MSF decidiu expulsar a seção da Grécia da organização, somente permitindo sua reintegração seis anos depois, em 2005 (BINET, 2016).

Assim como os grupos de lobby ambiental e de igualdade de gênero, Weatherhead (2016) salienta que MSF tem um objetivo ao participar do ativismo político e criticar as decisões que causam sofrimento, independente do governo. Este objetivo seria influenciar a política de acordo com suas crenças filosóficas, o que gera dúvidas sobre a aparente simplicidade de sua imagem “neutra”. Um método menos politizado de salvar vidas seria ajudar aqueles que sofrem sem desafiar publicamente a causa governamental do sofrimento (WEATHERHEAD, 2016).

Redfield (2013, p.101) afirma que, desde sua origem, Médicos Sem Fronteiras tem praticado uma “ética de recusa” ao simplesmente não aceitar o mundo como ele é. A organização sempre defendeu a opinião de que embora nem sempre “as palavras possam

⁴³ France 24 é um canal de informação internacional francês que faz parte da empresa pública francesa France Médias Monde.

⁴⁴ Matéria disponível em <<https://www.france24.com/en/france/20210611-doctors-without-borders-50-years-of-french-doctors-providing-care-bearing-witness>>. Acesso em 24 de julho de 2021 às 00:09h.

⁴⁵ Conforme Nogueira (2000), a Guerra do Kosovo de 1999 representou a derrota do nacionalismo sérvio e do projeto de reconstrução do Estado iugoslavo. Foi também o primeiro conflito armado envolvendo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) desde a sua criação e a maior crise humanitária ocorrida na Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

sempre salvar vidas, o silêncio certamente pode matar” (REDFIELD, 2013, p.99), conforme dito pelo Dr. James Orbinski ao receber por MSF o prêmio Nobel da Paz em 1999⁴⁶.

De fato, conforme Weatherhead (2016), MSF não esconde que é franca, porém não explicita que é “politicamente” franca. Embora defenda que seu *advocacy* é fundamentado nas realidades de seu trabalho, através da análise de dados médicos e dos testemunhos de seus funcionários, dos pacientes e suas comunidades⁴⁷, *advocacy* é uma prática naturalmente política, mesmo quando se trata de algo tão básico como proteger os seres humanos necessitados (WEATHERHEAD, 2016).

DeChaine (2002) destaca que a prática de *témoignage*⁴⁸ contribui à imagem pública de Médicos Sem Fronteiras como um grupo justo. Através de sua firme e explícita rejeição a interesses políticos em nome de objetivos e práticas morais, MSF mobiliza a “neutralidade” como uma maneira hábil de significar sua credibilidade. Assim, a neutralidade se torna um marco de pureza e status dentro da sociedade civil, a própria antítese da corrupção (DECHAINED, 2002).

Em relação à ação humanitária de Médicos Sem Fronteiras, DeChaine (2002) ressalta que a organização busca reconfigurar o espaço para acomodar uma nova visão global dos direitos humanos, uma visão baseada em uma perspectiva “sem fronteiras”. Ele explica que ao fazer isso, MSF coloca a ausência de fronteiras do espaço humanitário contra o poder e a força do espaço político. Dessa forma, MSF propõe sua intenção de reformular a ajuda humanitária em sua própria imagem e, em nome de uma ação humanitária transcendente e universal, professa estar sem fronteiras políticas, ideológicas e geográficas (DECHAINED, 2002).

Segundo Chen (2014), MSF opera numa linha pós-colonial. A ideia de se trabalhar “sem fronteiras” não desafia apenas o princípio territorial básico de um Estado-nação moderno, mas também traz, de alguma forma, o legado colonial da expansão imperial do

⁴⁶ Informação disponível em <<https://www.msf.org.br/nossa-historia/nobel-da-paz>>. Acesso em 24 de julho de 2021 às 19:58h.

⁴⁷ Informação disponível em <<https://msf.org.uk/advocacy>>. Acesso em 24 de julho de 2021 às 21:38h.

⁴⁸ A palavra *témoignage* vem do verbo francês *temoigner*, que se traduz literalmente como “testemunhar”. De acordo com MSF, a organização pratica *témoignage* ao agir como testemunha e falar, seja em privado ou em público, sobre a situação das pessoas que tratam. Informação disponível em <<https://www.doctorswithoutborders.org/who-we-are/principles/bearing-witness>>. Acesso em 24 de julho de 2021 às 20:05h.

século IX, uma vez que a maioria dos países de missão (conforme listados nas tabelas 1 e 2) já foram colônias europeias em algum momento da história. Países como a República Democrática do Congo, Sudão do Sul, República da África Central, Nigéria e Níger são ex-colônias europeias e sofrem até hoje o peso da exploração sofrida nos tempos da colonização. Portanto, conforme Chen (2014) bem afirma, mesmo que o conceito de neutralidade esteja incorporado na Carta de Princípios de MSF, países e identidades de origem não são características neutras, considerando que as fronteiras nacionais na era atual ainda carregam o legado das fronteiras imperiais.

Conforme visto no capítulo anterior, desde as origens do humanitarismo existe uma profunda ligação entre este fenômeno e o sistema colonial. Em virtude do processo da colonização, as dinâmicas da colonialidade seguem bastante presentes, afetando as estruturas, os procedimentos e práticas da atividade humanitária. Estas dinâmicas são responsáveis por manter e reforçar um padrão e hierarquização de poder, ser e saber, inviabilizando o acesso às estruturas àqueles que não se assemelham ao sujeito soberano – o homem, branco, cis/hétero, cristão, proprietário e sem deficiência. Dessa forma, tanto raça quanto gênero e outras características afora do padrão da modernidade são elementos fictícios poderosos que se consolidaram em razão do colonialismo europeu, tornando-se, conseqüentemente, uma problemática para as ONGIs humanitárias. Principalmente quando, os grupos humanitários são baseados em nações ricas (Norte global) e trabalham em comunidades pobres e vulneráveis no Sul global. Conforme Elks (2020), especialistas alertam que estas disparidades de poder criam um risco de abuso.

Como reflexo disto, em 2017, a organização humanitária Médicos Sem Fronteiras demitiu 19 funcionários após investigar 24 casos de denúncias de abuso sexual⁴⁹. No ano seguinte, mais uma vez, a organização foi atingida por alegações de que funcionários utilizavam frequentemente serviços de prostitutas locais enquanto trabalhavam na Libéria e no Quênia e funcionárias não tinham coragem de denunciar formalmente seus colegas por medo de suas posições sênior na organização⁵⁰.

⁴⁹ Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2018/feb/14/french-aid-group-msf-medecins-sans-frontieres-abuse-cases-last-year>>. Acesso em 09 de novembro de 2020 às 06:00h.

⁵⁰ Disponível em <<https://www.theguardian.com/global-development/2018/jun/21/medecins-sans-frontieres-staff-working-in-africa-accused-of-using-prostitutes>>. Acesso em 09 de novembro de 2020 às 06:02h.

Em 2019, MSF informou que o número de queixas de abuso sexual, assédio e outros comportamentos inaceitáveis contra funcionários em missões no ano anterior havia quase dobrado, de 172 para 356 queixas. A organização acredita que este fato indicava como o aumento das investigações em relação aos comportamentos na assistência humanitária teria encorajado mais pessoas a formalizarem denúncias contra comportamentos lesivos. No mesmo ano, a organização Oxfam também sofreu denúncias generalizadas de abuso e assédio no Haiti, durante uma missão de socorro ao terremoto em 2010⁵¹.

Em julho de 2020, mais uma vez, assim como outras organizações humanitárias internacionais, MSF foi alvo de críticas em relação ao eurocentrismo em sua atuação, a sub-representação de pessoas não brancas e a ausência de equidade e inclusão dentro da organização. Ainda que esta situação seja uma característica de muitas outras instituições na sociedade de modo global (IVANOVIC, 2019), a questão parece especialmente problemática no setor humanitário por este ser expressamente construído sobre compromissos de justiça e igualdade (ACEVO, 2020).

Como já apresentado anteriormente através do pensamento decolonial de Aníbal Quijano (2005), existe uma centralidade do conceito de raça especialmente no que tange à formação das estruturas de poder, sendo a raça o critério de distribuição da população mundial na hierarquia destas estruturas. Consequentemente, percebe-se a existência de uma associação entre a branquitude e as relações de trabalho, o desfrute de privilégios e até mesmo a retenção do campo do saber, onde a hegemonia eurocêntrica é considerada a perspectiva superior do conhecimento.

Assim, o racismo fundado na “pretensa superioridade intelectual, moral, física e estética do grupo racial branco” (SOUZA SANTOS, 2021, p.40) age como uma base de sustentação para o desenvolvimento das mencionadas divisões sociais.

A existência de estruturas de poder da modernidade/colonialidade em Médicos Sem Fronteiras torna-se bastante evidente no estudo de caso de Shevchenko e Fox (2008, p.109) sobre as atividades de MSF na Rússia. As autoras analisaram a dinâmica da divisão “nacionais”/“expatriados” existente na organização e indicou que estas denominações e

⁵¹ Disponível em <<https://in.reuters.com/article/us-global-rights-aid-idUSKCN1TI2EG>>. Acesso em 09 de novembro de 2020 às 06:07h.

segmentações têm sido criticadas e designadas internamente como “discriminatórias”, “colonialistas” e “racistas”.

De acordo com Shevchenko e Fox (2008), denominar como “nacionais” os profissionais que trabalham com projetos de MSF localizados nos países onde residem e “expatriados” ou “internacionais” aqueles que estão envolvidos em projetos situados fora de seus países de residência é um fato contraditório, pois contraria a visão “sem fronteiras” da organização (SHEVCHENKO; FOX, 2008).

Em relação às disparidades, Shevchenko e Fox (2008) apresentam evidências de desigualdades nos status, papéis, oportunidades e reconhecimento concedidos aos “expatriados” em comparação aos “nacionais”. Estas diferenças têm origem em múltiplas causas, como a existência de políticas excludentes, a natureza de longo prazo dos projetos nos quais a organização estava envolvida e consequências inadvertidas de atitudes e comportamentos que não tinham necessariamente a intenção de produzir os resultados que produziram. Entretanto, Shevchenko e Fox (2008) ressaltam que por serem intrínsecas à estrutura e às condições da ação humanitária internacional, algumas dessas diferenças não podem ser facilmente eliminadas por MSF ou por qualquer outra organização humanitária.

Embora seja necessário manter uma vigilância contínua sob as formas insidiosas em que as atitudes colonialistas ou racistas podem estar presentes nas relações entre “expatriados” e “nacionais”, Shevchenko e Fox (2008) concluem não ser necessariamente desejável eliminar todas as diferenças entre os dois grupos. Segundo elas, não se deve supor que o reconhecimento de algumas das formas em que “nacionais” e “expatriados” diferem socialmente e culturalmente seja um sinal de preconceito ou uma violação dos princípios universalistas, pois o não reconhecimento adequado de algumas das características distintivas de um “nacional” pode ser uma manifestação de uma forma de “desigualdade”. É importante reconhecer que “nacionais” possuem o diferencial do conhecimento social, cultural, histórico e contextual do local em que a organização está conduzindo seu trabalho humanitário (SHEVCHENKO; FOX, 2008, p.119).

Em 2020, a Fundação Thomson Reuters⁵² perguntou a vinte e quatro Organizações Não Governamentais, organizações de caridade e agências da Organização das Nações

⁵² A Fundação Thomson Reuters é uma fundação corporativa da empresa global de notícias e serviços de informação Thomson Reuters. Segundo a sua página oficial, como uma instituição de caridade independente,

Unidas quantas denúncias de racismo elas receberam no ano de 2019 e se suas equipes receberam ações disciplinares nos últimos cinco anos (ELKS, 2020). Segundo Elks (2020), sete organizações não responderam às perguntas nem compartilharam dados; oito disseram que não receberam denúncias ou relatórios sobre racismo envolvendo seus funcionários; quatro afirmaram não ser possível obter dados claros; e apenas cinco organizações confirmaram ter recebido denúncias de racismo.

Elks (2020) aponta que a organização Médicos Sem Fronteiras revelou ter recebido sete denúncias sobre racismo nos projetos de campo em 2019, dentre as sete, menos de cinco foram mantidas. Entretanto, a organização disse não acreditar que este número revelava o quadro completo:

“Sabemos que enfrentamos um problema de subnotificação de abusos e questões de comportamento, especialmente em termos de reclamações feitas por funcionários locais, pacientes e seus cuidadores. Estamos nos esforçando para resolver isso” (ELKS, 2020, [online] tradução nossa).

Uma carta aberta⁵³ assinada por 1.147 colaboradores antigos e atuais de MSF e enviada à liderança administrativa trouxe à tona a acusação da perpetuação do colonialismo nas políticas, práticas de contratação e cultura de trabalho de uma organização dirigida por pessoas “brancas” e “privilegiadas”.

Outros comentários sugeriram ainda que o reconhecimento das manifestações estruturais do racismo está além do escopo da missão social de MSF. Exclusão, marginalização e violência são indissociavelmente ligadas às noções de racismo, colonialismo e superioridade racial – conceitos que reforçamos em nosso trabalho. (Carta aberta à MSF, 2020).

Em resposta à carta aberta dos colaboradores à MSF, o presidente internacional Christos Christou considerou a declaração como um acelerador para que MSF aja de forma mais rápida em relação a uma série de mudanças já planejadas, sem entrar em maiores

registrada no Reino Unido e nos EUA, a Fundação trabalha para promover a liberdade da mídia, fomentar economias mais inclusivas e promover os direitos humanos. Disponível em <<https://www.trust.org/about-us/>>. Acesso em 25 de julho de 2021 às 00:51h.

⁵³ Disponível em <https://docs.google.com/forms/d/16TF7CTAP3S8BoV4MUOrZxYcIUk_-qT_MUYxSQKhThDU/viewform?edit_requested=true>. Acesso em: 10 de outubro de 2020 às 16:10h.

detalhes quanto ao que seriam estas mudanças⁵⁴. Em uma entrevista com a NPR⁵⁵ sobre a carta, Christou disse não haver dúvidas de que a organização foi construída sobre um modelo problemático, onde existe “(...) esta ideia do salvador branco – o médico branco indo e prestando assistência às pessoas na África e especialmente às crianças africanas”, e afirmou estar na hora de uma renovação total e que “ser claramente antirracista nesta organização não se trata apenas de desmantelar e superar todas estas barreiras que podem ter sido criadas ao longo de todos estes anos”, mas sim de repensar o modelo humanitário e “toda a forma de distribuir o poder de decisão e também os recursos”⁵⁶.

Analisando o histórico dos presidentes internacionais da organização Médicos Sem Fronteiras, no período de 1991-2020, é possível notar a carência de figuras oriundas do Sul global ou fora do eixo europeu; sendo apenas um indiano, dois canadenses e um australiano, em comparação as outras oito pessoas que já ocuparam a cadeira da presidência, todas de origem europeia. Outro ponto notório é a vasta presença masculina na lista de presidentes, que traz apenas duas mulheres em seu histórico (tabela 5).

⁵⁴ Disponível em < <https://www.theguardian.com/global-development/2020/jul/10/medecins-sans-frontieres-institutionally-racist-medical-charity-colonialism-white-supremacy-msf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020 às 16:21h.

⁵⁵ NPR é uma organização de mídia independente e sem fins lucrativos.

⁵⁶ Entrevista disponível em <<https://www.npr.org/sections/goatsandsoda/2020/07/15/864544382/doctors-without-borders-responds-to-charges-of-racism-from-its-staff>>. Acesso em 24 de julho às 02:41h.

Tabela 5 – Histórico de presidentes internacionais da organização Médicos Sem Fronteiras, no período de 1991-2020

Christos Christou	Grécia	2019-presente
Joanne Liu	Canadá	2013-2019
Unni Karunakara	Índia	2010-2013
Christophe Fournier	França	2007-2010
Rowan Gillies	Austrália	2004-2006
Morten Rostrup	Noruega	2000-2003
James Orbinski	Canadá	1998-2000
Doris Schopper	Suíça	1997-1998
Philippe Biberson	França	1996-1997
Doris Schopper	Suíça	1995-1996
Jacques De Milliano	Holanda	1994-1995
Rony Brauman	França	1992-1994
Reginald Moreels	Bélgica	1992-1992
Rony Brauman	França	1991-1992

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

De acordo com Tiessen (2004), a desigualdade de gênero dentro das organizações não governamentais é construída, diariamente, através das normas, atitudes e práticas de gênero dos indivíduos dentro delas. A reinvenção contínua de uma organização de gênero desigual garante a manutenção do status quo e, portanto, o privilégio dos interesses masculinos sobre os interesses femininos.

Ainda sobre desigualdades, na Conferência de Liderança Humanitária da Ásia-Pacífico de 2019, em Melbourne, a Diretora Executiva da Adeso⁵⁷, Degan Ali, salientou que o sistema humanitário é dominado pelas Nações Unidas e ONGs predominantemente ocidentais. A maioria das decisões nestas instituições, segunda ela, está nas mãos de pessoas brancas, e a representação sulista, seja dos governos nacionais ou da própria sociedade sulista, torna-se limitada⁵⁸.

⁵⁷ Adeso, anteriormente conhecida como Horn Relief, é uma organização não governamental fundada em 1991. A ONG iniciou seus trabalhos em Badhan, Somália, levando ajuda humanitária a mulheres e jovens em situações vulneráveis. Atualmente, a Adeso opera em três países: Somália, Quênia e Sudão do Sul, tendo sua sede localizada em Nairóbi, Quênia. Informações disponíveis em < <https://adesoafrica.org/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020 às 23:03h.

⁵⁸ Disponível em <<https://www.devex.com/news/q-a-degan-ali-on-the-systemic-racism-impacting-humanitarian-responses-95083>>. Acesso em: 23 de outubro de 2020 às 22:21h.

Segundo Rutazibwa (2019), uma abordagem decolonial ao humanitarismo desafia visões eurocêntricas, antecipando as experiências e conhecimentos sobre os destinos pretendidos da ajuda humanitária; ela questiona muito mais a perpetuação das relações coloniais de poder em atividades aparentemente benevolentes e não tanto a vontade política, implementação operacional e capacidades técnicas das organizações.

Em 2017, Médicos Sem Fronteiras não acatou uma moção redigida pela filial dos Estados Unidos e apresentada em sua Assembleia Geral Internacional, que pedia o compromisso explícito em abordar como a desigualdade racial afeta a organização e lutar para prevenir e eliminar o racismo de sua cultura institucional.

Mais uma vez, vemos afirmações vazias, sem um reconhecimento claro ou evidência de um comprometimento com medidas concretas. Isso equivale tão somente a uma aliança performática, projetada para sinalizar que a mudança está em andamento, mas mantendo, ao mesmo tempo, a manutenção do status quo (Carta aberta à MSF, 2020).

Três anos após a Assembleia, apesar de diversas manifestações de repúdio e de notas emitidas que estabeleceram compromissos por algumas seções de MSF, não houve nenhuma ação ou plano concreto institucional organizado em relação a medidas necessárias para abordar e evitar a discriminação na organização, resultando num aumento da frustração dos colaboradores antigos e atuais⁵⁹.

MSF deve embarcar nesse processo de autorreflexão e mudança de comportamento de maneira totalmente transparente, orientada para a ação e publicamente responsável. Sem essa mudança, MSF permanecerá moralmente comprometida e logo perderá sua relevância em um mundo em rápida evolução (Carta aberta à MSF, 2020).

De forma independente, apenas três seções de MSF publicaram externamente declarações e notas em resposta à carta aberta dos colaboradores: MSF-Canadá publicou em agosto de 2020, uma declaração de sua equipe administrativa e Conselho sobre racismo

⁵⁹ Disponível em < <https://www.thenewhumanitarian.org/news/2020/06/24/MSF-racism-black-lives-matter-debate> >. Acesso em: 24 de outubro de 2020 às 19:05h

no local de trabalho⁶⁰; em junho de 2020, MSF-UK publicou Mensagem central de seu Comitê Executivo aos seus colaboradores sobre discriminação e racismo dentro da MSF⁶¹ e MSF-EUA publicou, em junho de 2020, um artigo de sua Presidente sobre solidariedade com colegas negros e a comunidade negra nos Estados Unidos⁶².

No próximo capítulo, esse debate e todas suas repercussões serão abordados no contexto de MSF no Brasil como parte do estudo de caso.

⁶⁰ Disponível em <<https://www.doctorswithoutborders.ca/article/msf-updates-racism>>. Acesso em 10 de novembro de 2020 às 06:22.

⁶¹ Disponível em <<https://www.msf.org/msf-management-statement-racism-and-discrimination>>. Acesso em 10 de novembro de 2020 às 06:24.

⁶² Disponível em <<https://www.msf.org/msf-management-statement-racism-and-discrimination>>. Acesso em 10 de novembro de 2020 às 06:24

3 –Médicos Sem Fronteiras no Brasil e o espectro do eurocentrismo

Conforme visto nos capítulos anteriores, assim como outras organizações humanitárias internacionais, nos últimos anos, Médicos Sem Fronteiras foi alvo de denúncias de abuso sexual e críticas em relação ao eurocentrismo em sua atuação e à ausência de diversidade, equidade e inclusão. Em vista disso, diversas seções internacionais que compõem o Movimento de MSF recorreram a promoção da diversidade a fim de solucionar tais dinâmicas da colonialidade presentes na organização. Consequentemente, este capítulo analisa a seção de Médicos Sem Fronteiras no Brasil buscando refletir como as dinâmicas da colonialidade se manifestam em MSF, através de sua cultura e processos, e como MSF-Brasil tem abordado tais questões, apresentando suas medidas em curso para resolvê-las. Em termos metodológicos, o capítulo é resultado da observação participante realizada pela autora e de entrevistas com cinco informantes chave da organização. O texto realiza também análise documental de relatórios e material institucional, termos de referência de órgãos e áreas e o Programa de Diversidade e Inclusão Racial (2021-2022) produzidos pelo escritório de MSF no Brasil, bem como a análise de dados secundários a partir das bases de dados da organização como, por exemplo, o levantamento da autodeclaração de raça, etnia, nacionalidade e gênero dos funcionários e Conselho Administrativo da organização no período 2011-2021.

3.1 Estrutura e processos de MSF: da Europa para o Brasil

Fundada em um continente com uma forte história colonial, a organização humanitária Médicos Sem Fronteiras naturalmente não é imune à reprodução das dinâmicas da colonialidade em sua estrutura, processos e dinâmicas de poder. A própria história da origem da seção brasileira da organização reflete a Europa como elemento fundamental na constituição da organização, evidenciando a desigualdade existente entre membros do Sul e do Norte global na participação nos processos de tomada de decisão, conforme visto anteriormente no capítulo 2 deste trabalho.

Ainda que MSF já atuasse em solos brasileiros desde 1991, em 1998 foi rejeitada a ideia de abrir um escritório no país, sendo somente no ano de 2006 o início das atividades

que envolviam o recrutamento de profissionais e captação de recursos financeiros brasileiros. Ainda demorou mais dois anos para que MSF-Brasil fosse endossada como uma filial do Movimento MSF, porém, atualmente, MSF-Brasil conta com 12 áreas (figura 7) e 131 funcionários contratados, conforme últimos dados de seu departamento de Recursos Humanos (RH Nacional).

Na verdade, a própria organização Médicos Sem Fronteiras reconheceu ser orientada pelos países europeus ricos e que MSF-Brasil poderia trazer novas ideias para o Movimento internacional, no seu relatório sobre as atividades de MSF no Brasil em 2007 (MSF, 2007) tal como muitos outros escritórios e missões fora do eixo do Norte global.

Figura 7 – Áreas de Médicos Sem Fronteiras no Brasil (julho, 2021)

Diretoria Geral	Associativo	Finanças	Administrativo & TI
RH Nacional	Diversidade e Inclusão Racial	RH Internacional	Comunicação
Captação de Recursos	Unidade Digital	Advocacy	BRAMU

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em junho de 2020, o Conselho Administrativo internacional de MSF (*Board* internacional) admitiu que as relações de poder e governança existentes na organização não refletem a diversidade existente no Movimento, sendo a grande maioria dos Diretores Gerais nomeados por suas associações fora do Norte global descendentes de europeus. Ademais, o *Board* internacional afirmou ter consciência de que o racismo não é o único problema presente em MSF, havendo também discriminações com base no gênero, religião, sexualidade e posição social.⁶³

⁶³ Informações disponíveis em <<https://www.doctorswithoutborders.ca/article/msf-updates-racism>>. Acesso em 01 de agosto de 2021 às 22:42h.

Analisando o histórico de Diretores Gerais de MSF-Brasil desde sua origem (tabela 6), é possível notar a grande presença de nacionalidades oriundas do Norte global e predominância de pessoas brancas.

Tabela 6 – Histórico de diretores gerais de MSF-Brasil (2006-2021)

	Nacionalidade	Gênero	Raça⁶⁴	Período de atividade
Ana de Lemos	Portuguesa	Feminino	Branca	2018-presente
Susana de Deus	Portuguesa	Feminino	Branca	2013-2018
Tyler Howell	Canadense	Masculino	Branca	2011-2013
Simone Rocha	Brasileira	Feminino	Branca	2008-2011
Eric Stobbaerts	Belga, suíça e portuguesa	Masculino	Branca	2007-2008
Simone Rocha	Brasileira	Feminino	Branca	2006-2007

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Percebe-se também um desequilíbrio em termos de gênero feminino e masculino na lista, havendo uma presença maior de mulheres do que homens. Os escritórios⁶⁵ de Médicos Sem Fronteiras no Brasil apresentam um alto número de mulheres na composição do seu quadro geral de funcionários, sendo um total de 95 dentre os 137 profissionais. A forte presença feminina tem sido frequente na organização, sendo maior que o número de homens pelos últimos 3 anos consecutivos, conforme tabela abaixo:

Tabela 7 – Análise de gênero de MSF-Brasil nos últimos 3 anos (2019 – julho, 2021)⁶⁶

ANO	MULHERES	HOMENS	OUTROS
2021	95	42	-
2020	109	49	-
2019	147	72	-

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

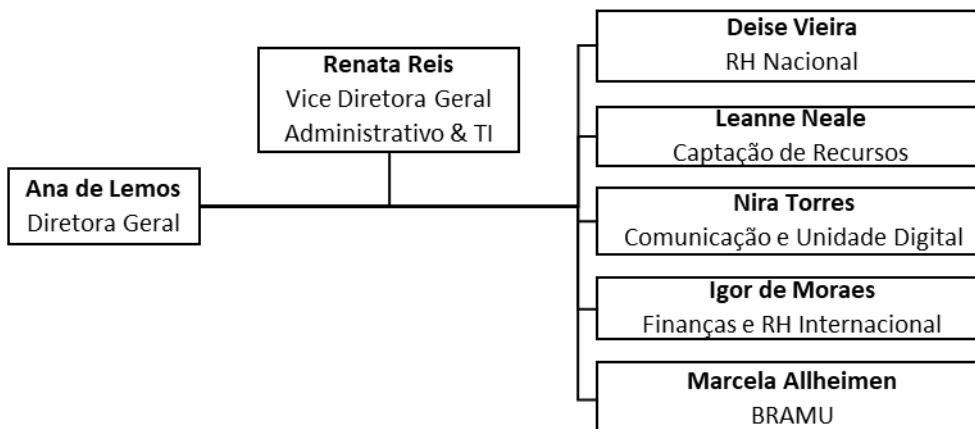
⁶⁴ Até o período de atividade da Diretora Geral Ana de Lemos, MSF-Brasil não registrava a autodeclaração de seus funcionários. Entretanto, os profissionais referenciados na tabela em questão eram oriundos do continente europeu e norte-americano, publicamente reconhecidos como pessoas brancas.

⁶⁵ Médicos Sem Fronteiras possui escritórios nas cidades Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre no Brasil.

⁶⁶ A categoria “outros” é prevista no cadastro oficial dos funcionários dos escritórios de MSF-Brasil, entretanto, não há registros de outros gêneros além de feminino e masculino nos últimos três anos. Este fato tem sido amplamente notado e debatido para fins de diversidade e inclusão.

Apesar dos escritórios de MSF-Brasil terem 15 anos de presença no país, foi possível apenas extrair tais dados desde o ano 2019 devido a uma mudança de sistemas e ausência de registros⁶⁷. Ainda assim, é possível notar que a presença feminina tem sido bastante superior à masculina na organização nos últimos anos apresentados. É também extremamente importante ressaltar que as mulheres têm expressiva presença em cargos de liderança em MSF-Brasil, compondo 86% do quadro da diretoria geral atual, sendo apenas um Diretor do gênero masculino dentre as sete pessoas que compõem o *Management Team* (MT) (figura 8).

Figura 8 – Organograma da diretoria geral e *Management Team* (MT)



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Diretora do RH nacional de MSF-Brasil, Deise Vieira atrela a alta presença de mulheres ao histórico de Diretoras Gerais da organização (informação verbal)⁶⁸. Conforme a mesma, uma alta parcela da direção geral foi composta historicamente por mulheres e é possível que este fato tenha gerado um “efeito cascata” nas contratações para os escritórios, remetendo à “questão de você normalmente contratar pessoas parecidas com você ou que tenham um alinhamento mental”.

⁶⁷ MSF-Brasil passou a registrar dados de maneira formal por volta de 2011, porém houve uma troca de sistemas utilizados para processos administrativos de funcionários, ocasionando a impossibilidade em extrair certas informações anteriores ao ano de 2019.

⁶⁸ Entrevista concedida por VIEIRA, Deise. Entrevista II. [jul.2021]. Entrevistadora: Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (22:59 min.).

Vieira também ressalta o fato da Diretora de Recursos Humanos ser do gênero feminino, o que traz “uma compreensão com as questões femininas relacionadas a várias situações que são diferentes para os homens: a maternidade, a flexibilidade ou acolhimento das mulheres que trabalham para MSF-Brasil. Quando você tem uma liderança muito masculina, o ambiente não se torna tão acolhedor e justo, dentro de uma perspectiva onde as mulheres em determinado momento da vida têm que ter esse olhar diferenciado mesmo” (informação verbal)⁶⁹.

Conforme visto anteriormente a partir de Bheroo (2020), ainda que a maioria dos profissionais das Organizações Não Governamentais internacionais sejam mulheres, apenas 30% delas chegam ao topo de suas organizações. Ao contrário do padrão que o terceiro setor apresenta em relação a presença de mulheres, MSF-Brasil revela um quadro de funcionários com grande presença feminina no topo da organização, diferenciando-se até mesmo da maioria das seções no Movimento MSF, onde grande parte das diretorias gerais é composta por homens brancos europeus⁷⁰.

Contudo, apesar da maioria dos Diretores de MSF-Brasil ser composta pelo gênero feminino, torna-se imprescindível ressaltar que a diversidade racial ainda é ínfima neste quadro, sendo apenas uma pessoa autodeclarada negra dentre os demais (tabela 8).

Tabela 8 – Diretoria Geral e MT de MSF-Brasil 2021

	Gênero	Nacionalidade	Raça
Ana de Lemos	Feminino	Portuguesa	Branca
Renata Reis	Feminino	Brasileira	Negra
Deise Vieira	Feminino	Brasileira	Branca
Leanne Neale	Feminino	Galesa	Branca
Marcella Allheimen	Feminino	Argentina	Branca
Nira Torres	Feminino	Brasileira	Branca
Igor de Moraes	Masculino	Brasileira	Branca

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Informações disponíveis em <<https://www.doctorswithoutborders.ca/article/msf-updates-racism>>. Acesso em 01 de agosto de 2021 às 23:56h.

Embora nos escritórios de Médicos Sem Fronteiras no Brasil seja possível observar uma diferença no padrão de gênero do terceiro setor, esta não é a realidade nos projetos internacionais da organização, fato apontado por Vieira ao dizer que “partindo de uma perspectiva de terreno, ainda existe uma presença maior masculina” (informação verbal)⁷¹.

De acordo com dados internos sobre as tendências das equipes internacionais de MSF em 2020⁷², a presença do gênero masculino foi pouco mais da metade dos profissionais, representando 52,5% do total, enquanto as mulheres somaram em 47,5%. Este balanço de gênero de profissionais internacionais nos projetos foi estável em comparação com os anos anteriores (tabela 9).

Tabela 9 – Porcentagem de funcionárias internacionais nos últimos 3 anos

2020	2019	2018
47,50%	48,70%	48,30%

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em relação as funções de liderança, a porcentagem de mulheres em cargos de supervisão nos projetos aumentou de 4,7% em 2019 para 5% em 2020, relatando um crescimento de 0,3%. Em relação aos supervisores homens, houve um aumento na porcentagem de 6,7% em 2019 para 9% em 2020, evidenciando um crescimento de 2,3%.

Esses números refletem possíveis barreiras estruturais na cultura de recrutamento para projetos internacionais que dificultam a existência de diversidade de gênero dentre as equipes internacionais e cargos de liderança de tomada de decisões. Porém, cabe destacar que, conforme as informações institucionais, a falta de diversidade nas equipes é algo que vem sendo adereçado pelo Movimento MSF nos últimos anos, a fim de ser solucionado.

Em MSF-Brasil, o RH Internacional é o departamento responsável por recrutar profissionais no país para uma “reserva” de talentos aptos para se candidatarem a vagas nos projetos internacionais. Esta “reserva” é chamada de *pool* de *expatriados* ou funcionários internacionais. Ao serem aprovados para entrar no *pool*, os profissionais tornam-se aptos a

⁷¹ Entrevista concedida por VIEIRA, Deise. Entrevista II. [jul.2021]. Entrevistadora: Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (22:59 min.).

⁷² Os dados sobre as tendências das equipes internacionais de MSF em 2020 fazem parte de um relatório interno ainda não publicado externamente. As informações aqui citadas foram cedidas à autora de forma exclusiva como parte da sua pesquisa sobre a organização.

receberem uma proposta de missão de um dos Centros Operacionais de MSF⁷³, sendo os Gestores de Carreira do departamento (*Pool Managers*) responsáveis por analisar as vagas abertas no Movimento MSF a fim de enviar as oportunidades disponíveis aos profissionais do *pool*, de acordo com suas experiências anteriores e idiomas de fluência.

Em síntese, o *pool* de funcionários internacionais é um grupo de profissionais pré-aprovados para saírem em missão. Esses profissionais passam por um processo seletivo que avalia habilidades como raciocínio lógico, liderança e trabalho em equipe, além da fluência em idiomas.

Entretanto, os critérios para que um profissional esteja apto para os projetos são estabelecidos pelos Centros Operacionais (OCs). Todos os Centros Operacionais de MSF estão localizados em cidades europeias e administrados por uma alta gerência dominada pela Europa, sendo eles os responsáveis por controlar diretamente cada projeto, decidindo sobre onde e quando iniciá-lo ou terminá-lo e quais necessidades atender⁷⁴.

Considerando que os critérios estabelecidos pelas OCs são pensados a partir da Europa, torna-se sistematicamente difícil para grande parcela da população local de certas seções de MSF candidatar-se ao *pool* de funcionários internacionais. No caso do Brasil, o requisito da fluência em idiomas age como um fator extremamente excludente, especialmente a língua inglesa, cujo domínio profissional é um padrão esperado na atividade humanitária, conforme visto anteriormente.

Apenas 5% dos brasileiros falam inglês e dentro desta porcentagem, somente 1% é de fato fluente (BRITISH COUNCIL, 2014). G. N. Santos e Mastrella-de-Andrade (2016) chamam atenção ao fato de que o ensino da língua inglesa no Brasil é, em grande medida, um espaço de construção de identidades de classe, contribuindo até mesmo para a manutenção de exclusões e desigualdades a partir da forma como é ensinado no país. Nesse sentido, o ensino do inglês é elitizado, sendo restrito às classes mais abastadas da sociedade.

⁷³ OCA (Centro Operacional de Amsterdã), OCB (Centro Operacional da Bruxelas), OCBA (Centro Operacional de Barcelona), OCG (Centro Operacional de Genebra) e OCP (Centro Operacional de Paris).

⁷⁴ Informação disponível em <<https://www.msf.org.br/nossa-estrutura-pt>>. Acesso em 02 de agosto de 2021 às 19:05.

No Índice de Proficiência em Inglês criado pela EF Education First⁷⁵ e baseado nos resultados de testes de 2,2 milhões de adultos em cem países e regiões, o Brasil ocupou a 53ª posição no ano de 2020, subindo seis posições em comparação ao ano anterior (EF, 2020). A EF ressalta que, apesar da língua inglesa ser um requisito exigido na maioria dos países da América Latina, o acesso às aulas de inglês continua desigual nesta região (EF, 2020, p.31).

Dos vinte e dois perfis profissionais que atuam com Médicos Sem Fronteiras em campo listados no *website* de MSF-Brasil⁷⁶, apenas um não possui “fluência em inglês e/ou francês” como pré-requisito. Nos projetos no Brasil, embora não apareçam como um requisito em todas as oportunidades, a língua inglesa é listada como “desejável” para quatro das cinco vagas em aberto no momento da realização desta pesquisa⁷⁷.

Consequentemente, profissionais de MSF oriundos de países do Norte global encontram maior facilidade e oportunidades para se candidatar aos projetos internacionais em comparação aos do Sul global, região que fornece cerca de 90% dos funcionários totais de MSF, conforme visto antes. E mesmo quando o profissional é oriundo do país do projeto e tem como idioma nativo o português⁷⁸, ele encontra barreiras semelhantes para conseguir atuar em posições de liderança, uma vez que compete com profissionais do Norte global sob critérios pensados a partir de uma visão eurocentrada.

Além de requisitos excludentes nas candidaturas para missões, outro obstáculo enfrentado por profissionais que entram na organização através de MSF-Brasil ou outras seções do Sul global e saem para projetos, é a disparidade quanto à remuneração recebida. Médicos Sem Fronteiras possui, no total, 19 entidades contratantes para profissionais internacionais. Quando saem para um projeto de MSF, os funcionários recebem um contrato do Centro Operacional responsável pelo gerenciamento da missão. Isto pode criar

⁷⁵ EF Education First (abreviada como EF) é uma empresa de educação internacionalmente conhecida e especializada em treinamento de idiomas, viagens educacionais, programas de graduação acadêmica e intercâmbio cultural.

⁷⁶ Disponível em <<https://www.msf.org.br/trabalhe-conosco-exterior>>. Acesso em 02 de agosto de 2021 às 22:16h.

⁷⁷ Disponível em <<https://www.msf.org.br/trabalhe-conosco-brasil>>. Acesso em 02 de agosto de 2021 às 22:34h.

⁷⁸ Em dezembro de 2020, MSF reabriu dois projetos de resposta à pandemia de COVID-19 nas cidades Tefé e São Gabriel da Cachoeira, no interior do Amazonas, ao detectar elevação no número de casos no estado, após ter atuado na primeira onda dos contágios entre julho e agosto do ano anterior. Disponível em <<https://www.msf.org.br/projetos-msf/brasil>>. Acesso em 02 de agosto de 2021 às 21:23h.

algumas desigualdades entre as OCs como, por exemplo, a cobertura de seguros de vida ou a construção de planos de pensão diferentes. Tal obstáculo já foi inclusive adereçado pelo Comitê Executivo internacional de Médicos Sem Fronteiras (*Core Excom*) como um problema a ser solucionado, dentre outros fatores que desafiam a concentração de poder na Europa⁷⁹.

Refletindo as questões estruturais existentes no humanitarismo que fazem com que tanto o racismo quanto outras formas de preconceito ainda estejam presentes nas organizações humanitárias, Renata Reis (informação verbal)⁸⁰, Vice-Diretora Geral de MSF-Brasil, retrata que o humanitarismo “vem de um histórico do Norte, da concepção dos vencedores das grandes guerras. E os vencedores das grandes guerras levam em consideração que há um sacrifício embutido no fato de você fazer humanitarismo”. Em muitos casos, o humanitário “deixa a segurança do seu país ou da sua comunidade para viver em outras comunidades periféricas, no sentido daqueles que não tem os privilégios que o Norte global branco tem”. Dessa forma, “explicar ou fazer alguém que fez essas escolhas de vida de forma altruísta entender que ele está sendo racista é algo muito difícil, pois o ato do humanitarismo tem um sacrifício íntimo embutido e é muito difícil para alguém que está em sacrifício, aceitar que aquele sacrifício é privilégio” (informação verbal)⁸¹. Levando em consideração este fato, a questão do racismo estrutural é ainda mais complexa no mundo humanitário, dado que “o conceito de privilégio para uma pessoa que acha que está fazendo mais do que os demais, e muitas vezes está, é muito delicado e complexo” (informação verbal)⁸².

Ao pensar onde MSF-Brasil gostaria de chegar no âmbito global de Médicos Sem Fronteiras, Ana de Lemos (informação verbal)⁸³, Diretora Geral da organização, cita o objetivo de estar dentro do Movimento MSF e “pelo menos abrir os olhos das pessoas e influenciar para que MSF seja uma organização cada vez mais diversa, todos possam se ver

⁷⁹ Disponível em <<https://www.msf.org/msf-management-statement-racism-and-discrimination>>. Acesso em 02 de agosto de 2021 às 23:58h.

⁸⁰ Entrevista concedida por REIS, Renata. Entrevista III. [jul.2021]. Entrevistadora: Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (09:02 min.).

⁸¹ Ibid.

⁸² Ibid.

⁸³ Entrevista concedida por LEMOS, Ana de. Entrevista I. [jul.2021]. Entrevistadora: Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (06:06 min.).

em posições de liderança”, entendendo desde sua perspectiva de que “o mundo não é igual” e que “os conceitos de inclusão diferem dentro de cada sociedade”.

Para que isso seja possível, é extremamente importante a presença e atuação da associação de MSF-Brasil no Movimento MSF, como veremos a seguir.

3.2 O Movimento MSF: a importância da associação MSF-Brasil e a diversidade como prioridade estratégica

O Movimento MSF é formado por todas as associações de Médicos Sem Fronteiras. Atualmente existem 25 associações e a maioria possui escritórios que financiam e recrutam funcionários⁸⁴, tal como MSF-Brasil. Cada associação é vinculada a um dos cinco Centros Operacionais da organização anteriormente descritos, a OCA, OCB, OCBA, OCG e OCP.

A nível de governança internacional, todas as associações participam como membros institucionais individuais de MSF Internacional, criada para coordenar as atividades globais da organização e composta pela soma de todas as associações de Médicos Sem Fronteiras.

Uma vez por ano, os representantes de todas as associações de MSF se reúnem na Assembleia Geral Internacional (AGI), o mais alto órgão de governança do Movimento MSF. A AGI tem o poder de emendar os Estatutos e regras internas, admitir ou expulsar membros institucionais (associações de MSF), conforme ocorrido com MSF Grécia em 1999, conceder ou retirar o direito de dirigir projetos operacionais e eleger e retirar membros da Diretoria Internacional, incluindo o Presidente Internacional.

Uma associação de MSF é composta tanto pelo associativo quanto pelo executivo, embora estes tenham diferenças em responsabilidades, conforme figura abaixo (figura 9). O associativo é liderado pelo Conselho Administrativo e composto pelo Conselho Fiscal e todos os membros associados⁸⁵, já o executivo é liderado pela Diretoria Geral e *Management Team* e composto por todos os funcionários ativos dos escritórios e filiais no país.

⁸⁴ Disponível em <<https://www.msf-me.org/msf-movement>>. Acesso em 03 de agosto de 2021 às 01:48h.

⁸⁵ Todos os funcionários de MSF podem tornar-se associados solicitando adesão depois de terem trabalhado com MSF por pelo menos seis meses, no campo, no escritório ou de forma voluntária. Sua contribuição à MSF pode ter sido com qualquer seção, nos escritórios ou em projetos, independente de localização e nacionalidade.

Figura 9 – Responsabilidades Associativo x Executivo de MSF-Brasil

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em MSF-Brasil e na maioria dos escritórios de Médicos Sem Fronteiras, os membros da associação elegem um Conselho Administrativo (*Board*) para governar em seu nome e ser o responsável final pelas ações do escritório. O *Board* é responsável por nomear um Diretor Geral para o Executivo, garantir que os princípios de MSF sejam respeitados e reunir-se com colegas de outras associações de MSF a fim de que contribuam com suas vozes para as discussões globais⁸⁶.

O *Board* da associação MSF-Brasil é um grupo voluntário⁸⁷, composto por sete membros eleitos, sendo um deles suplente, durante as Assembleias Gerais da organização, para um período de três anos e com o dever de assegurar que a dimensão associativa de MSF-Brasil seja ativa. Durante o período 2006-2010, o escritório MSF-Brasil fazia parte da associação MSF-Bélgica. Somente em dezembro de 2011, com a criação da associação MSF-Brasil, o *Board* brasileiro foi constituído, passando a eleger seus próprios presidentes.

Ao contrário da posição de Diretor Geral do executivo, todo Presidente do Conselho Administrativo de Médicos Sem Fronteiras no Brasil deve ser natural e residente no país, conforme o Termo de Referência (*ToR*) do Presidente do *Board* de MSF-Brasil⁸⁸. Dessa

⁸⁶ Disponível em <<https://www.msf-me.org/msf-association>>. Acesso em 03 de agosto de 2021 às 02:17h.

⁸⁷ Os Conselhos Administrativos das associações de Médicos Sem Fronteiras não são remunerados pelo seu trabalho, atuando de forma voluntariada.

⁸⁸ O Termo de Referência do Presidente do *Board* de MSF-Brasil é um documento publicado internamente, sem registros da data de publicação. As informações aqui citadas foram cedidas à autora de forma exclusiva como parte da sua pesquisa sobre a organização.

forma, todos os Presidentes que constam no histórico abaixo (tabela 10) são naturais do Brasil, podendo possuir ascendência de países do Norte global.

Tabela 10 – Histórico de Presidentes do Conselho Administrativo de MSF-Brasil (2011-2021)

	Gênero	Raça	Período de atividade
Renata Santos	Feminino	Negra	2020-presente
Júlia Basch	Feminino	Branca	2017-2020
Kelly Cavalete	Feminino	N/A	2017
Ana Cecília Weintraub	Feminino	Branca	2016-2017
Mauro Nunes	Masculino	Negra	2011-2016

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

As associações de Médicos Sem Fronteiras são extremamente importantes para impulsionar agendas relevantes dentro do Movimento MSF, atuando como promotoras de mudança na organização. Foi a partir de uma moção assinada por membros associados representantes de MSF-Brasil que diversidade, equidade e inclusão racial passou a ser uma prioridade estratégica da organização no Brasil. Conforme Lemos, houve um pedido específico na Assembleia Geral de 2020 para a criação de um plano de ações concretas visando combater o racismo institucional em MSF-Brasil e, posteriormente, com a eleição do atual *Board*, participando ativamente na construção desse programa em conjunto com o executivo, “as coisas ficaram mais factíveis” (informação verbal)⁸⁹.

Atualmente, o *Board* de Médicos Sem Fronteiras no Brasil é formado em maioria por pessoas negras (tabela 11), fato bastante simbólico em uma organização humanitária internacional fundada por países com um forte passado imperialista e colonial. Vale ressaltar também que o Conselho atual foi eleito pelos associados de MSF-Brasil no mesmo mês em que a moção por diversidade, equidade e inclusão racial foi apresentada e votada na 10ª Assembleia Geral da organização.

⁸⁹ LEMOS, 2021.

Tabela 11 – Conselho Administrativo de MSF-Brasil 2021

	Função	Gênero	Raça
Renata Santos	Presidenta	Feminino	Negra
Andrea Chagas	Vice-Presidente	Feminino	Negra
Alessandra Vilas Boas	Primeira Secretária	Feminino	Branca
Gilmara Nascimento	Segunda Secretária	Feminino	Negra
Jonathan de Azevedo	Primeiro Tesoureiro	Masculino	Negra
Iara Czeresnia	Segunda Tesoureira	Feminino	Branca
Lucia Aleixo	Membro do Board	Feminino	Branca

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Conforme destaca Reis (informação verbal)⁹⁰, com um *Board* genuinamente preocupado e vocacionado para a priorização da agenda de diversidade racial, ocorre uma modificação positiva da alta administração. Consequentemente, para além dos escritórios, isso reverbera no mundo associativo, proporcionando à todas as pessoas relacionadas à MSF- Brasil a participação nessa “grande mudança” (informação verbal)⁹¹.

De acordo com o *ToR* do Presidente do *Board* de MSF-Brasil, uma das funções dos Conselhos Administrativos é ter uma presença ativa no Movimento MSF, representando sua associação nas Assembleias Gerais Internacionais. A Carta de MSF, os Princípios de Chantilly e o Acordo de La Mancha⁹², por exemplo, resultam de discussões e decisões tomadas pelos associados da organização em Assembleias e Conferências internacionais. Isto significa que o *Board* é o representante oficial e principal porta-voz internacional de cada associação. A partir desta informação e refletindo MSF-Brasil, torna-se nítida a importância em se ter um Conselho Administrativo focado numa agenda de diversidade e inclusão racial, pois a partir dele será possível fomentar tal debate no âmbito internacional a fim de proporcionar mudanças sólidas para toda a organização Médicos Sem Fronteiras.

⁹⁰ REIS, 2021.

⁹¹ Ibid.

⁹² Documentos que destacam princípios e diretrizes operacionais de Médicos Sem Fronteiras. Disponíveis em <<http://associativehistory.msf.org/charter-principles>>. Acesso em 03 de agosto de 2021 às 14:37h.

3.3 Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil (CSPA)

Na esteira da moção apresentada na 10ª Assembleia Geral de MSF-Brasil, em agosto de 2020, que estabelecia combater o racismo institucional a fim de manter a mais ampla coerência aos princípios essenciais de MSF, o Conselho Administrativo em articulação com a Diretoria Geral definiu que era necessário avançar na agenda e transformar o até então discurso em ações práticas na organização.

Dessa forma, foi criado o Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil (CSPA), órgão no qual participa a autora desta dissertação desde sua formação, na qualidade de Especialista de Diversidade e Inclusão Racial. Este órgão tem caráter voluntário e propositivo⁹³ e possui o objetivo de sugerir, acompanhar e colaborar na avaliação das ações adequadas no combate ao racismo institucional, para que as mesmas ocorram de modo mais ágil e efetivo na organização⁹⁴.

O CSPA responde ao *Board*, sendo este o responsável por assegurar o máximo de independência e imparcialidade possível ao Comitê, para que ele possa acompanhar e apoiar o planejamento, revisão e desenvolvimento das ações e políticas relacionadas a questões de discriminação e racismo em MSF-Brasil.

Em relação a composição do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil, encontram-se membros voluntários de diferentes eixos da organização, desde o associativo ao executivo (tabela 12). Esta formação foi pensada para que todas as áreas de Médicos Sem Fronteiras no Brasil fossem contempladas, a fim de garantir a efetividade das ações de diversidade, equidade e inclusão.

⁹³ Todas as propostas feitas pelo Comitê são avaliadas e deliberadas pelo Conselho Administrativo e *Management Team* de MSF-Brasil.

⁹⁴ Conforme Termo de Referência (ToR) interno do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil (MSF-Brasil, 2021a). As informações aqui citadas foram cedidas à autora de forma exclusiva como parte da sua pesquisa sobre a organização.

Tabela 12 – Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de MSF-Brasil 2021⁹⁵

	Área representada	Gênero	Raça
Renata Reis	<i>Management Team</i>	Feminino	Negra
Andre Chagas	<i>Board</i>	Feminino	Negra
Flávia Mesquita	Associativo	Feminino	Negra
Astrid Hage	Captadores de recursos (F2F)	Feminino	Negra
Matheus Motta	Escritórios	Masculino	Negra
Yasmine Dakitse	Funcionários internacionais	Feminino	Negra
Maíra de Oliveira	Diversidade e inclusão racial	Feminino	Negra

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Na formação do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas houve a preocupação em dar o protagonismo aos funcionários negros de MSF-Brasil e este cuidado tem sido algo recorrente na organização, onde acredita-se que para que haja um avanço, é necessário dar voz àqueles que “abrirão os olhos” dos demais para as questões causadas pelo eurocentrismo (informação verbal)⁹⁶. Para que MSF deixe de reforçar o estereótipo do “branco salvador europeu colonizador” e dos “países de população negra que precisam ser salvos”, é necessário ter diversidade nos escritórios (informação verbal)⁹⁷.

Sobre sua participação como membro do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas, Matheus Motta (informação verbal)⁹⁸, Assistente de Projetos Digitais em MSF-Brasil, acredita ter levado “uma visão de interseccionalidades”, tendo em vista que se reconhece como “um homem cis, gay e negro”. Dessa forma, pôde “contribuir com ideias que não necessariamente seriam levantadas pelas demais integrantes” do grupo (informação verbal)⁹⁹.

Em parceria com o *Management Team* e o Conselho Administrativo, o CSPA foi responsável pelo desenvolvimento do Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil, oficialmente lançado em junho de 2021. Dessa forma, a duração do Comitê de

⁹⁵ A informações aqui citadas foram organizadas a partir da observação participante, análise documental e das entrevistas realizadas pela autora.

⁹⁶ VIEIRA, 2021.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ MOTTA, Matheus. Entrevista IV. Entrevista para estudo de caso sobre MSF-Brasil e diversidade. Mensagem de <matheus.motta@rio.msf.org> recebida por <maira.oliveira@rio.msf.org> em 12 de julho de 2021 às 15:19h.

⁹⁹ Ibid.

Seguimento de Políticas Antirracistas relaciona-se ao período de duração do Programa de Diversidade e Inclusão Racial, visto que o primeiro acompanha e monitora o andamento do último.

Embora o Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas seja responsável pelo acompanhamento do Programa de Diversidade e Inclusão racial, os Diretores (*Management Team*) de MSF-Brasil são os responsáveis pelo planejamento e implementação em seus respectivos departamentos das ações nele descritas, sendo o Conselho Administrativo o responsável por assegurar sua realização (MSF-BRASIL, 2021a).

Dentre os objetivos específicos do CSPA, encontram-se os seguintes pontos:

- a. Guiar a construção de ações e políticas antirracistas em MSF-Brasil;
- b. Zelar pela plena e adequada implementação das ações e políticas antirracistas;
- c. Monitorar a evolução das políticas antirracistas e acompanhar o Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil;
- d. Asseverar prestação de contas sobre as ações antirracistas em MSF-Brasil;
- e. Colaborar na avaliação das políticas e práticas, oferecendo apoio e subsídios para novas propostas ou correções de políticas em curso. (MSF-Brasil, 2021a)¹⁰⁰.

Ao refletir a construção de um programa voltado para a transformação de Médicos Sem Fronteiras em uma organização que contemple diversidade racial, Motta (informação verbal)¹⁰¹ considera que “a principal importância de ter participado da construção do Programa foi lutar por mudanças mais do que necessárias e urgentes na organização”. Segundo ele, se antes “você parasse para compartilhar experiências com pessoas pretas, você veria que muitos passaram e ainda passam por inúmeras dificuldades com seus colegas de equipe, principalmente com seus próprios líderes” (informação verbal)¹⁰².

Embora o Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil tenha sido somente lançado em junho de 2021, suas ações já estavam em curso desde junho de 2020,

¹⁰⁰ Documento interno anteriormente citado. MSF-Brasil, 2021a, Op. cit.

¹⁰¹ MOTTA, 2021.

¹⁰² MOTTA, 2021.

quando houve a contratação de da autora desta dissertação como Especialista de Diversidade e Inclusão Racial. Entretanto, a partir do lançamento oficial do Programa houve alterações na realização de algumas das ações afirmativas nele contempladas, conforme veremos a seguir.

3.4 Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil

Em 2019, MSF-Brasil passou a se preocupar em tornar-se uma organização racialmente consciente, a fim de espelhar a diversidade existente no país em que está estabelecida (informação verbal)¹⁰³. Entretanto, em 2020 essa preocupação se intensificou em toda a ONGI Médicos Sem Fronteiras, especialmente após a morte de George Floyd, em maio de 2020, seguida pelo pedido dos membros associados por um plano de ações concretas de combate ao racismo institucional na 10ª Assembleia Geral de MSF-Brasil, em agosto de 2020 (informação verbal)¹⁰⁴.

Dessa forma, já no ano de 2020 foram criadas ações de diversidade e inclusão que, posteriormente, foram aprimoradas e passaram a compor o Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil. O Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil possui o objetivo geral de tornar a organização “mais diversa e inclusiva, através da construção de uma cultura de diversidade, equidade e inclusão racial” e “influenciar internacionalmente o Movimento MSF” (MSF-Brasil, 2021b, p.6)¹⁰⁵. Além disso, ele possui a missão de tornar MSF-Brasil uma organização “eticamente melhor”, deixando de “espelhar o racismo presente na sociedade brasileira” conforme ressaltado por Lemos (informação verbal)¹⁰⁶.

A intenção de MSF-Brasil nesse momento não é “criar metodologias ou formas completamente inovadoras” de decolonizar a organização e sim “fazer o que todas as organizações humanitárias já deveriam ter feito há muito tempo” (informação verbal)¹⁰⁷. De acordo com Reis (informação verbal)¹⁰⁸, visto que Médicos Sem Fronteiras possui uma

¹⁰³ LEMOS, 2021.

¹⁰⁴ LEMOS, 2021.

¹⁰⁵ Documento interno anteriormente citado. MSF-Brasil, 2021b, Op. cit.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ REIS, 2021.

¹⁰⁸ Ibid.

origem francesa, torna-se “muito difícil fazer um debate sobre equidade numa organização pautada na ideia de igualdade”. Portanto, revela-se um desafio fazer este debate no mundo humanitário, especialmente com uma base francesa, sendo necessário então “pensar de forma desigual os desiguais” e trabalhar para uma equidade (informação verbal)¹⁰⁹.

Visto que o jogo é completamente desequilibrado para o lado de quem possui “privilegio histórico”, MSF só conseguirá promover a equidade “desequilibrando o jogo para outro lado” (informação verbal)¹¹⁰. Ademais, Reis (informação verbal)¹¹¹ ressalta que ser uma organização humanitária não faz com que Médicos Sem Fronteiras seja naturalmente uma organização antirracista, e por isso é preciso realizar políticas, estratégia, inclusão e uma “radicalização democrática”, “trazendo as pessoas que historicamente estão fora das tomadas de decisão para dentro delas”.

Segundo MSF-Brasil (2021, p.6), o Programa de Diversidade e Inclusão Racial incide “sobre todas as áreas da organização, desde a busca por profissionais de grupos diversos e garantia de oportunidades de desenvolvimento, passando pela ampliação e criação de espaços de debates contínuos, até o combate de todas as formas de preconceito e discriminação racial em suas ações e comunicações públicas e institucionais”.

O Programa possui a duração de um ano e ao final deste período seu conteúdo será reavaliado e seu seguimento e/ou aprofundamento decidido pelo Conselho Administrativo em conjunto com a Diretoria Geral de MSF-Brasil (MSF-BRASIL, 2021). Entretanto, caso seja decidido o não seguimento do atual Programa de Diversidade e Inclusão Racial, MSF-Brasil implementará outra estratégia focada em equidade, pois embora no momento a prioridade seja a inclusão racial, com o tempo espera-se também estender-se a todas as pessoas hoje ausentes ou reduzidas na organização, para que todos tenham seu lugar e sintam que podem chegar a qualquer posição de dentro de MSF (informação verbal)¹¹².

Dividem-se em cinco eixos estratégicos as ações implementadas por MSF-Brasil no âmbito do Programa de Diversidade e Inclusão Racial, sendo estes: instância e governança, políticas e ações afirmativas, competência cultural, compromisso institucional e avaliação e monitoramento (figura 13).

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² LEMOS, 2021.

Tabela 13 – Campos de ação do Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil

Eixo estratégico	Definição	Ações
Instância e governança	Estabelecimento de instâncias e governança específicas para o enfrentamento do racismo institucional.	Implementação do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas; realização periódica de censos de diversidade; contratação permanente de uma Especialista de Diversidade e Inclusão Racial.
Políticas e ações afirmativas	Estímulo e a realização de ações e políticas afirmativas, de forma a aproximar constante e progressivamente MSF-Brasil da construção de um espaço de equidade.	Revisão das políticas existentes sob a ótica de equidade; desenvolvimento e capacitação dos funcionários negros; processos seletivos exclusivos para profissionais negros com metas de contratação.
Competência cultural	Ampliação do conhecimento sobre questões raciais, diversidade e inclusão em todas as esferas e níveis hierárquicos da organização e público externo.	Palestras, rodas de conversa e treinamentos de letramento e conscientização racial; estímulo para criação de grupos de afinidades; comunicação interna e externa racialmente inclusiva e conscientizadora.
Compromisso institucional	Compromisso com a diversidade e inclusão e a responsabilidade da organização e seus funcionários.	Divulgação e conscientização das responsabilidades de MSF-Brasil e seus funcionários e associados; orçamento para as ações voltadas para diversidade racial; transparência quanto a todas as práticas relacionadas ao Programa; influência no Movimento MSF.
Avaliação e monitoramento	Monitoramento e avaliação das ações de diversidade e inclusão racial.	Ampla divulgação de dados e prestação de contas para a organização; monitoramento das ações de diversidade através de indicadores de seguimento

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Objetivando acelerar o processo de equidade em termos de quadro geral de funcionários nos escritórios, em outubro de 2020 MSF-Brasil passou a realizar processos seletivos exclusivos para profissionais negros. Meses depois, entendendo que em alguns níveis a aceleração da equidade era ainda mais necessária que em outros, a organização criou uma relação de metas de abertura de processos exclusivos divididas por cargos,

conforme demonstrado abaixo (tabela 14), em vigor a partir do Programa de Diversidade e Inclusão Racial lançado em junho de 2021 (MSF-BRASIL, 2021b):

Tabela 14 – Porcentagem de processos seletivos exclusivos para profissionais negros a serem abertos entre junho 2021 e junho 2022 por parte de MSF-Brasil

Estagiários	25%
Captadores	55%
Assistentes	50%
Analistas	50%
Especialistas, Coordenadores, Gerentes e Diretores	60%

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Ao refletir o futuro de MSF-Brasil na busca da diversidade racial através de ações de equidade e inclusão, Reis (informação verbal)¹¹³ demonstra-se otimista, mencionando que gostaria que a organização fosse “uma vanguarda na inclusão e no respeito à diversidade”, como algo muito forte “daqui para frente”, tornando-se “uma referência”. Entretanto, Reis (informação verbal)¹¹⁴ mantém-se realista, afirma não acreditar que MSF-Brasil fará esta mudança sozinha e ressalta que no Movimento MSF existem escritórios bastante engajados no tema, como, por exemplo, MSF-África do Sul, que possui “uma pauta muito visceral antirracista”. Dessa forma, MSF-Brasil busca ser uma vanguarda junto com “colegas que estão genuinamente imbuídos do espírito de mudar a organização para melhor” (informação verbal)¹¹⁵, já sendo possível notar resultados positivos oriundos das suas novas práticas e procedimentos.

¹¹³ REIS, 2021.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid.

3.5 Os avanços de MSF-Brasil em termos de diversidade

Embora Médicos Sem Fronteiras no Brasil tenha iniciado suas ações voltadas para diversidade, equidade e inclusão racial há pouco mais de um ano, alguns resultados interessantes já são perceptíveis e, portanto, serão analisados a seguir.

No mês de outubro de 2020, a organização passou a abrir processos seletivos exclusivos para profissionais negros e negras. Neste momento, a realidade do quadro de funcionários de MSF-Brasil demonstrava um desequilíbrio entre a quantidade de pessoas negras (pardas e pretas) e indígenas e não negras (brancas e amarelas) na organização, especialmente em posições de liderança. Havia um total de 30 pessoas autodeclaradas negras e 50 pessoas não negras. Ou seja, 39% de negros e indígenas e 59% de não negros preenchiam o quadro geral de funcionários dos escritórios, sendo 2% não autodeclarados, conforme tabela abaixo (tabela 15).

Tabela 15 – Análise de raça e etnia por diretorias de MSF-Brasil (outubro, 2020)

DIRETORIA	BRANCOS	AMARELOS	NEGROS		INDÍGENAS	N/A	TOTAL
			PARDOS	PRETOS			
Diretoria Geral e <i>Advocacy</i>	3	1	0	1	0	0	5
BRAMU	3	0	0	0	0	0	3
Comunicação e Unidade Digital	14	0	3	3	0	0	20
Captação de Recursos	18	0	12	2	2	1	35
Finanças e RH Internacional	6	0	4	3	0	1	14
RH Nacional e Admin & TI	6	0	2	3	0	0	11
Associativo	2	0	0	0	0	0	2
TOTAL	52	1	21	12	2	2	90

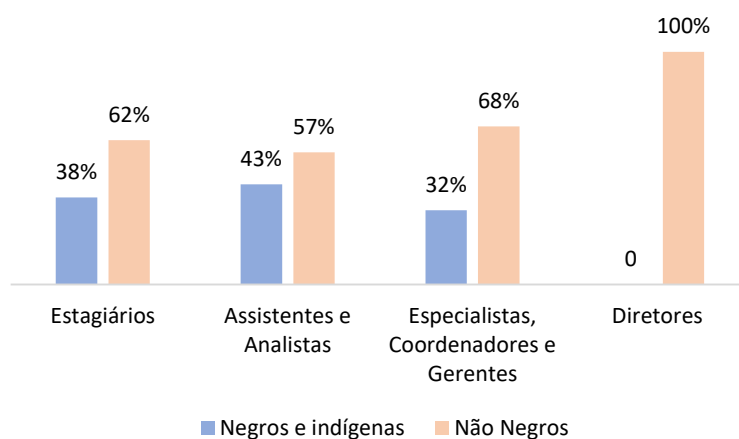
Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em relação aos níveis hierárquicos em Médicos Sem Fronteiras no Brasil, a quantidade de funcionários negros e indígenas era menor do que a de funcionários não negros em todas as funções da organização (figura 10). No nível hierárquico mais júnior, tem-se uma diferença de 24% entre os estagiários negros e indígenas e não negros. Considerando que o número de estudantes negros foi maioria nas universidades públicas em 2019, segundo o IBGE (2019), representando 50,3% do total de estudantes, torna-se

evidente que a diferença apresentada entre os estagiários de MSF-Brasil se justifica por fatores qualitativos e não quantitativos.

De acordo com uma pesquisa feita pela Companhia de Estágio (2020)¹¹⁶, mais de 43% dos estudantes negros universitários declaram não possuir conhecimento em grau nenhum da língua inglesa e da ferramenta Excel. Este fato pode ser considerado uma barreira para estudantes negros em comparação aos estudantes não negros (brancos e amarelos) nos processos seletivos para estágio em organizações humanitárias internacionais, visto que o humanitarismo valoriza a língua inglesa como um diferencial conforme visto anteriormente.

Figura 10 – Funcionários negros e indígenas x não negros por nível em MSF-Brasil (outubro, 2020)



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Seguindo a hierarquia das posições dos funcionários em Médicos Sem Fronteiras no Brasil, nota-se que a diferença entre assistentes e analistas negros e indígenas e não negros é um pouco menor em relação às demais, sendo apenas de 14%. É importante ressaltar que o maior número de vagas na organização encontra-se nesse nível, o que significa que sempre haverá um maior número de funcionários estabelecidos nesta categoria.

¹¹⁶ A Companhia de Estágio é uma consultoria voltada para programas de estágio e trainee e possui mais de 15 anos de mercado. Informações disponíveis em <<https://www.ciadeestagios.com.br/sobre-nos>>. Acesso em 23 de agosto de 2021 às 22:46h.

A partir da posição de Especialista, a desigualdade entre funcionários negros e não negros aumenta ainda mais, chegando a não haver nenhuma representatividade de pessoas negras dentre os diretores da organização.

Considerando que os Captadores de Recursos de Médicos Sem Fronteiras são o primeiro contato imediato da organização com potenciais doadores nas ruas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais, torna-se importante explorar estreitamente a diversidade racial presente entre eles. Os Captadores agem como representantes dos interesses da organização, sendo os responsáveis por explicar ao público sobre o trabalho de MSF e por fazer a conscientização respeito às crises humanitárias, de modo a motivá-lo a se tornar um doador mensal. A partir dos dados de MSF-Brasil em relação a outubro de 2020, apenas 9 Captadores eram autodeclarados negros (pardos e pretos) em contraste com um total de 44 Captadores não negros (brancos e amarelos). Ou seja, 16% na equipe. Nenhum Captador se autodeclarou indígena no período analisado.

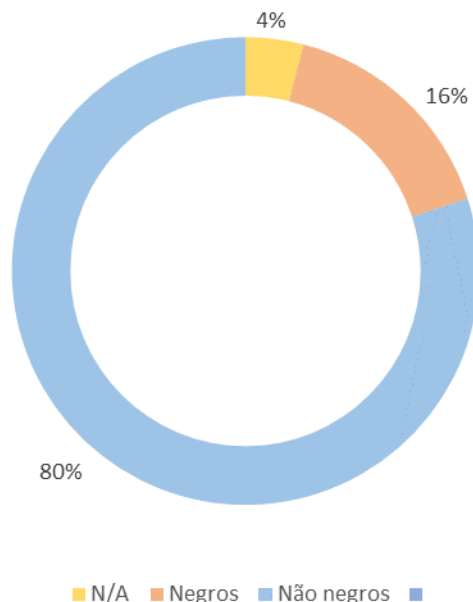
Tabela 16 – Análise de raça e etnia dos captadores de recursos de MSF-Brasil (outubro, 2020)

CAPTADORES DE RECURSOS						
BRANCOS	AMARELOS	NEGROS		INDÍGENAS	N/A	TOTAL
		PARDOS	PRETOS			
43	1	5	4	0	2	55

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Isto significa que havia uma porcentagem ínfima de pessoas negras e nenhuma indígena representando a organização ao público externo em outubro de 2020, mais especificamente haviam apenas 16% de pessoas autodeclaradas negras no total de Captadores de Recursos (figura 11). Em outras palavras, o primeiro contato do público nas ruas e potenciais doadores da organização é realizado através de uma equipe sem diversidade racial, o que pode reforçar a percepção comum de que apenas médicos oriundos do Norte global trabalham para a organização, conforme visto anteriormente no capítulo 2.

Figura 11 – Captadores de MSF-Brasil por raça/etnia (outubro, 2020)



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

De outubro de 2020 a junho de 2021, houve um aumento de 33% no número de pessoas negras nos escritórios de MSF-Brasil (tabela 17), passando de 30 pessoas para 40. Isto demonstra uma tendência positiva de contratações de profissionais negros, fruto de um trabalho de sensibilização, letramento e ações afirmativas na organização.

Dessa forma, o quadro geral dos escritórios, que antes era preenchido por 39% de negros e indígenas e 59% de não negros, teve uma mudança significativa. A porcentagem de funcionários negros e indígenas passou a ser 47% e não negros (amarelos e brancos) 52%. Em relação à porcentagem de funcionários sem autodeclaração, houve uma queda de 2% para 1%. É importante ressaltar que o número de pessoas autodeclaradas indígenas caiu de 2 para 1 no período analisado.

Tabela 17 – Análise de raça e etnia por diretorias de MSF-Brasil (junho, 2021)

DIRETORIA	BRANCOS	AMARELOS	NEGROS		INDÍGENAS	N/A	TOTAL
			PARDOS	PRETOS			
Diretoria Geral e <i>Advocacy</i>	3	1	0	2	0	0	6
BRAMU	3	0	0	0	0	0	3
Comunicação e Unidade Digital	7	0	3	4	1	0	15
Captação de Recursos	17	0	12	7	0	0	36
Finanças e RH Internacional	5	0	5	1	0	1	12
RH Nacional e Admin & TI	7	0	1	5	0	0	13
Associativo	2	0	0	0	0	0	2
TOTAL	44	1	21	19	1	1	87

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em relação aos níveis hierárquicos das pessoas negras, houve uma mudança positiva em todas as posições, ainda que mais tímida em uns do que outros (figura 12). O nível mais júnior da organização passou a ser preenchido 100% por estagiários negros. Conforme pesquisa da Companhia de Estágios (2021), de 2018 a 2021 houve um aumento de 148% no número de estudantes negros contratados para vagas de estágio no Brasil. A consultoria justifica esse aumento descomunal como um importante movimento de mercado, que finalmente jogou luz sobre as desigualdades existentes nos ambientes de trabalho e trouxe o debate racial para dentro das organizações.

É especialmente importante salientar aqui que pré-requisitos obrigatórios que pudessem agir como um fator excludente foram revistos e não mais impostos nas vagas se não imprescindivelmente necessários, como por exemplo, o conhecimento do inglês. Para vagas de estágio o pré-requisito da língua inglesa fluente passou a não ser mais solicitado.

Figura 12 – Funcionários negros x não negros por nível em MSF-Brasil (junho, 2021)

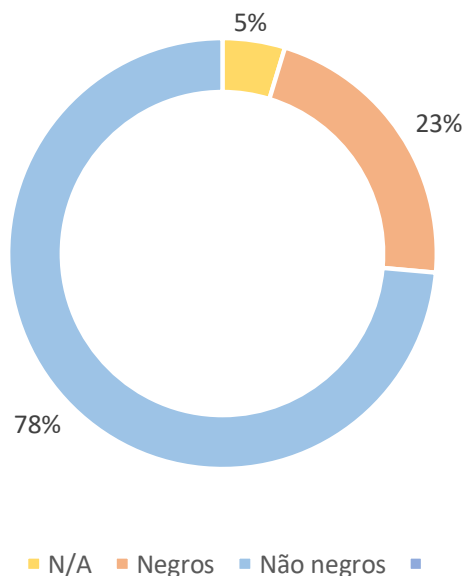


Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Estas mudanças também refletiram no nível de Assistentes e Analistas, onde a diferença entre funcionários negros e indígenas e não negros (brancos e amarelos) passou a ser de apenas 2%, pois o fato de haver mais vagas neste nível facilitou a inclusão de profissionais negros na organização. Nas posições de liderança, houve um aumento de 3% de profissionais negros e indígenas entre Especialistas, Coordenadores e Gerentes e de 14% na Diretoria.

Destrinchando novamente a diversidade entre os Captadores de Recursos, tem-se em junho de 2021, 9 pessoas autodeclaradas negras (pardas e pretas) e 31 pessoas não negras (brancas e amarelas). Ou seja, se antes havia 16% negros e 80% não negros, agora MSF-Brasil passa a apresentar em seu quadro de Captadores de Recursos 23% de negros e 78% não negros, sendo 5% não autodeclarados (figura 13). Nenhum Captador se autodeclarou indígena no período analisado.

Figura 13 – Captadores de MSF-Brasil por raça/etnia (junho, 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Entre junho de 2020 e junho de 2021, MSF-Brasil relata ter aberto 24 processos seletivos, sendo 13 destes processos abertos exclusivamente para profissionais negros. Isto significa que 54% dos processos seletivos abertos no período de um ano foram focados exclusivamente na inclusão de profissionais negros na organização. Entretanto, grande parte destes processos seletivos exclusivos não contemplaram posições de liderança.

A partir dos dados apresentados aqui, é possível observar que o progresso de MSF-Brasil em termos de diversidade racial ainda ocorre majoritariamente na base da organização. Sendo assim, o atual desafio não é somente aumentar a quantidade de profissionais negros e indígenas na organização, que compõem atualmente 47% dos funcionários de MSF-Brasil, mas incluir essas pessoas em posições mais estratégicas. Todavia, não se deve desmerecer a importância da contratação de profissionais negros na base, já que estes formarão uma nova geração que possa assumir posições de liderança na organização.

Além do recrutamento e seleção de pessoas em Médicos Sem Fronteiras no Brasil, no primeiro semestre de 2021 foi criada uma ferramenta de autoavaliação e mapeamento de expectativas de carreiras, com o objetivo de desenvolver o potencial dos profissionais

negros e na organização. A ferramenta é acompanhada pelo departamento de Recursos Humanos e pela área de Diversidade e Inclusão Racial, responsáveis por auxiliar na elaboração de um plano de desenvolvimento profissional e na sua execução, a partir das expectativas dos profissionais. Até junho de 2021, foram realizados 14 planos de desenvolvimento para funcionários e estagiários negros, ou seja, 35% do total de pessoas negras dos escritórios.

Em termos de competência cultural, no período de maio a junho de 2021, MSF-Brasil realizou 40 horas de treinamentos com a temática racial para seus funcionários que atuam em posições de liderança e gestão de projetos, com a consultora Fernanda Felisberto, pesquisadora e doutora em Literatura afro-americana e negro-brasileira e mestre em Estudos Africanos. Estes treinamentos tiveram como objetivo sensibilizar e estimular a desconstrução do racismo estrutural e vieses inconscientes nas lideranças de todos os níveis da organização por meio de reflexão e debates sobre diferentes aspectos da questão étnico racial brasileira.

Ainda trabalhando a cultura da organização, MSF-Brasil organizou 14 palestras abertas a todos os seus funcionários e associados sobre temas que cruzam com o trabalho de Médicos Sem Fronteiras e a questão racial, tais como racismo, equidade racial na saúde, direitos humanos e movimento negro contemporâneo, durante o período de novembro de 2020 a agosto de 2021, com mais palestras previstas até dezembro de 2021 (tabela 18).

Tabela 18 – Relação de palestras e palestrantes acerca da questão racial no período de novembro de 2021 a julho de 2022, em MSF-Brasil

PALESTRA	PALESTRANTE	MÊS/ANO
Tráfico, escravidão e racismo na formação do Estado brasileiro	Aderivaldo Santa	Novembro/20
O pós-abolição e a população negra no Brasil: atuação política, discurso científico e práticas culturais	Monica Lima	Novembro/20
A eugenia na construção da nação: a teoria do embranquecimento nos discursos médico, jurídico e científico	Álvaro Nascimento	Novembro/20
Branquitude e seus impactos nas relações étnico-raciais brasileiras	Márcio Andre dos Santos	Novembro/20
Infâncias Plurais	Renato Nogueira	Dezembro/20
Práticas afirmativas de inserção técnica e profissional de pessoas negras	Antonio Carlos Billy Malachias	Dezembro/20
Escuta a Diáspora!	Leonardo Batista	Janeiro/21
A literatura afro-brasileira como discurso de formação para a igualdade	Fernanda Miranda	Janeiro/21
Movimento negro contemporâneo: instituições, lideranças e relação com o Estado Brasileiro	Maria Claudia Ferreira	Março/21
Racializando o debate sobre direitos humanos	Thula Pires	Abril/21
População Negra e equidade em saúde	Fernanda Lopes	Mai/21
Violências no Trabalho – Como pensar a saúde da População Negra nos ambientes de trabalho e de saúde	Luciene Lacerda	Junho/21
Racismo, Encarceramento e Saúde	Lúcia Xavier	Julho/21
Quilombolas, territórios e acesso à saúde	Gilvânia da Silva	Agosto/21

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa realizada pela autora.

Em relação à comunicação de MSF no Brasil, a diretora de Comunicação, Nira Torres, relata que desde julho de 2017 já existia uma preocupação com diversidade e inclusão na comunicabilidade da organização e no Movimento MSF (informação verbal)¹¹⁷. Especificamente em MSF-Brasil, independente do Movimento MSF refletir a diversidade em suas comunicações, Torres afirma que a organização já se preocupava em mostrar diversidade racial nos conteúdos que produzia em suas mídias sociais, tanto nos contextos em que MSF atua quanto em suas equipes e beneficiários (informação verbal)¹¹⁸.

¹¹⁷ Entrevista concedida por TORRES, Nira. Entrevista V. [jul.2021]. Entrevistadora: Maíra Tavares Eustáquio de Oliveira. Rio de Janeiro, 2021. 1 arquivo .mp4 (11:33 min.).

¹¹⁸ TORRES, 2021.

No entanto, desde 2011, a organização Médicos Sem Fronteiras no Brasil veiculava em canais de televisão a cabo o comercial *Hold on*¹¹⁹, que possuía uma duração de pouco mais de quatro minutos, retratando as operações de MSF em diversos contextos, especialmente na África, com imagens de funcionários, em grande parte oriundos do Norte global, e crianças negras em situações de vulnerabilidade e sofrimento. Entre 2017 e 2018, a área de Captação de Recursos fez uma nova versão do comercial, editando algumas imagens a fim de suavizar estereótipos ali reforçados (informação verbal)¹²⁰.

Fernanda Salerno, gerente de aquisição e relacionamento de Médicos Sem Fronteiras no Brasil, em entrevista ao podcast Mídia e Marketing do *website* UOL¹²¹, em novembro de 2020, explicou que o *Hold on* “nasceu como uma campanha de endomarketing e foi transformado em comercial de TV”, sendo “o filme que mais converte em doações”. Segundo Salerno, com o comercial “veio uma fórmula de como tocar as pessoas”.

Contudo, o comercial foi retirado do ar no segundo semestre de 2021 com o objetivo de ser renovado para o ano seguinte, em conformidade com os objetivos de diversidade e inclusão racial da organização, enfatizados em seu Programa de Diversidade e Inclusão Racial. Dessa forma, em março de 2021, uma nova versão do comercial *Hold on* passou a ser veiculada nos canais de televisão¹²², trazendo um novo formato de apresentação de MSF ao público externo, sob uma ótica de maior diversidade e inclusão racial, sem imagens de crianças em situações de vulnerabilidade e retratando funcionários e beneficiários racialmente diversos.

Além do *Hold on*, MSF-Brasil tem tocado em certos temas antes nunca falados. Tanto no ano de 2020 quanto de 2021, na semana de 25 de julho de 2020, Dia da Mulher

¹¹⁹ O vídeo do antigo comercial *Hold On* não está disponível em nenhum meio online oficial da organização MSF-Brasil. Entretanto, ele pode ser encontrado através de outros canais privados, conforme em <https://www.youtube.com/watch?v=NPrWN6zIzoQ&ab_channel=ComerciaisdeTV>. Acesso em 12 de setembro de 2021 às 15:23h.

¹²⁰ TORRES, 2021.

¹²¹ Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/11/26/fernanda-salerno-do-medicos-sem-fronteiras-comunicar-esta-na-nossa-genese.htm>>. Acesso em 25 de agosto de 2021 às 04:20h.

¹²² O novo *Hold On* não se encontra disponível em nenhum meio online oficial de MSF-Brasil e até o fechamento desta pesquisa, não foi possível localizá-lo em outras plataformas além de canais de televisão.

Negra Latino-americana e Caribenha¹²³, a organização compartilhou durante sete dias depoimentos de mulheres negras que fazem parte de suas equipes (figura 15).

Figura 14 – Campanha de MSF-Brasil durante a Semana da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha de julho, 2020



Fonte: Instagram de MSF-Brasil (2020).

Em junho de 2021, mês internacional do orgulho LGBTQIA+, assim como as seções dos Estados Unidos, México e Grécia, MSF-Brasil compartilhou a frase “ninguém deve ter acesso negado a cuidados médicos e de saúde mental simplesmente por quem é ou quem ama” (figura 16), demonstrando solidariedade aos pacientes e colegas ao redor do mundo que fazer parte da comunidade LGBTQIA+. Este foi outro ato jamais feito

¹²³ Em 25 de julho de 1992, ocorreu o primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhas, em Santo Domingos, na República Dominicana, com o objetivo de debater formas de combate ao racismo e ao machismo existente na sociedade. A partir deste encontro, a ONU oficializou o 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra Latina e Caribenha. No Brasil, em 2 de junho de 2014, através da Lei nº 12.987, o dia 25 de julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, homenageando uma importantíssima liderança e símbolo de resistência na luta contra a escravidão. Informação disponível em <<http://www.palmares.gov.br/?p=54714>>. Acesso em 11 de setembro de 2021 às 20:32h.

anteriormente em sua história no Brasil, fruto do seu esforço em tornar-se uma organização mais inclusiva.

Figura 15 – Campanha de MSF-Brasil durante a Semana da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha de julho, 2020



Fonte: Instagram de MSF-Brasil (2021).

No que se refere a denúncias de racismo por parte dos funcionários de MSF-Brasil, não há registros de queixas formais atuais e nem anteriores ao Programa de Diversidade e Inclusão Racial. No entanto, reconheceu-se a necessidade de aprimorar o Canal de Ética – meio utilizado para averiguação de denúncias, para que eventuais notificações relativas a discriminações raciais sejam rapidamente processadas e avaliadas com a devida atenção que casos de racismo necessitam, visto que o processo atual não distingue os vários tipos de assédio que podem ocorrer em um ambiente de trabalho.

É importante ressaltar que o Canal de Ética só diz respeito a denúncias relacionadas aos funcionários e ambientes de trabalho de MSF-Brasil. Para casos que ocorrem nos projetos internacionais, cada OC possui seu próprio sistema de denúncias e averiguação. A fim de examinar resultados e tendências para melhor abordar as questões que aparecem nas notificações, MSF possui uma plataforma de ética que coleta dados de todos os sistemas e

gera relatórios. De acordo com informações dos relatórios oficiais, a organização Médicos Sem Fronteiras acredita que é preciso continuar trabalhando para melhorar os níveis destes relatórios, especialmente entre grupos que tendem a estar sub-representados tratando-se de denúncias, como profissionais contratados nos locais dos projetos, pacientes e seus cuidadores. A justificativa para a subnotificação de denúncias, ainda de acordo com MSF, é semelhante às encontradas na sociedade em geral, como, por exemplo, o receio de não se acreditar naquele que denuncia e o estigma predominante de possíveis represálias¹²⁴.

Com base nas mudanças e resultados que Médicos Sem Fronteiras no Brasil tem conquistado com suas ações de diversidade, a diretoria geral da organização demonstra-se positiva em relação ao futuro, pois MSF-Brasil está prosperando em comparação ao que já fizeram no passado ou como compreendem o debate decolonial. Entretanto, reconhece-se que ainda há um caminho longo a ser percorrido (informação verbal)¹²⁵. Apesar da organização ter dado grandes passos a respeito da diversidade racial, a realidade atual ainda não reflete como MSF-Brasil gostaria de ser, principalmente em relação às posições de liderança, e isso tampouco é o cenário geral de Médicos Sem Fronteiras, analisando internacionalmente (informação verbal)¹²⁶.

Embora a diversidade racial seguirá sendo uma prioridade e ações e políticas afirmativas continuarão a existir enquanto MSF-Brasil não atingir equidade entre pessoas negras e não negras dentro da organização (informação verbal)¹²⁷, existem algumas barreiras para que MSF-Brasil alcance tais objetivos, como veremos a seguir.

3.6 As limitações das ações de diversidade de MSF-Brasil

Apesar dos impactos iniciais positivos das ações de MSF-Brasil, a promoção e inclusão da diversidade permanece um desafio. A começar pela dificuldade em balancear o que é ser uma organização neutra e imparcial com a responsabilidade de trazer luz e soluções às exclusões e opressões que grupos minorizados sofrem na sociedade e no humanitarismo.

¹²⁴ Informações disponíveis em <<https://www.msf.org/fighting-abuse-exploitation-and-harassment-our-work-environment>>. Acesso em 26 de agosto de 2021 às 22:12h.

¹²⁵ REIS, 2021.

¹²⁶ LEMOS, 2021.

¹²⁷ VIEIRA, 2021.

Na prática, por entender-se como “uma organização que não fala de si mesma” devido a sua comunicação ser parte de sua missão social, existem limitações ao tratar publicamente temas como o racismo, a homofobia e a xenofobia, especialmente em países como o Brasil (informação verbal)¹²⁸. Entretanto, se questões relacionadas a estes temas são diretamente perguntadas à MSF, a organização entende que é necessário respondê-las com transparência (informação verbal)¹²⁹.

De acordo com a missão da Comunicação de MSF-Brasil, a organização se manifesta “publicamente, num esforço para chamar a atenção do público para uma crise esquecida, para alertar sobre abusos que ocorrem além das manchetes, para criticar inadequações do sistema de ajuda ou para se opor ao desvio da ajuda humanitária em decorrência de interesses políticos”. Médicos Sem Fronteiras “provoca o debate público sendo fiel aos dados médicos e aos fatos descritos pelas equipes no terreno” e “não busca reconhecimento próprio, mas gerar indignação, engajamento com as causas humanitárias e ampliar a voz daqueles que não a têm: as populações mais vulneráveis do mundo”. Por fim, “faz comunicação pública com a intenção de melhorar a situação de populações em perigo”¹³⁰.

Torres (informação verbal)¹³¹ aponta que MSF-Brasil busca uma abordagem decolonial em seus materiais de comunicação produzidos localmente, desfazendo estereótipos racistas, afastando-se de narrativas eurocêntricas e realçando também a diversidade de contextos com que MSF trabalha, para além dos projetos no continente africano. Como cada seção é responsável pela produção de seus materiais, aquelas que ainda não compartilham da mesma visão seguem no conservadorismo. Por isso, MSF-Brasil faz-se presente no Movimento dentro de discussões e grupos de trabalho (forças tarefas), objetivando promover e estimular o debate sobre a necessidade de uma mudança (informação verbal)¹³².

¹²⁸ LEMOS, 2021.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Informações obtidas a partir dos documentos internos de apresentação das diversas áreas de MSF-Brasil. As informações aqui citadas foram cedidas à autora de forma exclusiva como parte da sua pesquisa sobre a organização.

¹³¹ TORRES, 2021.

¹³² Ibid.

Conforme Reis (informação verbal)¹³³, por se tratar de uma estrutura composta por princípios que precisam ser respeitados para que seu funcionamento seja possível, o humanitarismo compreende os princípios da neutralidade, transparência, imparcialidade e independência de forma bastante “rígida”, talvez até mesmo de forma equivocada em alguns contextos. Embora tais princípios não devam ser flexibilizados, articular-se com movimentos populares, organizações e comunidades é uma necessidade muito importante para que seja possível executar um bom trabalho humanitário e, de fato, atender às necessidades das pessoas (informação verbal)¹³⁴.

Se os princípios de MSF – especialmente a imparcialidade – forem levados a um extremo, perde-se a oportunidade de mergulhar na percepção de populações e grupos sociais minorizados. E quando se trata de povos que são minoritariamente levados em consideração nas sociedades, isso gera um afastamento ainda maior (informação verbal)¹³⁵.

Um grande desafio que MSF-Brasil tem enfrentado na desconstrução das dinâmicas da colonialidade é estimular todos os que compõem seu quadro de funcionários, tanto em posições de lideranças quanto demais funções, para dentro da reflexão sobre o seu papel na agenda de diversidade racial, não limitando o debate apenas às pessoas negras (informação verbal)¹³⁶. É ainda necessário que as pessoas brancas se deem conta dos seus privilégios oriundos da branquitude, entendendo que não são privilégios particulares de cada indivíduo, mas sim um privilégio de classe, a fim de realmente compreender por que MSF-Brasil vem trabalhando na desconstrução de um sistema excludente e dar espaço para que outros também possam conquistar oportunidades que até então não lhes eram ofertadas (informação verbal)¹³⁷.

Todavia, este desafio parece não ser algo particular de MSF-Brasil. Após três anos trabalhando em MSF, Arnab Majumbar (2020), antigo Especialista em Aprendizagem e Desenvolvimento e Gerente de Projetos em MSF-Canadá e no Centro Operacional de Amsterdã (OCA), relata ter compreendido que as tentativas de começar a dismantelar a estrutura hierárquica formal foram e são enfrentadas com grande resistência. Assim, Majumbar (2020), chama atenção à necessidade de MSF instigar diretamente seus

¹³³ REIS, 2021.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ VIEIRA, 2021.

¹³⁷ Ibid.

funcionários a fim de iniciar as mudanças radicais necessárias para dismantelar um poderoso sistema de posicionalidade¹³⁸ e privilégios existente na organização.

Em relação às ações do Programa de Diversidade e Inclusão Racial, existe uma lacuna no que diz respeito aos funcionários internacionais e locais dos projetos, conforme apresentado anteriormente, evidenciando a ausência de um plano concreto para a inclusão de diversidade nas atividades internacionais de contato direto com os beneficiários. Ainda que MSF-Brasil consiga diversificar seu *pool* de funcionários internacionais, passando pelos dificultosos critérios de candidatura para a realidade da maioria da população brasileira, em última instância, os Centros Operacionais definirão quem está apto para trabalhar nos projetos.

Por último, as ações de diversidade e inclusão de Médicos Sem Fronteiras no Brasil limitam-se à inclusão racial, ainda que haja a intenção de abordar no futuro outros tipos de ações para grupos historicamente excluídos e também minorizados na organização (informação verbal)¹³⁹. MSF-Brasil reconhece que “a diversidade é formada por uma intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação”, dispondo-se a “observar a ausência de representantes destas variadas identidades para buscar uma inclusão legítima de grupos minorizados e oprimidos pela sociedade, ainda que sob a ótica racial” (MSF-BRASIL, 2021, p. 3).

O aprofundamento de ações de inclusão para outros grupos minorizados, cruzando com a questão racial, é citada também por Motta (informação verbal)¹⁴⁰, ao refletir as expectativas a médio e longo prazo para MSF-Brasil em termos de diversidade e inclusão. Motta (informação verbal) afirma que gostaria de ver a criação de uma cultura de estímulo a discussões e questionamentos em torno da diversidade, percorrendo conversas mais intrínsecas sobre interseccionalidades.

¹³⁸ Conforme Barney Warf (2010), *posicionalidade* é a noção de que valores pessoais, visões e localização no tempo e no espaço influenciam a forma como se entende o mundo. Neste contexto, gênero, raça, classe e outros aspectos das identidades são indicadores de posições sociais e espaciais e não são fixos, dadas as suas qualidades.

¹³⁹ LEMOS, 2021.

¹⁴⁰ MOTTA, 2021

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo principal compreender a relação do eurocentrismo e o humanitarismo no contexto pós, anti e decolonial, a partir da análise da organização Médicos Sem Fronteiras no Brasil, no período de 2006-2021. Para isso, no primeiro capítulo **explorou-se o conceito de eurocentrismo e humanitarismo**, examinando as origens, premissas, práticas, desafios e principais críticas da ação humanitária. Seguimos então para uma análise das teorias do humanitarismo e seus padrões no decorrer do tempo. Posteriormente, a história das Organizações Não Governamentais Internacionais como atores transnacionais foi investigada, desde seu surgimento e crescimento à consolidação e atuação no contexto da globalização, para que fosse possível contextualizar as organizações humanitárias e suas atividades a partir das perspectivas anticolonial, pós-colonial e decolonial.

O segundo capítulo deste trabalho introduziu a organização Médicos Sem Fronteiras através de uma análise de sua história, estrutura, princípios e presença às críticas e questionamentos em relação a sua atuação no mundo. Esta análise foi fundamental para avançarmos para o estudo de caso da seção de MSF no Brasil, no capítulo seguinte.

No terceiro e último capítulo, apresentou-se um estudo de caso de Médicos Sem Fronteiras no Brasil, conduzido através de uma profunda análise documental e de dados secundários, observação participante e entrevistas semiestruturadas com cinco profissionais da organização com amplos conhecimentos e relações com o tema em questão.

A partir do estudo de caso de MSF-Brasil, foi possível confirmar a hipótese de que MSF é uma organização humanitária que tende a interpretar sua dinâmica segundo os valores europeus ocidentais. A relutância em abrir um escritório em território brasileiro e demora para que MSF-Brasil fosse endossada como uma filial do Movimento MSF remete a uma lógica imperialista colonial, quando as antigas colônias eram definidas através do conjunto de valores e preferências das antigas potências coloniais, tendo suas práticas legitimadas através de critérios determinados pelo Norte global. Consequentemente, a vasta presença de pessoas oriundas do Norte global no histórico de Diretores Gerais de MSF-Brasil apresenta uma das características centrais do eurocentrismo, em que a Europa é considerada como o parâmetro universal central da produção de saber e exercício de poder,

conforme explorado neste estudo a partir de autores como Wallesteirn (2001), Samir Amin (1989), Quijano (2005), Lander (2000) e Grosfoguel (2007).

Os projetos internacionais regidos pelos Centros Operacionais de Médicos Sem Fronteiras também evidenciaram um paradigma baseado na racionalidade europeia, pois os critérios-base estabelecidos pelas OCs para que um profissional esteja apto a fazer parte das equipes internacionais da organização resultam na predileção por pessoas oriundas do Norte global e invisibilização e marginalização daquelas originárias do Sul global.

Contudo, a expressiva presença feminina no quadro de funcionários de MSF-Brasil, especialmente em funções de supervisão e tomada de decisões, é bastante estimável se refletidas as discussões sobre a categoria gênero como um constructo social consolidado com o avanço dos projetos coloniais europeus, conforme visto no primeiro capítulo. Considerando que a diferenciação social do “sexo” pré-colonial está presente em absolutamente todos os âmbitos da vida no mundo contemporâneo, MSF-Brasil quebra os padrões eurocêntricos ocidentais ao apresentar um número maior de mulheres em diversas funções na organização – principalmente no campo do saber.

Paralelamente, é essencial ressaltar que raça também é um constructo social que age como pedra angular do padrão de poder na modernidade e, portanto, torna-se necessário apontar a ínfima diversidade racial presente neste quadro. Constata-se que o fato de as mulheres terem uma forte presença em MSF-Brasil durante anos não garantiu uma também maior presença de mulheres negras e outras intersecções socialmente oprimidas e minorizadas na organização. Isto evidencia a indispensabilidade em se considerar os atravessamentos entre raça, gênero, sexualidade, classe e capacidade em todos os debates, especialmente ao pensarmos na desconstrução do eurocentrismo.

Embora MSF-Brasil tenha sido criada e por muito tempo pautada sob uma visão eurocêntrica, a organização vem buscando formas de se tornar diversa, inclusiva e equitativa, através das reflexões propiciadas pelo pensamento decolonial. Nesta perspectiva, o ano de 2020 trouxe mudanças significativas para a organização. Logo após a moção por diversidade, equidade e inclusão racial ter sido apresentada e votada na 10ª Assembleia Geral da organização, um novo Conselho Administrativo com alta representatividade racial foi eleito e, alguns meses depois, contratou-se a autora desta pesquisa como Especialista de Diversidade e Inclusão Racial, um Comitê de Seguimento de

Políticas Antirracistas composto por representantes negros de diferentes áreas da organização foi criado e, por fim, um Programa de Diversidade e Inclusão Racial foi elaborado.

Estas mudanças desencadearam efeitos positivos, como o aumento de pessoas negras nos escritórios de MSF-Brasil e modificações em suas comunicações institucionais, demonstrando que tornar sujeitos submetidos a categoria do “outro” protagonistas nas lideranças e tomadas de decisões oferece importantes caminhos para a desconstrução de um sistema fortemente baseado nas dinâmicas da colonialidade, tal como explorado no referencial teórico desta pesquisa a partir de diversos teóricos críticos (DAVIS, 2016, hooks, 1995; FANON, 2008; GONZALES; 2020; CARNEIRO, 2015).

Portanto, a redução do eurocentrismo e a promoção da diversidade de pessoas em posições de tomada de decisão é uma forma de decolonizar não apenas MSF-Brasil, mas também as demais organizações humanitárias, conforme uma das hipóteses deste estudo.

Em relação às limitações apresentadas por MSF-Brasil para tratar publicamente temas como o racismo, a homofobia e a xenofobia, justificou-se tais barreiras a partir da missão social da organização de não “falar de si mesma”, mas de fazer comunicação pública com a intenção de melhorar a situação de populações em perigo; chamar a atenção do público para uma crise esquecida e abusos que ocorrem além das manchetes; criticar inadequações do sistema de ajuda e se opor ao desvio da ajuda humanitária em decorrência de interesses políticos. No entanto, o que seria a exclusão que grupos dessemelhantes ao padrão do homem moderno sofrem há séculos, em função da colonização e da colonialidade, senão uma “crise esquecida”? Não seriam o racismo e a homofobia formas de opressão e abuso que ocorrem todos os dias além das manchetes? E, principalmente, não seriam estas as populações “mais vulneráveis do mundo”?

O compromisso com princípios como imparcialidade e neutralidade não deve ser levado a um extremo capaz de resultar numa passividade em tomar uma posição contra um comportamento que merece ser extirpado. Conforme foi relatado nas entrevistas, se os princípios de MSF forem levados a tais extremos, perde-se a oportunidade de mergulhar na percepção de populações e grupos sociais minorizados e de agir contra preconceitos e desigualdades internas à organização.

À vista disso, considerando sua própria interpretação dos princípios da imparcialidade, neutralidade, transparência e independência, apresentados no segundo capítulo deste trabalho, conclui-se que a organização Médicos Sem Fronteiras é capaz de modelar todos os princípios e valores que prega. Entretanto, tal como as demais organizações humanitárias, MSF pauta seus princípios na concepção impraticável de igualdade e humanidade universal. Impraticável pois tais concepções consideram apenas um determinado tipo de experiência humana plena, invisibilizando aqueles que não se assemelham a esta condição. Afinal, não somos todos iguais.

Finalmente, a partir de todos os pontos apresentados nestas considerações finais, é evidente que o eurocentrismo marca a história de MSF-Brasil desde sua formação, estrutura e processos. Todavia, a organização demonstra grande interesse em mudar o curso dessa história através de medidas variadas para criar condições de prosperidade para profissionais negros minorizados e dismantlar as estruturas de dominação. Reconhecer que o racismo provoca importantes efeitos na agenda humanitária é crucial para dar um primeiro passo em direção a uma nova era. Além disso, a ambição de MSF-Brasil de influenciar todo o Movimento MSF mostra que o humanitarismo é capaz de ser renovado a partir das perspectivas do Sul global. Um diálogo proveniente dos países do Sul é um importante meio de desviar as narrativas do centro da Europa e dismantlar as estruturas de dominação, reumanizando os sujeitos objetificados pela colonização.

É preciso destacar que este estudo reconhece a importância do trabalho e os efeitos positivos do ideal de MSF de reduzir o sofrimento de comunidades em situação de vulnerabilidade. Porém, busca-se ampliar a consciência sob as formas como dinâmicas eurocêntricas, racistas e coloniais replicam e reforçam as desigualdades estruturais nas organizações humanitárias. Também objetivou-se estimular um debate mais amplo sobre o grau em que as ONGs precisam refletir e repensar suas dinâmicas e estrutura, a fim de iniciar as mudanças necessárias para dismantlar um sistema poderoso de caráter colonial, eurocêntrico e racista, fundamentado em fatores como a posicionalidade e os privilégios.

Não há dúvida de que as organizações humanitárias salvam milhões de vidas, operando nos mais variados e negligenciados lugares no mundo. Entretanto, alguns aspectos da ação humanitária seguem enraizados nos legados coloniais, pesando os esforços de promoção de um progresso genuíno. Portanto, para que seja possível que as instituições

se tornem antirracistas e equitativas, primeiramente o setor humanitário necessita reconhecer o papel que a visão eurocêntrica e os legados coloniais continuam a desempenhar em suas atividades e estruturas, necessitando urgentemente de mudanças sistêmicas impulsionadas pela diversidade e equidade.

Ouvir múltiplas perspectivas e vozes fará uma significativa diferença no modo como questões complexas são tratadas no humanitarismo. As questões sociais que as organizações humanitárias abordam estão em constante mudança e a capacidade de inovar torna-se, portanto, essencial. Colocar a diversidade e a agenda de inclusão como prioridade exige coragem para lutar contra a resistência conservadora e confiança para usar identidades como instrumentos de mudança. Além dos benefícios organizacionais de uma cultura de trabalho diversificada e inclusiva, é fundamental apontar que a promoção de instituições e comunidades mais justas e equitativas deve ser uma responsabilidade social das organizações humanitárias, que se sustentam ancoradas sobre os compromissos de justiça e “igualdade”.

Inevitavelmente, a decolonização de normas e sistemas que se desenvolveram ao longo de décadas levará tempo, exigindo dedicados esforços anticoloniais. A “boa notícia” é que as organizações humanitárias estão começando a acordar para adversidades levantadas nesta pesquisa, a fim de combatê-las e eliminá-las. A “má notícia” é que, instituições são racistas e excludentes porque a sociedade segue imersa nas dinâmicas da colonialidade. Isto significa que as estruturas que solidificam toda a ordem política, econômica, social e jurídica legitimam a autopreservação e manutenção de privilégios, criando condições de prosperidade daqueles que se assemelham ao sujeito soberano – o homem, branco, cis/hétero, cristão, proprietário e sem deficiência. Por consequência, ainda que as ONGs se desconstruam a partir de alternativas decoloniais, preconceitos e discriminações permanecerão na sociedade em geral até que estas questões sejam abordadas coletivamente. No entanto, é necessário iniciar um primeiro passo a fim de gerar a mudança que se deseja ver no mundo.

Para futuros estudos sobre questionamentos acerca do humanitarismo clássico e a promoção da diversidade nas organizações humanitárias, sugere-se analisar a evolução da pluralidade dos grupos sociais nas instituições, especialmente nos cargos de liderança tanto dos escritórios quanto dos projetos humanitários. Recomenda-se também pesquisas

participativas que tragam o ponto de vista daqueles que por tanto tempo sofreram exclusão no mundo humanitário e estudo que aprofundem as variadas intersecções presentes na diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AALTOLA, Mika. **Western Spectacle of Governance and the Emergence of Humanitarian World Politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillian, 2009.

ACEVO. **Home Truths Undoing racism and delivering real diversity in the charity sector**. Published by Voice4Change England/ACEVO in June 2020.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALONSO, Ângela. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. In *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo*. São Paulo: CEBRAP, 2016.

AMIN, S. **El eurocentrismo: crítica de una ideología**. México: Siglo XXI. Selección de fragmentos, 1989.

AMIN, Samir. **Anticolonialismo (Antikolonialismus)* in Marx** Ahora No. 15 / 2003 (Revista internacional La Habana, Cuba) Single Issue Magazine – January 1, 2003.

ARRIETA, Itziar Ruiz-Giménez. **A critical post-positivist studies perspective on humanitarianism**. Revista CIDOB d' Afers Internacionals, [en línea], 2017, n.º 117, pp. 173-96, <https://doi.org/10.24241/rcai.2017.117.3.173> [Consulta: 17-11-2020].

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. Caderno CRH [online]. 2014, v. 27, n. 72, pp. 613-627. Epub 05 Feb 2015. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>.

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação, classe: As identidades ambíguas**. Boitempo Editorial, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista brasileira de ciência política (2013): 89-117.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. **Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais no Brasil**. In “*Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*”. 1ed.Salvador: EDUFBA. 2021.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, história e história da África**. Sankofa (São Paulo), v. 1, n. 1, p. 47-63, 2008.

BARNETT, M. (2011) **Empire of Humanity: A History of Humanitarianism**. Ithaca, NY: Cornell University Press.

BARNETT, M.; STEIN, J. **Sacred Aid: Faith and Humanitarianism.**: Oxford University Press. 2012

BARNETT, Michael; WEISS, Thomas G. Weiss. **Humanitarianism in Question: Politics, Power, Ethics**. 1st ed., Cornell University Press, 2008.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BHEROO, Lena. **What is stopping women from becoming NGO leaders?** Bond. 2020. Disponível em <<https://www.bond.org.uk/news/2020/02/what-is-stopping-women-from-becoming-ngo-leaders>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

BINET, Laurence; SAULNIER, Martin. Médecins Sans Frontières, **Evolution of an International Movement: Associative History 1971-2011**. Médecins Sans Frontières. February 2019.

BLAUT, James Morris. **The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History**. New York: The Guilford Press, 1993.

BODENMÜLLER, Gustavo Henrique S.; SILVA, Karine de Souza Silva. **Eurocentrismo, hierarquias e colonialidade nas Relações Internacionais: “A paz que eu não quero conservar”**. Reflexões sobre a paz: volume 2 / Rafael Salatini, Laércio Fidélis Dias (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

BRESSAN, Regiane Nitsch; SALLES, Marcus Maurer. **60 anos após Bandung: Novas visões a partir do Sul**. Anuario de Integración, n. 11, 2015.

BRITISH COUNCIL. **Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil** – Elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisa Data Popular. 1ª Edição. British Council Brasil. São Paulo, 2014.

CAREY, William. **An Enquiry Into the Obligations of Christians, to Use Means for the Conversion of the Heathens**. Londres: Carey Kingsgate Press, 1961. Disponível em: <<https://www.wmcarey.edu/carey/enquiry/anenquiry.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2021.

CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York: Vintage, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.

CARVALHO, Joice Anne; MACIEL, Renata Baldin. **Considerações sobre pensamento raciológico do século XIX e início do XX e seus reflexos no Brasil**. *Revista Aedos* 8.19 (2016): 128-150.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. In: _____. Discurso sobre el colonialismo. Madrid, Spain: Akal, 2006.

CHEN, J. (2014). **A paradigm of medical humanitarianism: The case of Medecins sans**

Frontieres (Doctors without Borders) in Africa. Online Journal of African Affairs, 3(6), 87–94.

COMPANHIA DE ESTÁGIOS. **Mapeamento dos Estagiários Negros no Brasil — 2021.** PPM. Human Resources. 2021.

CORONIL, Fernando. **Beyond Occidentalism. Toward Nonimperial Geohistorical Categories.** Cultural Anthropology 11 (1):51–87, 1996.

CORONIL, Fernando. **Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo ao globocentrismo.** In: LANDER, Edgar. (Org). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, Buenos Aires, CLACSO, 2000.

CRAVEIRO, Ana Margarida. **A grande crise existencial do humanitarismo: uma leitura comparada de Duffield e Rieff.** Nação e Defesa, 2008.

DA SILVA, Fabricio Pereira. **Cooperação Sul-Sul.** In ESCUDÉ, Carlos et al. Problemáticas Internacionales y Mundiales Desde El Pensamiento Latinoamericano. Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latinoamericano (2020): n. pag. Print

DA SILVA, Waldimeiry Correa. **Del Humanitarismo Clásico al Nuevo Humanitarismo: el de giro hegemónico.** In: Direitos Humanos e vulnerabilidade e o direito humanitário / Lilian Lyra Jubilit ... [et al.], organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2019.

DAVEY, Eleanor; BORTON, John; FOLEY, Matthew. **A history of the humanitarian system: Western origins and foundations.** London: Overseas Development Institute, 2013. (HPG Working Paper).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Boitempo Editorial, 2016.

DECHAINED, D. Robert. **Humanitarian Space and the Social Imaginary: Médecins Sans Frontières/Doctors Without Borders and the Rhetoric of Global Community.** Journal of Communication Inquiry, v. 26, n. 4, p. 354-369, 2002.

DESGRANDCHAMPS, Marie-Luce. **Revenir sur le mythe fondateur de Médecins sans frontières: les relations entre les médecins français et le cicr pendant la guerre du Biafra (1967-1970).** Relations internationales, vol. 146, no. 2, 2011, pp. 95-108.

DONINI, A. “Decolonization”. **In Humanitarianism.** Leiden, The Netherlands: Brill, 2020. doi: https://doi.org/10.1163/9789004431140_020

DOUZINAS, Costas. **The many faces of Humanitarianism.** PARRHESIA NUMBER 2, 2007, pp 1-28.

EF EDUCATION FIRST. **EF English Proficiency Index - A Ranking of 100 Countries**

and Regions by English Skills. 2020. Disponível em <<https://www.ef.com/wwen/epi/>>. Acesso em 11 de setembro de 2021.

ELKS, Sonia. **Exclusive: Aid groups face calls to open up on racism as survey finds data holes.** Editing by Belinda Goldsmith. Thomson Reuters Foundation. July 14, 2020. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-global-racism-humanitarian-exclusive-idUSKCN24F0CB>>. Acesso em 25 de julho de 2021.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano.** Tabula Rasa, Bogotá, n. 1, p.51-86, enero-diciembre, 2003.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.

FASSIN, D. **La raison humanitaire: une histoire morale du temps présent.** Gallimard/Seuil, 2010.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/3266>>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

FRANCE 24. **Doctors Without Borders: 50 years of 'French doctors' providing care, bearing witness.** New Wires, jun 2021. Disponível em <<https://www.france24.com/en/france/20210611-doctors-without-borders-50-years-of-french-doctors-providing-care-bearing-witness>>. Acesso em 24 de julho de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GUERRERO, Dorothy. **Nonprofit Leadership: Is There a Gender Gap?** Mission Box. Disponível em <<https://www.missionbox.com/article/127/nonprofit-leadership-is-there-a-gender-gap>>. Acesso em 18 de julho de 2021.

HALL, Stuart. **The West and the Rest: Discourse and Power.** In Formations of Modernity, edited by Stuart Hall and Bram Gieben, 276–320. Cambridge: Polity, 1992.

HASKELL, Thomas L. **Capitalism and the Origins of the Humanitarian Sensibility, Part 1.** The American Historical Review, vol. 90, no. 2, 1985, pp. 339–361. JSTOR, www.jstor.org/stable/1852669.

HASKELL, Thomas L. **Capitalism and the Origins of the Humanitarian Sensibility, Part 2.** The American Historical Review, vol. 90, no. 3, 1985, pp. 547–566. JSTOR,

www.jstor.org/stable/1860956.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 10a reimpressão.

HILHORST, Dorothea. **Classical humanitarianism and resilience humanitarianism: making sense of two brands of humanitarian action**. *Journal of International Humanitarian Action*, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2018.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995.

HUZZEY, Richard. **Freedom Burning: Anti-Slavery and Empire in Victorian Britain**. 1st ed., Cornell University Press, 2012. JSTOR, www.jstor.org/stable/10.7591/j.cttq4338.

I'ANSON, Chioke; PFEIFER, Geoffrey. **A critique of humanitarian reason: agency, power, and privilege**. *Journal of Global Ethics*, 9:1, 49-63, 2013.

IVANOVIC, Mladjo. **Echoes of the Past: Colonial Legacy and Eurocentric Humanitarianism**. In: *The Rest Write Back: Discourse and Decolonization*. Series: *Studies in Critical Social Sciences*, Volume: 139, ISBN: 9789004398313 Publisher: Brill Online Publication Date: 08 Jun 2019.

KERNER, Ina. **Beyond Eurocentrism: Trajectories towards a renewed political and social theory**. *Philosophy & Social Criticism*, v. 44, n. 5, p. 550-570, 2018.

LANDER, Edgardo. **“Colonialidad, modernidad, postmodernidad”** em *Anuario Mariateguiano* (Lima: Amauta) Vol. IX, Nº 9, 1997.

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMES, Santiago. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 1- 128. (Biblioteca Ciências Sociais).

LEWIS, David. (2010). **Nongovernmental Organizations, Definition and History**. DOI 10.1007/978-0-387-93996-4_3. In book: *International Encyclopedia of Civil Society*.

LIMA, Fernanda da Silva; SILVA, Karine de Souza. **Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero – Empório do Direito**. 2020. Disponível em <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/teorias-criticas-e-estudos-POSE-decoloniais-a-brasileira-quando-a-branquitude-academica-silencia-raca-e-genero>>.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. *Tabula Rasa*. Bogotá. Nº9: 73-101, jul-dez, 2008.

MAJUMDAR, Arnab. **Bearing witness inside MSF**. *The New Humanitarian*. 18 de agosto de 2020. Disponível em <<https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/first->

person/2020/08/18/MSF-Amsterdam-aid-institutional-racism>.

MASEFIELD, S.C., Megaw, A., BARLOW, M. et al. **Repurposing NGO data for better research outcomes: a scoping review of the use and secondary analysis of NGO data in health policy and systems research.** Health Res Policy Sys 18, 63 (2020). <https://doi.org/10.1186/s12961-020-00577-x>

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MENDOZA, Breny; DOS SANTOS, Alexia Milena Gusso. **A Colonialidade do Gênero e Poder: Da Pós-Colonialidade a Decolonialidade.** Revista X 16.1 (2021): 259. Crossref. Web.

Mignolo, Walter. **The Darker Side of the Renaissance.** Literacy, Territoriality and Colonization (Ann Arbor: Michigan University Press), 1995.

MIGNOLO, V.; ESCOBAR, V. (ed.). **Globalization and the decolonial option.** Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2010.

MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e Interesse. Motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento.** 1º ed. Curitiba: Editora Appris, 2018.

MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R; CASTRO, Paulo A., Parreira, Pedro M. **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** >Investigação Qualitativa em Ciências Sociais//Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales//Volume 3, 2017.

MOULIN, Carolina; TABAK, Jana. **Humanitarismo e a favela global: violência urbana e ação humanitária no Rio de Janeiro.** Contexto int. [online]. 2014, vol.36, n.1, pp.43-74. ISSN 0102-8529. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000100002>.

MSF. **Médecins Sans Frontières International Financial Report 2019.** General Assembly, 5 November 2020.

MSF. **Forzados a huir del triángulo norte de centroamérica: una crisis humanitaria olvidada.** Mayo de 2017. Disponível em <https://arhp.msf.es/sites/default/files/Informe-MSF_Forzados-a-huir-del-triangulo-norte-de-Centroamerica.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2020.

MSF-BRASIL. **Termo de Referência do Comitê de Seguimento de Políticas Antirracistas de 2021.** Médicos Sem Fronteiras, Brasil, junho, 2021a.

MSF-BRASIL. **Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil 2021-2021.** Médicos Sem Fronteiras, Brasil, junho, 2021b.

NASCIMENTO, Daniela. **Do “Velho” ao “Novo Humanitarismo”:** os dilemas da ação

humanitária em contextos de conflito e pós-conflito violento. Nação e Defesa 135 (2013): <http://hdl.handle.net/10400.26/14556>.

NOGUEIRA, João Pontes. **A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re) construção do Estado no fim do mil.** Revista brasileira de ciências sociais, v. 15, p. 143-160, 2000.

ONU, Organizações das Nações Unidas. **Entidades consultivas del Consejo Económico y Social (ECOSOC).** 2021. Disponível em < <https://www.un.org/es/get-involved/un-and-civil-society>>. Acesso em 18 de julho de 2020.

ONU, Organizações das Nações Unidas. **Colaboración con el Departamento de Comunicación Global.** 2021a. Disponível em < <https://www.un.org/es/get-involved/un-and-civil-society>>. Acesso em 18 de julho de 2020.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses.** Mineápolis: University of Minnesota Press, 1997.

ORBINSKI, James. **An imperfect offering: Humanitarian action in the twenty-first century.** Doubleday Canada, 2009.

PAES, Leonardo. **Missão Civilizadora Portuguesa: Do Imperialismo De Inevitabilidade à Colonização Como Preceito Ético.** Anais Eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP (2020): n. pag. Print.

PAIGE, Shannon. SCOVILLE FELLOW. **Time to Decolonise Aid: Insights and lessons from a global consultation.** Full Report. Adeso; Peace Direct, The Alliance for Peacebuilding; WCAPS, Women of color advancing peace and security, 2021.

PAULMANNM, Johannes, **Humanity – Humanitarian Reason – Imperial Humanitarianism: European Concepts in Practice,** Humanity, 10.13109/9783666101458, (287-312), 2016.

PEREIRA DA SILVA, Fabrício; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. **Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina.** In: GONZÁLES, Maria Victória Espiñeira; CRUZ, Danilo Uzêda da. (ORG). Democracia na América Latina: Democratização, tensões e aprendizados. Buenos Aires: CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.

PETRONE, Francesco. **El humanitarismo es la continuación del capitalismo con otros medios.** Oxímora Revista Internacional de Ética y Política. Núm. 2. Primavera 2013. ISSN 2014-7708. PP. XX-XX

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos traduzidos em português. **Transformações, Conexões e Deslocamentos. Seminário Internacional Fazendo Gênero,** v. 11, 2017.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Racializando o debate sobre direitos humanos.** SUR-Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 28, p. 65-75, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina.** In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: Lander, Edgardo (comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra - Portugal: Almedina, 2009, p. 74-117.

RACHID, Mayara Xavier Gonzalez. **Guerras, ONU e Médicos Sem Fronteiras: uma análise sobre ajuda humanitária nas relações internacionais.** Revista Vox, n. 8, p. 45-53, jul. -dez. 2018. ISSN: 2359-5183.

REDFIELD, Peter. **“Humanitarianism.” In A Companion to Moral Anthropology.** Editado por Didier Fassin, 451–67, 2012. <https://doi.org/10.1002/9781118290620.ch25>

REDFIELD, Peter. **Life in Crisis: The Ethical Journey of Doctors Without Borders.** Berkeley, CA: University of California Press, 2013.

RITCHIE, G.N. (1987), **The anatomy of disaster relief: The international network in action.** Dr Randolph C. Kent Frances Pinter, London and New York, 1987, 201 pp.. Public Admin. Dev., 9: 465-465. <https://doi.org/10.1002/pad.4230090416>

ROZARIO, K. 2003. **‘Delicious horrors’: Mass culture, the Red Cross and the appeal of modern American humanitarianism.** The American Quarterly 55, no. 3: 417–55.

RUTAZIBWA, Olivia Umurerwa. **What’s There to Mourn? Decolonial Reflections on (the End of) Liberal Humanitarianism.** Journal of Humanitarian Affairs Volume 1, No. 1 (2019), 65–67 © 2019.

RYSABACK-SMITH, Heather. **History and Principles of Humanitarian Action.** published in [2015] by Kare Publishing. doi: 10.5505/1304.7361.2015.52207

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SALGADO, Tamara Jurberg. **Ação Internacional em favelas: Desenvolvimento e participação do “local”.** PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO, 2016.

SANCHES, Williasmar Magdiel Siva. **Médicos sem Fronteiras nas Relações Internacionais**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Unidade de Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande Unidade I, Campo Grande, 2014.

SANDHU, B (2017) **The value of lived experience in social change: the need for leadership and organisational development in the social sector**. Report, Clore Social Leadership Programme, UK, July. Disponível em: <www.thelivedexperience.org/wp-content/uploads/2017/07/The-Lived-ExperienceBaljeet-Sandhu-VLE-summary-web-ok-2.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

SANTOS, Aurora Almada. **A ONU e as resoluções da assembleia geral de dezembro de 1960**. In: Os «Ventos de Mudança» e a Descolonização. Relações Internacionais 30. 61-69. 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Boaventura: o colonialismo e o século XXI**. Outras Palavras (2019).

SANTOS, Gabriel Nascimento dos; MASTRELLA-DE-ANDRADE, Mariana Rosa. **O ensino de língua inglesa e a identidade de classe social: alguns apontamentos**. Trabalhos em linguística aplicada 55 (2016): 541-563.

SANTOS, Márcia Pereira Alves DOS, et al. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde**. Estudos Avançados 34 (2020): 225-244.

SASSON, Tehila. **In the Name of Humanity: Britain and the Rise of Global Humanitarianism**. 2015. Tese de Doutorado. UC Berkeley.

SHEVCHENKO, O; FOX, RC. **“Nationals” and “expatriates”: challenges of fulfilling “sans frontiers” (“without borders”) ideals in international humanitarian action**. Health Hum Rights. 2008;10(1):109-22. PMID: 20845834.

SOUZA SILVA, Karine de. **“Esse Silêncio Todo Me Atordoa”: a Surdez e a Cegueira Seletivas Para as Dinâmicas Raciais Nas Relações Internacionais**. Revista De Informação Legislativa 58, no. 229 (2021): 37–55.

STEPAN, N. L. **The hour of eugenics: race, gender, and nation in Latin America**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1991.

TIESSEN, R. (2004), **Re-inventing the Gendered Organization: Staff Attitudes towards Women and Gender Mainstreaming in NGOs in Malawi**. Gender, Work & Organization, 11: 689-708. doi:10.1111/j.1468-0432.2004.00255.x

TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. 1ed.Salvador: EDUFBA. 2021.

TORRONTEGUY, Marco Aurélio Antas; DALLARI, Sueli Gandolfi. **O papel das organizações não-governamentais na cooperação internacional em saúde pública.** Saúde e Sociedade 21 (2012): 314-322.

TROTTA, Carlos. **Médicos Sin Fronteras: Una utopía posible (Historia personal de un ex residente de Cirugía).** Inmanencia 2015;4(2):144-149

TURNER, E. A. (2010). **Why Has the Number of International Non-Governmental Organizations Exploded since 1960?** Cliodynamics, 1(1). <http://dx.doi.org/10.21237/C7clio11196>

VALLAEYS, Anne. **Médecins Sans Frontières: La biographie.** Fayard, Outubro 13, 2004 - Social Science.

VIANA, Nildo; SANTOS, C. P. (orgs.). **Capitalismo e Questão Racial.** Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

WALKER, P; MAXWELL, D. G. (2009). **Shaping the Humanitarian World.** London: Routledge.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El eurocentrismo y sus avatares: los dilemas de las ciencias sociales.** Revista de sociología, n. 15, 2001.

WARF, Barney. **Positionality.** Encyclopedia of geography (Vol. 1, pp. 2258-2258). SAGE Publications, Inc., 2010. Disponível em <<https://www.doi.org/10.4135/9781412939591.n913>>.

WITTHAL, Jonathan; REIS, Renata; DE DEUS, Susana. **O que não fazer: como a manipulação da ajuda humanitária prejudica eficácia da resposta a emergências.** In: Crises Humanitárias, Cooperação e o Papel do Brasil. Rio de Janeiro: Médicos Sem Fronteiras, 2016.

WEATHERHEAD, Katharine. **Independent. Neutral. Impartial. Political? MSF and the EU refugee crisis.** OXPOL – The Oxford University Politics Blog, 2016. Disponível em <<https://blog.politics.ox.ac.uk/independent-neutral-impartial-political-msf-eu-refugee-crisis/>>. Acesso em 23 de julho de 2021.

WEBER, Patrícia Amorim; MEDEIROS, Priscila Martins. **Sobre a zona de não-ser e o negro-tema: um debate acerca da produção do conhecimento a partir de Frantz Fanon e Guerreiro Ramos.** Áskesis-Revista des discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 9, n. 1, p. 266-283, 2020.

APÊNDICE – ROTEIRO GUIA DAS ENTREVISTAS

Humanitarismo, problemas estruturais e MSF

1. Na sua opinião, existem questões estruturais no humanitarismo que dificultam que o racismo e outras formas de preconceito ainda estejam presentes nas organizações humanitárias? Quais seriam essas questões?
2. O que MSF-Brasil tem feito para mudar isso?
3. Por que diversidade e inclusão racial é uma das prioridades de MSF-Brasil desde 2020?
4. Considerando os princípios de MSF, existem limitações ao tratar publicamente temas como o racismo, a homofobia, a xenofobia etc., especialmente em países como o Brasil?

Avanços e desafios na diversidade e inclusão racial em MSF

5. Como e por que surgiu o Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil?
6. Como é fazer parte de MSF-Brasil hoje em comparação com quando diversidade e inclusão racial não era uma prioridade?
7. Qual a importância em se ter diversidade em uma organização, especialmente no setor humanitário onde estudos ressaltam pouca diversidade racial e de gênero?
8. Como funciona e quais são os acertos, as limitações e os desafios do Programa de Diversidade e Inclusão Racial de MSF-Brasil?

9. Existem outras iniciativas que tenham sido criadas para lidar com problemas com preconceitos e a falta de diversidade?

10. Diferente do padrão masculino existente nas organizações humanitárias – especialmente em cargos de liderança, MSF-Brasil apresenta uma quantidade expressiva de funcionárias do gênero feminino na organização e em posições de tomada de decisões. A que você atribui esta particularidade?

11. A partir do momento em que diversidade e inclusão racial se tornou uma prioridade estratégica da organização, o que mudou em suas comunicações/ gestão de recursos humanos/projetos?

12. Existem críticas quanto à forma que o setor humanitário ilustra em suas comunicações os beneficiários e o staff dos projetos, frequentemente reforçando estereótipos através de uma visão eurocentrada. O que MSF-Brasil tem feito para mudar/evitar essa realidade? (Pergunta exclusiva para o setor de comunicação).

Futuro de MSF em termos de diversidade e inclusão

13. Quais são as expectativas a médio e longo prazo para MSF-Brasil em termos de diversidade e inclusão?